

KATIA MARIA DE LIMA NEVES

**ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER RELACIONADAS COM VIAGENS À
NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS DO ESTADO DE
ALAGOAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA)**

**Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRODEMA**

**MACEIÓ
2007**

KATIA MARIA DE LIMA NEVES

**ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER RELACIONADAS COM VIAGENS À
NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS DO ESTADO DE
ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: **Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo**

Co-Orientadora: **Prof^ª. Dr^ª. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros**

**MACEIÓ
2007**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- N518a Neves, Kátia Maria de Lima.
 Atividades turísticas e de lazer relacionadas com viagens à natureza na região turística dos quilombos do estado de Alagoas / Kátia Maria de Lima
 Neves. – Maceió, 2007.
 xi, 111 f.
- Orientador: Lindemberg Medeiros de Araújo.
 Co-Orientadora: Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros.
 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente:
 Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa
 Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió,
 2007.
- Bibliografia: f. 104-111.
 Inclui anexos.
1. Desenvolvimento Local Sustentável – Alagoas. 2. Turismo – Alagoas.
 3. Lazer. I. Título.

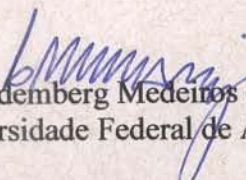
CDU: 379.85(813.5)

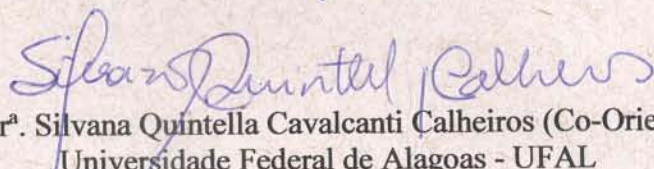
TERMO DE APROVAÇÃO

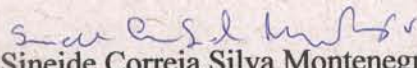
KATIA MARIA DE LIMA NEVES

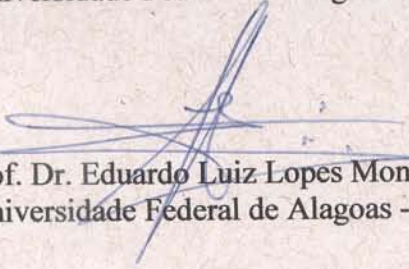
**ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER RELACIONADAS COM VIAGENS À
NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS DO ESTADO DE
ALAGOAS.**

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) do Instituto de Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido aprovado pela seguinte Banca Examinadora:


Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL


Profa. Dr.ª Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros (Co-Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL


Prof. Dr.ª Sineide Correia Silva Montenegro
Universidade Federal de Alagoas - UFAL


Prof. Dr. Eduardo Luiz Lopes Montenegro
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

MACEIÓ
2007

AGRADECIMENTOS

À minha filha Maiara, por ter compreendido as ausências e o esforço de sua mãe ao enveredar-se nas trilhas do conhecimento.

Aos meus irmãos e tia Lourdes, os quais perante a fidelidade e fidedignidade sempre me impulsionaram nos caminhos em meio a alegrias e desilusões.

Ao professor orientador Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo, pelo cumprimento da função profissional.

À professora e Co-Orientadora Dr^a. Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros, pela compreensão e apoio nos momentos difíceis.

Ao professor Dr. Aldenôr Gomes da Silva (Prodema – UFRGN), por orientar-me sobre a necessidade de alinhar o conteúdo deste estudo a minha atividade profissional.

Aos professores examinadores Dr. Eduardo Luiz Lopes Montenegro e Dr^a. Sineide Correia Silva Montenegro, pela grande contribuição e pelo empenho profissional neste desafio que é a ‘religação dos saberes’.

À professora Dr^a. Flávia de Barros do Prado Moura, pela paixão profissional com que contagia a todos.

Ao professor Dr. André Maia Gomes Lages, pela dedicação e estímulo a produção científica de seus alunos.

Ao Alex Nazário Silva Oliveira, diretor de Unidade de Conservação (Diruc) do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA, pela colaboração e parceria nos trabalhos de campo.

À professora e coordenadora de Educação Ambiental Maria das Graças Ramos Cedrim do Instituto de Pesquisa e Preservação da Mata Atlântica – IPMA, por indicar e viabilizar o acesso a algumas bibliografias.

Aos amigos incondicionais Melchior Carlos do Nascimento e Sinval Autran Mendes Guimarães Júnior com os quais pude ampliar o aprendizado e fortalecer o vínculo da crescente e sincera amizade.

Ao amigo Alberon Bonfim adquirido e firmado ao longo dessa trajetória.

Aos parceiros da Mata Atlântica “Dinho, Gilmar, Luciano, Anderson Clóvis, Duda Melo e Preta”, pela satisfação e aprendizado proporcionado pelos serviços prestados.

Em fim, a toda a comunidade planetária que se empenha em teorias, ações e reflexões com vista a contribuir com uma sociedade mais justa, digna, solidária e sustentável.

In memorium de meus pais, avós e tio Edvaldo, os quais sempre nos fizeram acreditar que a solidariedade e o compromisso para com a irmandade são práxis constantes na vida de quem opta por viver melhor em comunidade.

DEDICO

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADRO	viii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1. A HISTÓRIA DO TURISMO COM ÊNFASE NAS VIAGENS À NATUREZA ASSOCIADAS A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL	12
1.1 ATIVIDADE TURÍSTICA VERSUS ATIVIDADE DE LAZER E RECREAÇÃO	13
1.1.1 Lazer e recreação	13
1.2 CONCEITOS E MODALIDADES	21
1.2.1 Ecoturismo	21
1.2.2 Turismo de Aventura	23
1.2.3 Turismo “Pedagógico”	24
1.3 TURISMO DE NATUREZA VERSUS DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL	25
1.3.1 Conceitos de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável	28
1.3.2 Espaço, lugar e território	31
CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
2.1 ANÁLISE DE DOCUMENTOS	35
2.2 PLANEJAMENTO DE PESQUISA	35
2.2.1 A identificação e escolha dos sujeitos	35
2.2.2 A escolha dos grupos de lazer e/ou empresas de turismo	36
2.2.3 A escolha dos entrevistados	37
2.2.4 O tempo de atuação dos grupos e empresas	37
2.2.5 A escolha da técnica de aplicação do roteiro de entrevista	38
2.3 COLETA DOS DADOS	38
2.3.1 Escolha da técnica de investigação	39
2.3.1.1 Entrevistas abertas	39
2.3.1.2 Roteiro de entrevistas semi-estruturadas	40
2.3.2 Levantamento de campo	40
2.3.3 Análise e discussão	41
CAPÍTULO 3. ALAGOAS: DESTINAÇÃO DO LAZER E TURISMO NA NATUREZA	43
3.1 A NATUREZA: POTENCIAL NATURAL	44
3.1 A NATUREZA: CAPITAL NATURAL	51

CAPITULO 4. ATIVIDADES DE TURISMO E LAZER PROPORCIONADAS PELAS EMPRESAS E GRUPOS RELACIONADAS ÀS VIAGENS À NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS, ALAGOAS	65
4.1 A REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS NO ESTADO DE ALAGOAS	66
4.1.1 Localização e caracterização	66
4.1.2 Contextualização histórico-econômica	70
4.1.3 Municípios integrantes da pesquisa	71
4.2 ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER RELACIONADAS COM AS VIAGENS À NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICAS DOS QUILOMBOS DO ESTADO DE ALAGOAS	72
4.2.1 As atividades de lazer e turismo: identificação e caracterização tipológicas	72
4.2.2 As atividades de turismo e lazer nos municípios de Viçosa e Murici	74
4.3 OS GRUPOS E EMPRESAS DE LAZER E/OU TURISMO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO	80
4.3.1 As percepções dos grupos de lazer e empresas de turismo sobre a proteção e conservação da natureza	80
4.3.2 A estrutura organizacional dos grupos de lazer e empresas de turismo para qualificação dos serviços	85
4.3.3 As estratégias das empresas e grupos nas áreas exploradas	88
4.3.4 Inovações nas ações estratégicas dos grupos de lazer e empresa de turismo para qualificação dos serviços	94
4.3.5 Os possíveis vínculos de fortalecimento entre os grupos e empresas de lazer e/ou turismo	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Vegetação Primitiva do Estado de Alagoas	46
Figura 02 - Vista parcial do Sistema Estuarino Mundaú – Manguaba, Município de Marechal Deodoro, Alagoas	48
Figura 03 - Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas.	54
Figura 04 - Remanescente de Mata Atlântica nas margens do rio Caçamba, município de Viçosa, Alagoas (Brasil)	58
Figura 05 - Banho e rapel na Cachoeira da Tiririca, município de Murici, Alagoas (Brasil)	59
Figura 06 - Banho e rapel na Cachoeira do rio Caçamba, município de Viçosa Alagoas (Brasil)	59
Figura 07 -Trilha de acesso a Cachoeira da Tiririca, município de Murici, Alagoas (Brasil)	60
Figura 08 – Estação Ecológica de Murici, Alagoas (Brasil)	61
Figura 09 - Mapa de localização da área de estudo	65
Figura 10 - Região turística dos Quilombos, Estado de Alagoas (Brasil).	68
Figura 11- Figura 11 - Folheto publicitário do Festival da Natureza no município de Murici, Alagoas (Brasil, 2006)	74
Figura 12 - Figura 12 - Folheto publicitário de eventos do município de Viçosa, Alagoas (Brasil) distribuídos em 2005	75
Figura 13 – Estudo das dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades de lazer e turismo	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos grupos e empresas e tipologia das atividades	72
Quadro 2- Localidades e municípios de destinos das atividades de lazer e turísticas	79
Quadro 3 - Qualificação Profissional e cursos de treinamento e/ou capacitação	87
Quadro 4 - Modalidades das atividades desenvolvidas por grupos e empresas na Região Turística dos Quilombos, Alagoas.	91
Quadro 5 - Procedimento de segurança pessoal dos visitantes ou turistas e dos recursos naturais utilizados	92 93
Quadro 6 - Inovações realizadas pelos grupos de lazer e empresas de turismo	98

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Estatística do perfil da demanda turística em Alagoas de 2003 a 2005	76
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABETA - Associação Brasileira de Turismo de Aventura
APA - Áreas de Proteção Ambiental
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CELMM - Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba
CFM - Complexo Florestal de Murici
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COFLEX - Comissão de Financiamentos Externos
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
ESEC - Estação Ecológica
EUA – Estados Unidos da América
FBCN - Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
G P S - Sistema Global de Posicionamento
GERUC - Gerência de Unidades de Conservação
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEMA - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
IBAFRIO - Festival de Inverno em Iateguara
IMA - Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas

IPMA - Instituto de Pesquisa e Preservação da Mata Atlântica
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
LGA - Laboratório de Geografia Aplicada
MDA - Ministério de Desenvolvimento da Agricultura
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério das Minas e Energia
MTUR - Ministério do Turismo
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PETAL - Plano Estadual do Turismo de Alagoas
PNT - Plano Nacional do Turismo
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
PRODEMA - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço Brasileiro para o Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SEMPTURMA/AL - Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió/Al
SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia
SETUR/ AL – Secretaria Executiva do Turismo de Alagoas
SETUR/ RS - Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
UFAL - Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

As atividades de lazer e turismo ligadas às viagens à natureza têm ampliado adesões neste tipo de atividade econômica em nível internacional. Comumente estas são denominadas como atividade turística. Em Alagoas grupos e empresas de lazer e turismo têm proporcionado viagens à natureza com destino à chamada Mata Atlântica, na região turística dos Quilombos. São motivados principalmente por proporcionarem aos lazeristas e turistas um maior contato do homem com a natureza. Como objetivo geral pretende-se identificar os grupos de lazer e empresas de turismo que atuam com cooperação entre si, bem como as atividades proporcionadas pelas viagens à natureza, tomando-se por base o desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram utilizados como referencial metodológico à interpretação qualitativa dos dados, bem como a análise do conteúdo. De modo que, neste estudo, torna-se evidente a ausência de articulação de estratégias organizacionais para o desenvolvimento destas atividades não só por parte das empresas e grupos, mas, sobretudo nas políticas públicas, havendo, portanto a necessidade de mudança no modelo de gestão por parte destas empresas e grupos, como nos setores institucionais, a fim de proporcionar maiores condições para este setor de turismo e lazer, além de manifestar maior compromisso e responsabilidade para com a inserção da comunidade num processo de desenvolvimento local sustentável destas atividades na região turística dos Quilombos, estado de Alagoas.

Palavras-chave: turismo, lazer, desenvolvimento local sustentável.

ABSTRACT

The activities on leisure and tourism are connected with the trips that involve nature have extended adhesions in this type of economic activity in international level. Ordinarily these are called as tourist activity. In Alagoas groups and companies of leisure and tourism they have proportionate trips that involve nature for the call Atlantic Forest, in the tourist region of the Quilombos. It is motivated mainly by providing to the travelers and tourist a bigger contact of the man with the nature. As objective generality is intended to identify to the groups of leisure and companies of tourism that act with cooperation between itself, as well as the proportionate activities for the trips that involve nature, being overcome for base the sustainable development. For in such a way, they had been used as methodological referential to the qualitative interpretation of the data, as well as the analysis of the content. In way that in this study if becomes evident the absence of joint of organizational strategies will be the development of these activities not only on the part of the companies and groups, but, over all in the public politics. Therefore, the necessity of change in the model of management on the part of these companies and groups, as in the institutional sectors, in order to provide greater conditions for this sector of tourism and leisure. Beyond revealing greater commitment and responsibility it stops with the one with the insertion of the community in a process of sustainable local development of these activities in the tourist region of the Quilombos, in the state of Alagoas.

Key-Words: Tourism, Leisure and Sustainable Local Development.

“Um porto alegre é melhor que um porto seguro, para a nossa viagem no escuro”.

Caetano Veloso

INTRODUÇÃO

As atividades econômicas têm projetado a ampliação de diferentes espaços para atuação dos diversos setores produtivos da economia mundial. As atividades de lazer, turismo e entretenimento alcançaram destaque especial no setor de serviços, sendo veiculadas por meio das viagens ofertadas. Em geral, essas atividades são traduzidas ou são equivocadamente consideradas como uma atividade turística e, portanto, propulsoras do desenvolvimento nas suas diferentes escalas. No entanto, a caracterização dessas atividades como turísticas envolve outros aspectos interdependentes para sua especificação.

Os serviços que fazem parte da atividade turística têm-se intensificado internacionalmente. Conforme Rodrigues (1997, p. 26), o aumento significativo que tem havido na demanda por serviços turísticos deve-se, em parte, a uma maior disponibilidade do tempo livre obtido pela classe trabalhadora, como resultado de intensas lutas.

Um outro fator que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento das atividades turísticas está centrado nos avanços que emergiram como resultado da ampliação do conhecimento científico, da tecnologia, comunicação e dos transportes (MILONE; MILONE *apud* SEABRA, 2003, p.159). Estes avanços levaram a um grande aumento na oferta e demanda por viagens, enquanto produto a ser comercializado mundialmente. Se inicialmente a realização de viagens turísticas concentrava-se nos países centrais, atualmente o fenômeno turístico se expandiu para praticamente todo o mundo, embora com distribuição desigual em seu desenvolvimento.

O turismo tem avançado em todo o mundo, envolvendo enormes cifras econômicas, sendo movido pela necessidade dos viajantes, pelos inúmeros perfis de turistas e de oferta existentes, bem como pela velocidade de sua propagação e globalização. De acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o turismo “movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente; apenas na última década, expandiu sua atividade em 57%” (BRASIL, 1994, p. 9). Portanto, as atividades turísticas já se posicionam entre os principais setores da economia de grande número de países, a exemplo da indústria do petróleo, farmacêutica e automobilística.

Um problema relacionado à expansão do turismo em um mundo dominado pelo modelo de produção capitalista é que devido à forma e velocidade com que a economia cresce – incluindo o turismo –, rapidamente se propaga o uso e ocupação dos espaços para desenvolvimento desta e de outras atividades de forma indevida, causando impactos ambientais negativos além de limites aceitáveis. Assim, movida pela lógica da globalização em

geral, a humanidade através de seu padrão de consumo, bem como através do modelo de desenvolvimento de algumas atividades econômicas, tem promovido a apropriação e degradação dos recursos naturais, acelerando o risco de esgotamento dos recursos renováveis e não-renováveis, além de estimular a poluição. Há também impactos sobre o patrimônio cultural das comunidades que se tornam alvo do turismo, através do incentivo ao consumo irresponsável, orientado pelos interesses da acumulação de capital e de riquezas, em detrimento dos interesses da população excluída (SILVA, 1997, p. 147), que é vítima da má distribuição de possibilidades de emprego e de melhoria da renda. Sob esta lógica de produção capitalista, chega-se mais facilmente à apropriação e degradação dos recursos naturais e à violação cultural através das viagens turísticas.

Nas últimas décadas, como resultado da revalorização da natureza como consequência do surgimento da questão ambiental, também vem se intensificando a realização de viagens a destinos ou lugares que detêm ambientes nos quais a natureza se encontra bem preservada. Uma consequência desse processo de ‘retorno à natureza’¹, em uma lógica de aumento do valor desses ambientes, é que o espaço é transformado de forma crescente em produto mercadológico, em parte orientado por uma estratégia de consumo de seu cenário paisagístico.

Diante da expansão desse modelo desordenado de exploração dos recursos ambientais através do turismo para praticamente todo o planeta, começaram a surgir questionamentos por determinados setores da sociedade, a exemplo de Organizações Não-Governamentais (ONGs), organismos financeiros multilaterais e a academia sobre o modelo adotado. Novas abordagens de exploração econômica ligada ao turismo começaram a aparecer, havendo dentre elas, vários segmentos a exemplo de ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, que têm como elementos centrais uma preocupação com a conservação da natureza e com a re-valorização do patrimônio cultural envolvido, especialmente com as comunidades que passam a ter contato com o turismo. Essa é uma preocupação que vem se difundindo por todo o mundo. Em face à tendência atual de combinar interesses econômicos às questões ambientais, sociais, culturais e ao prazer de viajar, o ecoturismo situa-se como força propulsora de mudanças sociais, propugnando um novo tipo de consumo do espaço e uma nova postura frente ao ambiente (IRVING, 2000, p. 43).

Os princípios adotados pelo ecoturismo, bem como por outros tipos de turismo responsável, procuram precisar as possibilidades e os limites do ambiente com vistas a

¹ É com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo pelo turismo (SERRANO, 1997, 15).

alcançar o desenvolvimento da atividade turística com base em um modelo de uso do espaço de forma sustentável.

Muitas áreas [que] oferecem oportunidades para desenvolver vários tipos especiais de turismo, tais como: o turismo de interesse especial e de aventura, bem como de ecoturismo em fazendas, turismo baseado em desportos aquáticos, campismo, bem como étnico, nostálgico, etc. Estes são segmentos de turismo que conhecem um rápido crescimento e atraem principalmente turistas que são sensíveis ao ambiente (MCLNTYRE, *apud* BRASIL, 2001, p. 86).

Os vários aspectos envolvidos nesse tipo de turismo, que tem como foco central de interesse a natureza, demandam o aporte de conhecimento ligado a várias áreas do conhecimento, como é o caso da antropologia, sociologia e psicologia. O envolvimento na formatação da oferta turística de conhecimentos oriundos de vários campos do saber dá maior visibilidade a esse tipo de turismo e abre possibilidades de melhoria da qualidade das viagens à natureza ou dos serviços turísticos ofertados por grupos de lazer ou empresas de turismo que atuam neste segmento da economia na região turística dos Quilombos em Alagoas.

Um dos problemas associados à expansão dessas atividades em geral, e no estado de Alagoas, em particular, é que, freqüentemente, não existe uma preocupação com o planejamento e a gestão das atividades, de tal forma que se possa obter um desenvolvimento equilibrado das atividades, beneficiando todos os envolvidos. Assim, a crescente procura dos mais variados tipos de pessoas e turistas pelos serviços que oferecem essas atividades cria a necessidade de que estudos e pesquisas sejam realizados para explicar as interpretações e conseqüências geradas por esses segmentos turísticos.

É importante investigar os vários tipos de objetivos que se encontram associados a cada um dos segmentos turísticos ligados às viagens à natureza. Além disso, tem havido a tendência de uma especialização em muitas atividades. Por exemplo, de acordo com Machado (2005, p. 182), “o turismo de aventura busca diferenciar-se das demais segmentações existentes. Passando a ter característica própria, com normas e preocupações diferenciadas dos outros segmentos”, marcando, recentemente, o seu espaço para atuação específica, enquanto segmentação turística associada ao contato com a natureza.

Uma das freqüentes preocupações por parte dos estudiosos desta temática trata-se do crescimento desordenado de novas segmentações de lazer e turismo. Assim, há necessidade de minimizar os impactos negativos do turismo nas destinações. Esse tipo de preocupação tem

sido levantado por um grande número de autores e organizações² das mais diversas áreas do conhecimento (SHORES, 1992; BRUNS, 1997; SEABRA, 2000, BOO, 2002, SALVATI, 2004; SALVATI *apud* WWF, 2003). Um dos principais pontos levantados é que a discussão sobre o crescimento do turismo, quando centrada unicamente na sua dimensão econômica, é uma abordagem reducionista.

Assim, há a necessidade de ampliação dos debates e das análises sobre o desenvolvimento com base no turismo, adotando-se uma abordagem transdisciplinar³, que inclua as dimensões ecológicas, culturais, sociais e políticas. A importância desta proposição implica, dentre outras coisas, em poder-se ampliar o leque de pesquisas, discussões e análises neste setor, uma vez que a oferta das modalidades de lazer e turismo, bem como das diferentes segmentações, tende a receber a denominação de desenvolvimento sustentável.

Isto se dá porque um dos ícones fortes na representação da sustentabilidade destas atividades está ligado diretamente à defesa ou manutenção das áreas naturais em bom estado de conservação. Acredita-se que o desenvolvimento dessas atividades de lazer e turismo ligadas à natureza pode ser alcançado por meio de um planejamento e gestão adequados. De certa forma, há uma visão simplista em relação à promoção de um maior contato entre o homem e o meio natural, sem que tal contato resulte em impactos significativos. Evidentemente estas segmentações são comercializadas através do *marketing* turístico⁴, como “produto verde”, muitas vezes apenas por suas viagens serem destinadas a um determinado ambiente natural.

Em geral, a proposição de atividades de lazer e turismo ligadas à natureza é realizada, acreditando-se que o turismo brando⁵ é sempre conduzido com base na noção de sustentabilidade. Por exemplo, além de lhe ser atribuída a capacidade de gerar riqueza, se

² A relação envolve ambientalistas, professores, jornalistas, turismólogos e biólogos, dentre outras profissões.

³ A unidade aberta entre o Objeto transdisciplinar e o Sujeito transdisciplinar se traduz pela orientação coerente do fluxo de informação que atravessa os níveis de Realidade e pelo fluxo de consciência que atravessa os níveis de percepção. Esta orientação coerente dá um novo sentido à *verticalidade do ser humano no mundo* (BAZARAB, 1999, p. 63).

⁴ O *marketing* turístico é o conjunto de técnicas estatísticas, econômicas, sociológicas e psicológicas, utilizadas para estudar e conquistar o mercado, mediante lançamento planejado dos produtos, consistindo numa estratégia dos produtos para adequar seus recursos às novas oportunidades que o mercado oferece (MORAES, 2000, p. 147).

⁵ Conforme RUSCHMANN (1997, p. 111), “o desenvolvimento sustentável conduz a uma série de novos conceitos, todos constituindo uma reação aos excessos do turismo descontrolado: “turismo brando” (soft tourism), o “turismo suave” (sanfler tourism), o “turismo qualitativo” (*quality tourism*), “alternativo”, “responsável” etc” .

pressupõe ou se veicula através do *marketing* que o ecoturismo, turismo ecológico e o turismo de aventura são capazes de proporcionar as viagens sem prejuízos ambientais⁶. No entanto, há grandes preocupações, dada a velocidade com que esse segmento tem se propagado por intermédio da publicidade e da propaganda, bem como devido também aos grandes impactos ambientais que têm sido causados sob a égide do turismo de natureza (BRANDON, 2002, p. 223).

Ocorre, portanto, a necessidade de entendermos a projeção desta atividade realizada por intermédio das viagens a ambientes naturais tanto em escala mundial, como nacional e local, pois a tendência da globalização das atividades econômicas é capaz de proporcionar o crescimento e o desenvolvimento do turismo em praticamente todos os países. Porém, com frequência, na prática o crescimento do turismo descarta os aspectos relativos à sustentabilidade do desenvolvimento, inclusive no que diz respeito às comunidades na escala local. Desse modo, o entendimento que se busca ter passa pela compreensão das atividades de lazer e do turismo realizadas no ambiente natural, porém interpretadas pelo viés da sustentabilidade.

Um outro aspecto relevante, que exige a realização de estudos bem aprofundados para dar apoio ao planejamento do turismo em Alagoas, trata dos dados correspondentes aos turistas que demandam a este estado, pois a maior parte é motivada pelo interesse no patrimônio natural alagoano. Esse tipo de motivação respondeu por 90,7% da demanda turística de Alagoas, em 2002 (MOURA, 2004, p.36). No entanto, dados oficiais evidenciam a preferência dos turistas pela zona costeira de Alagoas, ou seja, eles vêm à procura principalmente do chamado “turismo de sol e mar”.

Em Alagoas, uma das dificuldades diz respeito à precariedade e, às vezes, falta de formulação de regulamentos, planos, programas, projetos e ações voltados para impulsionar as segmentações turísticas alternativas e atividades de lazer existentes, rumo à municipalização do setor; ou ainda, há falta de planejamento e discussão ampliada com a sociedade. Em geral, termina existindo um modelo vertical apesar de todo o avanço [teórico] realizado na base institucional da participação no Brasil (BARROS e ARAUJO, 2006).

Aliado a essas dificuldades, o estado de Alagoas se encontra localizado em uma área subdesenvolvida e está submetido a algumas condições de atraso social, econômico e político-administrativo. Este problema, quando associado ao desenvolvimento do turismo de natureza é

⁶ Esse tipo de turismo assume algumas características e perfis gerais como: o número de chegadas [dos visitantes e/ ou turistas] em países desenvolvidos cresce cerca de, 3,5% a.a.; enquanto que o hemisfério Sul mostra um crescimento de 6% a.a.; devido às suas riquezas naturais e suas culturas indígenas (CASTILHO e HENSCHEN, *apud* NIEFER, 1999, p. 1-2).

muito grave. Um dos problemas freqüentes associados ao desenvolvimento do turismo no Brasil, em especial na região Nordeste do país, é que os municípios ou regiões que apresentam aptidões para o turismo, por esse simples fato, geralmente tentam, de forma precária, criar oferta e atrair a demanda turística para os seus territórios, sem se estabelecer projetos conectados com o planejamento e o plano estratégico para o desenvolvimento das atividades de turismo e lazer.

Em Alagoas, o Plano Estadual de Turismo contempla oito Regiões Turísticas. Observa-se que dentre as oito regiões que fazem parte da regionalização oficial do turismo em Alagoas, em apenas uma delas, a região turística do Celeiro das Tradições, não há indicativo de potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura (ALAGOAS, 2005b)⁷, o que confirma a falta de critérios mais rígidos para o planejamento do turismo na região. Apesar dos vastos problemas associados ao planejamento oficial do turismo em Alagoas, a criação de um Plano Estadual para o desenvolvimento do turismo pode ser visto como um relativo avanço, uma vez que era comum apenas o crescimento espontâneo da atividade. Entretanto, apesar dessa incipiente iniciativa oficial de planejamento do turismo neste estado, a sua operacionalização não contempla de forma significativa os preceitos do Turismo Sustentável⁸.

Na prática, as políticas oficiais de turismo em Alagoas andam distantes dos princípios do desenvolvimento sustentável, assim como da priorização da municipalização do turismo, conforme preconiza o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, o qual atualmente encontra-se subsumido no Plano Nacional de Turismo. Com base nas políticas federais para o setor do turismo, o governo do estado de Alagoas faz constar dos documentos oficiais alagoanos objetivos de desenvolvimento sustentável do turismo em território alagoano. De modo que objetivos de desenvolvimento sustentável fazem parte do macro-programa 3, da política oficial de turismo de Alagoas⁹, onde constam a estruturação e segmentação da oferta

⁷Segundo mapa das Regiões Turísticas, emitido pela Secretaria Executiva do Turismo de Alagoas (SETUR), temos as seguintes Regiões: Sertão Alagoano, Canyon do São Francisco, Celeiro das Tradições, Foz do Velho Chico, Quilombos, Costa dos Corais, Região Metropolitana e Região das Lagoas dos Mares do Sul, contemplando um total de 102 municípios (ALAGOAS, 2005b).

⁸Torna-se mais pertinente o uso dos princípios do turismo responsável, onde o turismo deve: ser parte de um desenvolvimento amplo e de suporte de conservação; usar os recursos naturais de modo sustentável; eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais; ser informativo e educacional. (SALVATI, *apud* WWF, Brasil, 2003, p. 24 - 25).

turística neste estado nordestino.

Ao associar objetivos de desenvolvimento sustentável à política oficial de turismo em Alagoas, as autoridades responsáveis pelo setor necessitam suscitar amplos debates acadêmicos, públicos, institucionais e privados, assim como das ONGs a respeito de tais objetivos, envolvendo profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, com vistas a propiciar a devida atenção às novas segmentações atuantes no setor de viagens à natureza.

Em geral, tem-se a compreensão de que essas atividades, quando planejadas, são importantes para alavancar não somente o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento sustentável das regiões que são alvo dos segmentos turísticos ligados à natureza, principalmente na zona rural. Há em geral o entendimento de que a formulação e a implementação de tais políticas confere ao poder público a necessidade de conduzir essa política de forma participativa, particularmente na escala local (SEABRA, 2003), uma vez que a escala local frequentemente fica fora dos ambientes institucionais que são responsáveis pela tomada de decisões a respeito das políticas de turismo.

No caso de Alagoas, um aspecto de relevante interesse deve-se ao fato de essas destinações se situarem em áreas próximas a fragmentos de Mata Atlântica, no caso de Viçosa; ou ainda no entorno da Estação Ecológica – ESEC, no município de Murici. Esta Unidade de Conservação contém uma faixa contínua de maior extensão em Mata Atlântica no estado de Alagoas (ASSIS, p. 2000), além de pertencer à zona rural, onde há a necessidade de geração e promoção de emprego e renda, ainda que sazonais.

Há, portanto, a necessidade de estimular a interiorização e municipalização das atividades de turismo e lazer, de forma integrada às ações desenvolvidas por operadoras e grupos ligados ao setor. Este aspecto se deve às atividades ainda se encontrarem em estágios iniciais de desenvolvimento. Torna-se possível, a partir do levantamento diagnóstico e dos estudos realizados, identificarem medidas de alinhamento das atividades desenvolvidas com a teoria, gerando conhecimentos que potencialmente poderão contribuir para a condução das atividades desenvolvidas pelas empresas de turismo e grupos de lazer, localizados em Maceió e eventualmente em outras cidades alagoanas.

Em sua maioria, esses grupos e empresas se localizam em Maceió e atuam todos no desenvolvimento de atividades de turismo de aventura, além de proporcionar atividades de lazer de aventura na região turística dos Quilombos, em Alagoas. Estes, também oferecem turismo pedagógico e turismo ecológico. Levam grupos de pessoas (amigos, familiares, alunos e/ou turistas em visita ao estado de Alagoas) aos locais neste estado, tais como: a Foz do rio São Francisco; matas e cachoeiras dos municípios de Flexeiras e Murici (em áreas do entorno

da Estação Ecológica de Murici e Área de Proteção Ambiental de Murici); município de Viçosa (Fazenda Baixa Funda); município de Atalaia (Fazenda Stª Tereza – Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN); Pilar (Fazenda São Pedro - RPPN), bem como a áreas localizadas na Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu em Alagoas, localizada na área limítrofe dos municípios de Piaçabuçu, Feliz Deserto e Penedo, situados no extremo sul do litoral alagoano, nas proximidades do rio São Francisco.

Após o surgimento e a expansão das atividades que levaram à re-descoberta e re-valorização da natureza (SANTOS, 1994), notadamente com o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo governo de praticamente todos os países do mundo, começaram a proliferar atividades às quais se adiciona o prefixo “eco”, dando a entender que essas atividades levam em consideração as necessidades de conservação da natureza.

Este é o caso, no estado de Alagoas, do surgimento dos grupos de lazer e empresas de turismo que realizam viagens com visitantes e/ou turistas à áreas e aos ambientes degradados, bem como a áreas de natureza com alto grau de conservação. Apesar do surgimento das atividades de turismo de aventura, turismo pedagógico, turismo ecológico e ecoturismo, e demais formas de viagens e excursões voltadas ao contato com áreas de natureza preservada em Alagoas, não existem estudos voltados para a interpretação e análise das atividades dessas empresas e grupos com base na noção de desenvolvimento sustentável.

A importância da escolha das atividades de Turismo de Natureza em Alagoas, como tema de pesquisa justifica-se com base em vários tipos de argumentos:

a) os grupos e empresas informais privados que estão envolvidos com a atividade afirmam que as viagens à natureza em Alagoas são realizadas, levando-se em consideração a dimensão ambiental;

b) a política oficial de turismo de Alagoas se diz pautar pela preocupação com o desenvolvimento sustentável (ALAGOAS, 2005b);

c) frequentemente atividades como as em questão vêm causando graves impactos ambientais, mesmo em países que são normalmente conhecidos como sendo exemplares em relação às suas políticas de ecoturismo (SHORES, 1992; BRANDON, 2002); e

d) há o argumento, segundo o qual o turismo de natureza pode contribuir para se alcançar o desenvolvimento sustentável (FENNELL, 2002); além dos impactos positivos e negativos na natureza, o turismo de contato com a natureza conservada pode causar impactos socioculturais nas comunidades visitadas.

Portanto, é imprescindível se analisar as atividades de lazer e de turismo praticadas na

Região Turística dos Quilombos em Alagoas, à luz do significado de desenvolvimento local sustentável. É de fundamental importância gerar conhecimento sobre essas atividades em Alagoas com vistas a abrir novas possibilidades de pesquisa e de se oferecer subsídios aos tomadores de decisão, com vistas ao avanço de políticas de desenvolvimento com base no turismo de natureza que contribua efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico das áreas envolvidas.

Nesse cenário de dificuldades teórico-conceituais a respeito do turismo de contato com a natureza e de fragilidades na política oficial de turismo em Alagoas, há uma dimensão empírica da atividade turística neste estado que merece atenção. Trata-se da existência de vários grupos e empresas que oferecem serviços de lazer e de turismo na forma de viagens a áreas e ambientes de natureza com bom estado de conservação, apresentando diferentes modalidades, hoje com predominância no turismo de aventura.

Um aspecto relevante para o enfoque do desenvolvimento dessas atividades nestas áreas pertencentes aos municípios de Murici e Viçosa foi diagnosticado, através da coleta de dados, obtida por meio das entrevistas semi-estruturadas, bem como através das visitas *in loco* nesta região, onde se verificou de forma unânime a incidência de uso nas áreas pertencentes ao município de Murici. Também foi identificada em segundo lugar a área da Fazenda da Baixa Funda situada no Município de Viçosa.

Diante do contexto teórico esboçado e dos dados empíricos relatados, delimitam-se duas hipóteses: 1ª) Os grupos de lazer e empresas de turismo atuam coletivamente para o desenvolvimento destas atividades na região turística dos Quilombos, através da cooperação entre si; 2ª) Os grupos de lazer e empresas de turismo realizam viagens à natureza, internalizam e se pautam no significado de desenvolvimento sustentável para a oferta de suas atividades.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as atividades turísticas e relacionadas com viagens à natureza proporcionadas pelas empresas e grupos na região dos Quilombos no Estado de Alagoas.

Apresentou como objetivos específicos: a) inventariar as empresas de turismo e os grupos de lazer que operam com “viagens à natureza” na região dos Quilombos nos últimos onze anos; b) caracterizar as estratégias organizacionais utilizadas pelas empresas de turismo e grupos de lazer quanto à significação de desenvolvimento; c) identificar os lugares e as tipologias de turismo e de lazer utilizadas pelas empresas e grupos; e d) analisar as concepções de Desenvolvimento Sustentável das empresas e dos grupos.

A escolha destas duas áreas situadas nos municípios de Murici e Viçosa devem-se ao fato de que ficou constatado, através de levantamento de campos preliminares, haver uma maior incidência de uso dos atrativos naturais e culturais, através das atividades turísticas e de lazer, desenvolvidas na região turística dos Quilombos, em Alagoas.

Num primeiro momento, no capítulo 1, faz-se, uma abordagem sobre a História do turismo, com ênfase nas viagens à natureza, associadas à noção de desenvolvimento local e sustentável. Em seu subitem, discorre-se sobre as atividades turísticas versus atividades de lazer. O capítulo 2 apresenta os procedimentos metodológicos e técnicas utilizados a fim de atingir os objetivos do trabalho. A apresentação, ainda que breve, do potencial natural e capital natural da área de destinação Alagoas está presente no Capítulo 3, o qual foi denominado de Alagoas: destinação do turismo e lazer na natureza. O Capítulo 4 relata sobre as atividades de turismo e lazer proporcionadas pelas empresas e pelos grupos relacionados às viagens à natureza na região turística dos Quilombos, em Alagoas, onde são descritas a composição natural da região turística, as tipologias dos grupos e empresas, assim como as atividades que são desenvolvidas na região.

De uma forma geral, as viagens de lazer e turismo da natureza no estado de Alagoas têm se desenvolvido de forma diferente aos demais estados brasileiros. Em muitos outros estados brasileiros, tem havido intensas discussões a respeito do tema, na busca da construção de um melhor entendimento sobre essas atividades. É esse o caso, por exemplo, do Rio Grande Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Ceará. Um problema comum que tem sido enfrentado pelos envolvidos nessas discussões e tentativas de desenvolver a atividade em seus respectivos estados, é que estes se defrontam com grandes problemas de estrutura organizacional e institucional, principalmente no que diz respeito à aprovação de Projeto Lei, inclusive no Senado Federal, que tem como objetivo criar condições legais para o desenvolvimento desse tipo de atividade.

Atualmente, há um consenso entre a academia, o governo e as comunidades receptoras a respeito da necessidade de que sejam observados os limites da natureza e das comunidades locais em receber turistas. Frequentemente a iniciativa privada não considera toda a discussão sobre a importância da adoção de práticas responsáveis pela exploração dos recursos naturais.

É importante, pois, que se desenvolvam estudos sobre as viagens à natureza e atividades de turismo e lazer desenvolvidas em áreas de natureza com alto nível de preservação pelos mais variados tipos de grupos, discutindo-se a sua relação com a noção de sustentabilidade. Dessa forma, pode-se viabilizar o entendimento e quem sabe o alinhamento

das ações e práticas adotadas pelos grupos e empresas atuantes nesse tipo de serviço relativos à oferta do turismo e lazer na região turística dos Quilombos, em Alagoas.

“Nós não lutamos por um mundo no qual a garantia para não se morrer de fome troca-se pelo risco de morrer de tédio.”

Raoul Vaneigem

CAPITULO 1 - A HISTÓRIA DO TURISMO COM ÊNFASE NAS VIAGENS À NATUREZA, ASSOCIADAS À NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

As inquietações humanas em relação ao desconhecido, representado por outros lugares, próximos ou distantes, acompanham a humanidade há milênios. Não têm sua origem no presente ou há apenas poucas décadas. Barreto (1995), por exemplo, fala de uma protohistória do turismo, que remontaria ao século VII a.C. Além disso, a incessante busca por parte da humanidade para realizar os seus interesses econômicos criou a necessidade de ocupar novos espaços. Com o desenrolar da história, o homem foi seguindo novos rumos e atingindo destinações diferentes a cada viagem para lugares desconhecidos ou já visitados antes. Assim sendo, a evolução do ser humano e a sua expansão para praticamente toda a superfície do planeta o levou a imprimir novos usos aos lugares, causando interferências e mudanças no padrão de uso e ocupação da terra, bem como gerando conseqüências sobre os recursos naturais. Uma das principais conseqüências dos deslocamentos humanos foi que o homem, através das viagens, modificou e criou novas paisagens.

À medida que a sociedade evolui, gerando inovações nos sistemas produtivos, sobretudo como resultado da evolução técnica, mais a produção e a produtividade se ampliam. Uma das conseqüências dessa evolução da sociedade é que o ser humano passa a almejar, desenvolver e alcançar novas formas de comportamento, baseadas nos padrões de consumo mais avançados que são permitidos pelas novas conquistas científicas e tecnológicas. Essas transformações, numa fase mais avançada da sociedade, influenciam as questões de ordem sociais e institucionais no âmbito do modo de produção capitalista. As viagens são um dos meios melhor difundidos contemporaneamente para se atingir tais objetivos.

Como conseqüência dos desdobramentos da Revolução Industrial, os avanços nas tecnologias da comunicação e dos transportes foram de grande escala, o que deu impulso às viagens em praticamente todas as partes do mundo. Com isso, houve uma aceleração na velocidade das transformações onde esses lugares ainda preservavam muito das suas características naturais e socioculturais. Em tempos recentes, a globalização inerente à fase atual do sistema capitalista de produção, passou a influenciar, de forma cada vez mais direta, o pensamento das pessoas em praticamente todas as sociedades, com conseqüências sobre a produção, 'fabricação' e comercialização das viagens. As mudanças foram tão intensas e

difundidas que Rodrigues (1997, p. 26) menciona: “o homem urbano é que constitui o chamado *homo turisticus* ou *homo viajor*”.

1. Atividade Turística versus atividade de Lazer e Recreação

Na atualidade, quando o assunto a ser tratado é turismo o imaginário humano logo se conecta com suas fantasias e com a virtualidade das imagens das destinações turísticas que foram ou serão resgatadas e apropriadas para a sua mercantilização através das viagens.

É com vistas a proporcionar esse entendimento temático sobre a demanda e procura por viagens à natureza, que novas áreas do conhecimento buscaram somar diferentes contribuições profissionais à interpretação dos comportamentos manifestados nessa atividade socioeconômica. As contribuições advindas da economia, da psicologia, antropologia, geografia e, recentemente, a inclusão da educação física⁹, dentre outras, tiveram e/ou têm um papel relevante na ampliação dos estudos e das análises do turismo, não só em escala mundial como local. O turismo, bem como o lazer, é visto como uma atividade que só pode ser apreendida, explicada e planejada de forma transdisciplinar.

1.1 Lazer e recreação

Entender as diferenciações existentes entre as viagens turísticas e de lazer voltadas à natureza em qualquer destinação, assim como analisar as bases utilizadas para o desenvolvimento das atividades demandadas por essas viagens, trata-se de um grande desafio. Há muita coisa em jogo, para que se possa ofertar este tipo de serviço no âmbito do mercado. Como mencionado anteriormente, há variados tipos de turistas, mas há também aspectos culturais e políticos intervenientes, cada vez mais presentes no mundo contemporâneo. Um aspecto marcante das atividades turísticas foi o surgimento da questão ambiental, que se tornou difundida por todo o mundo nas últimas décadas, como resultado da re-descoberta da natureza, como a denomina Santos (1994). A busca pela re-ligação do ser humano com a natureza foi altamente explorada pelo setor produtivo, o que levou ao surgimento de um imenso mercado de viagens, nem sempre proporcionando essa re-ligação

⁹ Machado (2005:204 - 206) cita apenas a preparação física dentre as proposições das disciplinas ofertadas para atuação do profissional de Educação Física, porém vê-se que a *relição dos saberes* vai além desta atuação restritiva e proporciona a integração de conteúdos com diversas abordagens entre o *Homo turisticus* ou *vijor*, bem como *entre o homo ludens e o corpo na natureza*.

com a natureza, visto que a sua transformação sem precedentes causaria muitos impactos ambientais e socioculturais nas destinações.

No que diz respeito às práticas existentes, estas, na maioria das vezes, acontecem de forma adversa aos conceitos formulados e às metodologias propostas pelo setor turístico e pelos órgãos de meio ambiente, tendo em vista a ausência de investigações por parte principalmente do poder público local, ao qual muitas vezes caberia a elaboração de políticas públicas em nível local e a efetivação de seu cumprimento. As referências aos diversos pontos de vista das administrações, em suas esferas federal, estadual e municipal ou metropolitana, tornam-se preocupações hoje bastante difundidas, como se pode deduzir:

É assim que questões que representam atrativos inquestionáveis para o turismo – a preservação do patrimônio ambiental urbano; a proteção de uma paisagem qualquer; a questão das reservas naturais, as leis de uso e ocupação do solo com a tônica do turismo, etc., permanecem a descoberto. Assim acontecendo, a degradação do lugar é inevitável (YÁZIGI, 1999, p. 28).

As viagens, por se encontrarem situadas no campo econômico do setor Terciário, que envolve os serviços, provavelmente o setor que mais se expandiu nas últimas décadas em todo o mundo, passam a possuir grande expressão perante as novas formas de organização espacial. Este fato acentuou-se no século XX devido aos desdobramentos da Revolução Industrial e, conseqüentemente, também aos avanços tecnológicos e científicos que alcançaram o mundo empresarial, dando-lhe uma dimensão completamente nova. Os ditos “empreendedores” ao captarem e proporcionarem as viagens idealizadas pela humanidade acabam por responder às expectativas de consumo geradas pelo período pós-moderno.

Como conseqüência, na atualidade, as inovações no mercado também dizem respeito às viagens. São manifestas através da figura do capital financeiro, o qual, com a expansão e unificação do sistema financeiro internacional, passou a operar de formar harmônica – para o capitalismo – em praticamente todos os lugares do mundo. Entretanto, é importante lembrar que as viagens, incluindo as turísticas, são resultado das conquistas do “tempo livre” pela classe trabalhadora, através da organização dos movimentos sociais, que acabaram por estimular o mercado das viagens, quer pelo lazer e recreação, quer pelas vias turísticas, só para atender à sociedade de consumo, que se expandiu da Inglaterra para o resto do mundo.

Na realidade, a busca pela compreensão e importância das motivações existentes por trás do comportamento humano estende-se às atividades dos viajantes ou visitantes, a fim de que se tenha o entendimento de que estes aspectos subjetivos são partes integrantes da pessoa humana. Assim, a busca pela ludicidade nas atividades com as quais os turistas se envolvem

vem esclarecer em parte a importância do seu caráter descompromissado e divertido tão presente nas atividades de lazer e recreação, assim como em alguns tipos de viagens turísticas. É importante realçar aqui o elo forte que há entre o turismo e o lazer, sendo o turismo, em grande parte, resultado do lazer, visto como tempo livre (HALL, 1999).

O lazer passou por diferentes interpretações ao longo do seu processo de evolução, apesar de a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum ter ocorrido de forma relativamente recente e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. É importante que o entendimento sobre o lazer não se apóie na abordagem reducionista que tem sido tão comum na ciência (BARRETTO, 1995). Na abordagem do tema sobre lazer, as conceituações freqüentemente se restringem a um dos seus conteúdos culturais (DUMAZEDIER, 1980), como, por exemplo, o esporte, o turismo, as artes, não contemplando nas discussões sobre o lazer as muitas outras dimensões do “fazer cultural”, como comentado por Marcellino (1996, p. 24):

No senso comum, [valores associados ao lazer] os mais comumente relacionados são o descanso e o divertimento, deixando de lado os valores de desenvolvimento pessoal e social, que podem ser proporcionados pelo lazer.

Além da constatação das formas distorcidas através das qual o lazer é visto, há de se considerar também, que mesmo no meio acadêmico, o lazer foi e tem sido visto das mais variadas formas, mas, frequentemente, priorizando uma dimensão apenas. Este fato está subentendido na venda dos bens e serviços pelas empresas, que também é comentado pela sociologia empírica do lazer, como se pode verificar com base em Dumazedier (1974, p. 93):

[...] que pelos bens e serviços de lazeres (férias), as agências comerciais vendem o sol, a aventura, a expatriarcação sob formas mais padronizadas possível a fim de atrair o máximo de clientes, com uma despesa mínima e um benefício máximo. Os bens e serviços do lazer estão, pois submetidos às leis do mercado que os outros bens e serviços.

Com base neste entendimento, as atividades do lazer nas viagens à natureza e a sua relação com o desenvolvimento sustentável emergem outras reflexões. O autor procura ampliar as discussões e análises das restrições indefensáveis que levam à negação do lazer no cotidiano das pessoas, dos trabalhadores, enfim do lazer pessoal e expõe que, ocorre um equívoco:

É abusivo confundir um condicionamento econômico-social que limita a possibilidade de escolha pessoal e a coação familiar, espiritual ou política que é normativa e pode desembocar, sob pena de sanção, na repressão da escolha pessoal das atividades de lazer (DUMAZEDIER, 1974, p. 93).

A partir da crítica exposta acima a respeito da visão reducionista, muitas vezes presentes nas discussões sobre o tema, o entendimento de lazer que se tem neste trabalho procura destacar a importância da subjetividade presente nos indivíduos que buscam e se envolvem com as atividades de lazer¹⁰. O lazer refere-se a

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social e voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais (DUMAZEDIER, 1980, p. 19).

De forma semelhante, Miler e Robinson (*apud* REQUIXA, 1980, p. 34), citam que o lazer é “Um conjunto de valores de desenvolvimento e enriquecimento pessoais, que o indivíduo alcança, utilizando o tempo de lazer, em função de uma escolha pessoal de atividades que o distraiam”.

Assim, o conceito adotado neste trabalho trata-se da integração das duas concepções conceituais citadas anteriormente, que se constituem tanto em atividades de lazer realizadas no tempo livre, quanto o associa à concepção valorativa das atividades desenvolvidas. Através das quais Requiça (*op. cit.*) procura unir numa só composição as concepções conceituais de lazer apresentadas acima. Assim, neste trabalho, entende-se como lazer “Uma ocupação não-obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social” (REQUIXA, 1980, p. 35).

O somatório destes elementos vem possibilitar a aplicabilidade conceitual de lazer ao entendimento e à análise de alguns tipos de viagens à natureza que têm cunho turístico, mas também esportivo, contemplativo, ou seja, com objetivos de lazer e recreação em alguns destinos, por parte de grupos informais e empresas que operam, tendo como base as capitais litorâneas brasileiras. As viagens ou passeios são realizados na sua maior parte para ambientes de Mata Atlântica, mas incluem também destinos ou lugares, situados em regiões de outros biomas, como é o caso dos biomas Caatinga e Cerrado.

Em um sentido amplo, as atividades de lazer, quer sejam realizadas em ambientes urbanos ou em ambientes como os mencionados, envolvem vários tipos de recreação. Na

¹⁰ Existem atividades classificadas como opostas ao lazer tais como: o trabalho profissional, suplementar ou complementar, os trabalhos domésticos, atividades de manutenção, atividades rituais ou ligadas a cerimonial, resultante de uma obrigação, além das atividades ligadas aos estudos interessadas (DUMAZEDIER, 1980, p. 20).

realidade, é muito difícil se distinguir entre atividades que seriam de recreação e aquelas que não se enquadrariam nessa categoria conceitual, uma vez que os fatores que determinam a recreação são muito variados e sutis. Esse entendimento apóia-se na seguinte citação:

Fique bem claro que não há determinadas atividades que sejam recreativas e outras que deixem de ser. Qualquer uma é recreação, basta que a atitude mental do executante, adulto ou criança, se caracterize pelo prazer, liberdade e enfim em vista na própria execução. Esta atividade, que é de nossa livre escolha, que nos dá prazer, na qual temos um fim em vista, nos absorve e nela nos empenhamos de forma verdadeiramente ativa. Não pode haver indiferença no processo de uma atividade recreativa (FREITAS, 1997, *on line*).

Nessa perspectiva, através do estudo analítico das atividades de lazer, de recreação e de turismo, é possível estabelecer relações entre as atividades, tomando-se por base a subjetividade existente: o bem-estar das pessoas e sobre o seu estar no mundo, que, em última análise, envolve inexoravelmente uma atitude e tomada de posição frente à realidade social, cultural, política, física e ambiental. Assim, pode-se fazer a proposição, segundo a qual, viagens ou passeios realizados a ambientes com alto nível de preservação da natureza têm de forma subjacente implicações em várias dimensões do desenvolvimento sustentável, uma vez que o desenvolvimento sustentável é visto como sendo uma proposição que envolve uma abordagem holística (BRAMWELL & LANE, 1993). As atividades, ações e atitudes desenvolvidas pelos praticantes de tais atividades podem ser estudadas visando entender quais os embasamentos filosóficos que subjazem as práticas.

Normalmente, o entendimento e explicação do desenvolvimento de atividades *lato sensu*, ligadas ao turismo, em qualquer região, envolvem uma análise dos estágios nos quais as destinações ou os lugares turísticos se encontram. Cada estágio apresenta características próprias como previsto no modelo do ciclo de vida dos lugares turísticos (BUTLER, 1980). Assim, a análise das estratégias e do nível de desenvolvimento das atividades turística proporciona o aporte aos dados e às informações que permitem estabelecer o estágio de desenvolvimento bem como as implicações ambientais das atividades em questão. As destinações evoluem a partir de um estágio denominado por Butler (*op. cit*) de “exploração” quando a área ainda está no início e ambientalmente bem conservada, até o estágio de “estagnação”, quando a área já se encontra muito degradada.

Esse tipo de análise, mesmo nos estágios iniciais da evolução dos lugares turísticos, tem se mostrado bastante aceitável por estudiosos, planejadores e gestores. A compreensão de como uma determinada área se insere dentro do mundo do lazer, da recreação e do turismo pode oferecer; dados e informações relevantes ao desenvolvimento de políticas públicas

voltadas para um aproveitamento mais racional dos recursos ambientais e culturais, podendo contribuir para a construção de um estilo de desenvolvimento mais duradouro, também para a iniciativa privada.

Há que se entender, entretanto, que nem todas as viagens à natureza, ou seja, a ambientes de natureza preservada, são atividades turísticas. Portanto, nem todas as viagens são organizadas, realizadas e geridas com fins lucrativos ou econômicos, quer dizer, visando à sua inserção no mercado turístico e ao lucro financeiro. Atualmente, são bastante comuns no Brasil grupos que se autodenominam de “ecoturísticos”, que, em geral, viajam com vistas a possibilitar aos seus integrantes apenas um maior contato com o meio natural, no rastro da busca contemporânea pela re-ligação com a natureza, sob a inspiração dos mais variados pontos de vista. Há também grupos que realizam essas viagens com o propósito de praticar esportes da natureza ou ainda esportes radicais, não se constatando, porém, nesse caso, uma viagem turística, mas uma atividade recreativa devido à competitividade existente entre os participantes. Também pode ser caracterizada como atividade de lazer ou entretenimento, se houver liberdade na participação de seus integrantes.

É interessante mencionar aqui que essa é uma área do conhecimento que está apenas começando a se desenvolver e que, portanto, apresenta grandes lacunas de entendimento e explicação. Uma das explicações para tais lacunas é que, com o desenvolvimento e a expansão dos meios de comunicação e de transportes, as novas atividades surgem e se desenvolvem de forma muito rápida, seguindo-se um período relativamente longo para que a ciência explique o que aconteceu, o que está acontecendo e, mais difícil ainda, estabeleça as tendências que assim permitam uma gestão mais eficiente das atividades socioeconômicas relacionadas.

Viagens à natureza

A propósito desta questão, a atividade turística diferentemente das atividades de lazer e recreação em geral está vinculada de forma mais direta e intensa à lógica do mercado econômico mundial. Não é por mera coincidência que o turismo como, o conhecemos na atualidade tenha surgido na Inglaterra, berço do capitalismo e da Revolução industrial.

Com as características de crescimento econômico no chamado período pós-industrial, em meio aos avanços tecnológicos associados às comunicações e aos transportes, as viagens, incluindo as turísticas, acompanharam a velocidade de transformação que se

processava no seio da sociedade mundial. Assim, a globalização hegemônica e hegemonzadora tornaram-se possível pelo sistema capitalista de produção, apropriaram-se do pensamento da sociedade, de seu espaço social, assim como da produção, fabricação e comercialização das viagens, como afirma Rodrigues (1997).

Assim, no contexto científico, tecnológico, social, cultural e econômico do capitalismo, os transeuntes se deslocando ao longo dos trajetos percorridos pela viagem de turismo transformaram as viagens em uma grande possibilidade para o seu desenvolvimento, como uma atividade econômica altamente valorizada pelo capitalismo devido a sua capacidade de gerar lucro. Pode-se mesmo afirmar que há uma estreita relação construída entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, proporcionado pelas viagens com o modo de produção capitalista.

Agora, as viagens enquanto produto mercadológico é traduzida em larga escala nos ‘quatro cantos do mundo’ pela palavra *turismo*, que assim como a noção de lazer e de recreação, também se presta a diferentes interpretações e entendimentos conceituais que nem sempre são congruentes entre si. Desta maneira, busca-se, aqui, uma maior compreensão para o entendimento semântico do termo turismo.

A literatura que trata da história do turismo relata que “[d]esde o início do século XX, vêm sendo elaboradas definições de turismo, fenômeno que chamou atenção dos economistas em primeiro lugar e cuja relevância no cenário econômico já tinha sido acenada na Inglaterra no século XVII, quando se percebeu que, juntamente com as pessoas, viajava o dinheiro” (BANDUCCI JUNIOR; BARRETO, 2001, p. 7). Por sua vez, a Organização Mundial do Turismo (OMT) conceitua o turismo como sendo a soma de relações e serviços resultantes de uma troca de residência temporária e voluntária, não motivada por razões financeiras ou profissionais (MOLINA, 2005, p. 12).

Alguns autores buscam a origem do termo turismo a ser adotado para oferecer maior ligação com o conceito e pressupostos teóricos abordados em seu estudo ou em pesquisas. Numa perspectiva histórica, Calvente (2005, p. 1), afirma: “A palavra turismo tem como matriz a palavra francesa *tourisme*”. Por outro lado, Andrade (1995, *apud* CALVENTE, 2005, p.1) explica que a matriz lingüística original do termo do *tour* – *tornare* – é latina, significando volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida.

No presente estudo, os aspectos relativos à origem e ao significado com relação à trajetória percorrida pelo visitante ou turista, tal como foi destacada pelos autores anteriormente menos nos importa. Isso se deve à presença de uma necessidade maior, que se

espelha na possibilidade de focar a diferenciação conceitual existente entre turismo e lazer, tendo em vista que os seus significados, em geral, são confundidos.

Neste trabalho, o turismo considera algumas das dimensões de sustentabilidade, identificadas em um levantamento realizado por Bruns(2002), onde o turismo diz respeito a

Um estudo sobre o homem quando afastado de seu hábitat costumeiro, da indústria que responde às suas necessidades e do impacto que tanto ele quanto a indústria têm sobre os ambientes sociocultural, econômico e físico hospedeiros (JAFARI *apud* BRUNS, 2002, p. 50).

Esta é a definição de turismo que melhor se aplica às viagens ou aos passeios turísticos que buscam estabelecer um contato direto com a natureza fora das áreas urbanas, uma vez que além de incluir o deslocamento, também buscam contemplar as transformações que podem advir dos deslocamentos. É uma definição atual no sentido de que o turismo de natureza é, pelo menos em tese, um tipo de turismo que embute a perspectiva de planejamento e gestão ambiental, contemplando assim uma preocupação com a proteção dos lugares visitados, bem como com as populações das comunidades locais.

A variação nas formas como o turismo é conceituado tem sido resultado, dentre outras coisas, da forma através da qual se dá a experiência turística para os envolvidos, podendo assumir diferentes formas tipológicas de acordo como é estruturado e organizado, assumindo assim variações para os viajantes ou visitantes em potencial, a exemplo, de se optar entre o turismo de massa ou o turismo alternativo. Essas formas de turismo correspondem também a determinados tipos de turistas, e estão ligadas a alguns perfis do turista. Diante desta afirmação, pode-se dizer:

O turista de massa é aquele que se desloca para destinos populares conhecidos, e de preferência em grupos, mantém com as populações residentes pouco ou nenhum contato, dado que está, via de regra, acompanhado de um guia, ou viaja com todos os contatos previamente realizados por um agente de viagens, e dentro do possível só visita locais reparados para recebê-lo (BARRETO *apud* BANDUCCI; BARRETO, 2001, p. 14).

No extremo oposto da definição do turismo de massa, encontra-se o que se convencionou chamar de turista alternativo, embora este termo se aplique atualmente a uma ampla variedade de tipos de turistas. Entretanto, de uma forma geral este turista alternativo tem como elemento que o distingue do turista de massa o perfil aloccêntrico que o motiva a viajar em pequenos grupos, a manter contato com a comunidade local, optar por lugares

diferentes dos habituais, gosta de admirar a natureza, assim como escolhe viagens que lhe proporcionem um maior contato com os meios natural e cultural. No geral, o turismo alternativo envolve as seguintes modalidades de atividades turísticas: ecoturismo, turismo agroecológico, turismo rural, turismo de aventura, e por fim, o turismo no meio rural. De uma forma geral, pode-se, falar que o turismo, de maneira genérica, é denominado de “turismo de natureza”, abrange todas estas modalidades mencionadas acima, pois todas elas têm em comum o desejo de se re-estabelecer um contato, buscar uma re-ligação com a natureza, que supostamente foi perdida pela civilização ocidental.

Analisar o desenvolvimento das atividades turísticas com base nos segmentos de viagens caracterizados pelo perfil psicográfico dos turistas permite separar teoricamente o turismo de massa, que tem o poder de causar impactos ambientais negativos de grande escala, do turismo de natureza, que abarca várias modalidades de turismo que em geral são defendidas como sendo atividades que intrinsecamente levam a variável ambiental em consideração, dentre as quais se podem citar ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, como expressão crescente no cenário turístico da zona inter-tropical do planeta. No caso do Brasil, os biomas Floresta Amazônica, Pantanal e Mata Atlântica têm sido o alvo crescente desse tipo de atividade.

1.2 Conceitos e Modalidades:

1.2.1 Ecoturismo

Dentre as várias perspectivas conceituais do ecoturismo e considerando a interpretação deste numa meso-escala, a mais adotada no Brasil pelas principais instituições públicas, a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur), trata-se da compreensão elaborada pelo grupo que redigiu as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, que o apresenta da seguinte forma:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Numa ótica diferenciada da institucional acima abordada, argumenta-se que:

Aquilo que se chama de “ecoturismo” teria de ser, para situar-se nos devidos eixos, do ponto de vista de forma léxica e de conteúdo. Ou se reinventa a palavra ou se usa entre aspas, já que está consagrada pelo uso... Uma denominação do tipo turismo preservacionista cairia bem, de acordo com uma possível associação com a busca de preservação e recuperação de ecossistemas (YÁZIGI, 1999, p.118).

Embora as controvérsias a respeito do termo “ecoturismo” sejam palco de grandes debates conceituais no mundo acadêmico, tem-se um outro entendimento com base no seu uso disseminado no cotidiano brasileiro. A partir do senso comum, numa escala local, segundo Yázigi, “[o] ecoturismo tem sido entendido como práticas pedagógicas, esportivas e de lazer junto à ‘natureza pura’, nos lugares diferenciais que ainda existem sob proteção: florestas, bosques, cursos d’água, montanhas escaláveis, exponenciais [...] (YÁZIGI, 1999, p. 115-6).

Uma outra discussão que tem sido realizada por alguns autores, contrariando o entendimento das instituições públicas como o Ibama e Ministério do Meio Ambiente (MMA), tratam de diferenciar conceitualmente o *ecoturismo* e o *turismo ecológico* (SELVA; COUTINHO *apud* SEABRA, 2000). Defende-se que o turismo ecológico ocorre na ausência de preocupações para com as questões dos ambientes naturais e áreas protegidas, ou seja, seria um tipo de atividade que não privilegia um enfoque de conscientização sobre a questão ecológica. Assim, conforme Seabra (2000, p. 41), o turismo ecológico é visto como sendo [o] segmento no qual seus sujeitos – turistas e promotores de viagens – procuram o contato direto com ambientes naturais diversos, sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou a compreensão das interações e das dinâmicas estabelecidas no ambiente.

Já em relação ao segundo termo – ecoturismo –, cita que

[s]urge para designar a modalidade de turismo cujas bases apoiam-se nas propostas do desenvolvimento sustentável: comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões – natural, econômica, social e cultural (SEABRA, 2000, p. 41-2).

Diferentes instituições no Brasil usam ora um desses dois termos, ora o outro, tem-se como exemplo o Serviço Brasileiro para o Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae) que adota em suas políticas o termo “ecoturismo”: “O ecoturismo [...] é definido como uma exploração econômica não destrutiva da natureza, tendo como objetivo gerar recursos que conservem a natureza” (SEBRAE, 1995, p. 8). Na compreensão de Western (2002, p. 18), trata-se muito mais de se focar a necessidade de conservação¹¹, que implica diretamente nas

¹¹Ao conceituar conservação ambiental, Franco (2001, p. 36) afirma que este conceito se refere ao usufruto dos recursos naturais pelo homem na linha de mínimo risco, isto é, sem degradação do meio, e do mínimo gasto de energia. Pode-se ainda dizer que a conservação significa utilizar sem destruir ou degradar a fonte origem do alimento ou de energia.

ações exercidas nas localidades e, sobretudo, destacando como expoente a máxima do impacto positivo. Segundo esse autor, em um sentido amplo, o ecoturismo tem como objetivo “[p]rovocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Neste trabalho, adota-se o conceito de ecoturismo apresentado por Western (2002, p. 18), associada à abordagem conceitual empregada pela Embratur já discutido (BRASIL, 1994).

1.2.2 Turismo de aventura

O turismo de aventura tem se apresentado, mais recentemente, como uma segmentação que cresce devido à adesão e ao fortalecimento da oferta e demanda de suas atividades, assim como devido à ampliação das bases de sua cadeia produtiva. Durante a realização da Oficina de Turismo de Aventura do Rio Grande do Sul, foi utilizada a seguinte definição para o turismo de aventura: “Segmento do turismo que proporciona viagens ligadas à natureza, buscando a superação de limites pessoais com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente” (MACHADO, 2005, p. 185).

De forma um pouco diferente, os participantes de uma oficina de discussão sobre o tema, realizada em Minas Gerais, conforme consta do Relatório da Oficina Nacional de Planejamento do Turismo de Aventura (BRASIL, 2001), definiram o turismo de aventura como sendo um:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (RELATÓRIO, 2001, p. 7).

Deduz-se, a partir da discussão, que o conceito de turismo de aventura embute até certo ponto aspectos do ecoturismo, embora as inovações decorrentes da emancipação do turismo de aventura tenham assumido características próprias, distintas das atividades do ecoturismo. Torna-se pertinente lembrar que diante dos problemas ocorridos com grande risco de vida algumas das modalidades envolvem, levaram alguns adeptos em nível nacional a

acidentes fatais. Esses fatos, dentre outros, exigiram organização por parte de alguns praticantes e empresas de turismo que ofertavam estas atividades. Daí a necessidade de análises e discussões acadêmicas associar-se ao conhecimento empírico, pois se trata de mais uma condição para o avanço da ciência, uma vez que esta estabelece os marcos teórico-conceituais que permitem a análise científica do mundo, nas suas mais variadas particularidades. Vejamos o que Western (2002, p 18) atenta:

Se acreditamos que o ecoturismo diz respeito à harmonia entre turismo, conservação e cultura, seu papel é limitado. No entanto, o ecoturismo corre o risco de descaracterizar-se se adotarmos um conceito amplo demais, que abranja todo tipo de turismo ligado à natureza. Uma forma de contornar o dilema é começar por pequenas coisas, mas com grandes objetivos - focalizar o mercado especificamente voltado à natureza, tendo em mente as questões cruciais.

Aliás, de um modo geral, todas as modalidades de turismo que são associadas ao chamado turismo de natureza incluem em maior ou menor grau uma preocupação com a dimensão ambiental. Assim, a discussão a respeito do turismo de natureza é importante para o planejamento e a gestão dessas atividades, de forma que possibilite o desenvolvimento de práticas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das áreas ou regiões que são exploradas.

1.2.3 Turismo pedagógico

Esta modalidade de turismo bem como a de excursões pedagógicas tem como finalidade proporcionar aos estudantes e professores da instituição escolar a vivência e aprendizagem, baseadas num processo interativo entre as demais áreas do conhecimento e os lugares visitados. Esta é uma nova modalidade, que está sendo praticada no Brasil

O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é o elemento motivador para dar encanto à educação. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente de divertimento e prazeres (RIO GRANDE DO NORTE, 2005, *on line*).

A modalidade específica de turismo pedagógico trata de uma atividade que é recente quanto ao seu estudo, sendo, geralmente, confundida com o excursionismo¹². Ainda é

¹² O entendimento das atividades de excursionismo [acontece] quando o visitante permanece apenas algumas horas, não existindo estrutura ou permissão para o pernoite (CALVENTE, 2005, p. 85).

classificada e entendida como turismo ou excursionismo pedagógico, onde esta última atividade, quando realizada com pernoite e permanência superior a 24 horas caracteriza-se em atividade turística, conforme diferenciação exposta por Siqueira e Ornelas (2005, p. 19).

Embora esta atividade tenha sido denominada e citada, inicialmente, como sendo o turismo jovem¹³ (BRASIL, 2001, p. 92), hoje é denominado de turismo pedagógico ou educacional. O acesso a esse entendimento conceitual foi identificado apenas em recentes publicações sobre este tema. O entendimento conceitual sobre turismo pedagógico trata-se do seguinte, conforme Giaretta (2003, p. 33):

Considera-se turismo estudantil todas as viagens e excursões praticadas por estudantes com a finalidade de complementar e ampliar o conhecimento para sua vida profissional e as viagens de formatura, para conclusão de curso para comemorar a conclusão de uma etapa da vida estudantil.

A importância na identificação dessa atividade, bem como de seu desenvolvimento na região turística dos Quilombos reside no fato de que, quando esta atividade é devidamente planejada, além de proporcionar a conservação do ambiente natural e preservar as diversas formas de vida existentes numa determinada localidade, é capaz de promover a recuperação de áreas degradadas, reintroduzir espécies em extinção, bem como manejar áreas e trilhas. Possibilita ainda a inserção e participação da comunidade na identificação, interpretação e/ou com indicação temporal de fatores intervenientes encontrados no lugar explorado.

1.3 Turismo de Natureza versus Desenvolvimento Local e Sustentável

As restrições ao desenvolvimento sustentável das atividades ligadas ao ecoturismo devem em parte ao fato de o rápido crescimento econômico das viagens à natureza não ter sido capaz, na sua maioria, de incluir as dimensões da sustentabilidade, nem a formulação e implementação das atividades. No Brasil, multiplica-se a oferta turística fundamentada nos recursos naturais, procurando atender a todos os gostos, idades e estilos de vida (SILVA et al., 2004, p.150).

Na realidade, a intensificação na expansão das atividades turísticas muitas vezes corresponde às expectativas geradas pelo turismo de massa, tipo de turismo que normalmente não inclui uma preocupação pela conservação ambiental. O turismo de massa é capaz de

¹³ Está sendo estimulado em vários países para que muitos jovens estudantes tenham a oportunidade para aprender e descontraírem-se viajando - Manual de Municipalização do turismo (BRASIL, 2001, p. 92).

degradar sobremaneira os recursos naturais, gerando também impactos negativos sobre o patrimônio cultural. Paradoxalmente, isso também ocorre no âmbito da demanda, oferta e exploração das atividades ou segmentações do turismo de natureza, assim como da diversificação desse produto no mercado, muitas vezes ainda entendido e/ou comercializado como ecoturismo, turismo verde ou turismo de baixo impacto.

Uma outra visão sobre os problemas do desenvolvimento relacionados às atividades das viagens turísticas, que causam impactos sobre o patrimônio natural e cultural, também se devem às desigualdades que resultam das intervenções humanas nas paisagens naturais e culturais, por outras atividades socioeconômicas. Sobre isso Silva (1978, p. 10) afirma:

A paisagem cultural pode apresentar-se homogênea ou heterogênea. Ela é também resultado de uma desigual combinação dos fatores humanos: econômicos, sociais, políticos e culturais. Além disso, há a ação humana sobre a paisagem natural modificando-a e acentuando seu caráter homogêneo, quando ocorre uma adequação entre o meio natural e o meio cultural. A não transformação adequada das condições naturais forma paisagens culturais heterogêneas. A paisagem cultural é modificada ou redefinida, por sua vez, pelos próprios humanos.

Assim, pode-se afirmar, com base em uma análise da sociedade capitalista, que esta apresenta historicamente uma grande capacidade de gerar impacto ambiental, que frequentemente lugares que são alvo do chamado turismo de natureza são degradados, o qual deveria teoricamente ajudar na construção do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o turismo de natureza e sua relação com o desenvolvimento surgem como forma de poder garantir a minimização dos impactos negativos através das viagens, que estão intimamente ligadas à paisagem natural enquanto mercadoria, para atender à demanda crescente das viagens à natureza. Naturalmente, na prática desse tipo de turismo, a paisagem necessita ser conservada ou preservada, na medida em que os recursos naturais representam o capital natural para o desenvolvimento dessa atividade socioeconômica. É importante ressaltar também, na discussão sobre desenvolvimento, que, em geral, os lugares visitados pelos turistas de natureza já comportam uma sociedade, muitas vezes presente nesses ambientes, há décadas, senão séculos. Há uma preocupação com essas sociedades na literatura específica, como transparece na citação abaixo:

Em consequência, não há como negar que a paisagem deve destinar-se, primeiro aos habitantes, sem detrimento, é claro, da partilha com os de fora. Isto significa que políticas oficiais de preservação e valorização de paisagem que não passem pelo eixo do cotidiano e do trabalho estão, já de início, comprometidas ou são suspeitas (YÁZIGI, 2002, p. 60).

Assim, pode-se afirmar que a natureza e as condições de conservação do patrimônio natural são hoje observadas enquanto fatores imprescindíveis à continuidade de existência

dessas atividades pretéritas, que passariam a conviver gradualmente cada vez mais com as várias atividades associadas às diversas modalidades de turismo de natureza. Além disso, é importante que haja a inclusão das comunidades locais no planejamento e desenvolvimento dessas atividades, como forma de gerar a sua inclusão social e econômica no turismo. Esse ponto é destacado com grande preocupação por diversos autores deste setor, que procuram contribuir com um dos aspectos de alta relevância debatida no cenário turístico mundial:

Há, no mundo todo, centenas de áreas que recebem o turismo voltado à natureza, mas raros são os exemplos de comunidades que foram bem-sucedidas na realização da dupla meta de desenvolvimento da comunidade e proteção ambiental (BRANDON, 2002, p. 229).

É devido às perspectivas dos impactos gerados pelas atividades socioeconômicas que tem havido uma discussão também sobre os possíveis impactos do turismo. Para tanto, a compreensão institucional do conceito de turismo de natureza torna-se pertinente no entendimento dessa discussão. Frequentemente, associa-se a atividade de forma direta à política de proteção ambiental, a exemplo, do governo de Portugal, que assim se refere ao turismo de natureza: “Turismo de Natureza é um produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas” (PORTUGAL, 2007, *on line*).

As discussões em torno deste tema em âmbito institucional deram-se através das Resoluções do Conselho de Ministros n. 102/96, de 05 de Julho de 1996, e 60/97, onde reconhecem

[...] que o desenvolvimento da actividade turística deve, nas AP, contribuir para a valorização do seu património natural e cultural, foi celebrado um protocolo de cooperação entre o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente, em 12 de Março de 1998, com o objectivo de implementar o Programa Nacional de Turismo de Natureza (*op. cit.*).

Ainda este mesmo documento conceitua e caracteriza o turismo de natureza da seguinte forma:

O turismo de natureza pressupõe a prática integrada de actividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, actividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais (PORTUGAL, 2007, *on line*).

Dentre as orientações expostas nas resoluções institucionais públicas a respeito do incentivo ao turismo de natureza, destaca-se a importância das diretrizes na condução do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, pois essa atividade turística reúne diversas segmentações que podem gerar impactos ambientais adversos nos lugares visitados.

Este fato por si só vem solicitar o empenho e compromisso do poder público, como também dos outros atores envolvidos, na valorização sociocultural e ambiental das localidades exploradas. Afinal, o imperativo do desenvolvimento sustentável consiste em incluir a preocupação com a identificação, classificação e condução das atividades de lazer e turismo, assim como na identificação dos atores sociais envolvidos, a fim de que eles, num futuro próximo, possam instaurar, de forma mais participativa, a gestão dessas atividades, rumo à forma de desenvolvimento que se aproxime efetivamente de sua sustentabilidade.

A preocupação com a proteção ambiental nas regiões visitadas é muito pertinente uma vez que tem havido uma expansão acelerada das atividades do turismo de natureza, com um crescimento na demanda por viagens a lugares detentores de paisagens naturais de grande valor cênico, agora não somente necessárias ao “*homo ludens*”¹⁴, mas também pelo caráter lúdico que pode ou não estar presente nas viagens. Estas são transformadas em mercadorias turísticas para consumo por parte do “*homo turisticus*”.

1.3.1. Conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável

As diferentes acepções conceituais sobre a noção de sustentabilidade têm a sua origem ligada ao conceito ecológico de “comportamento prudente”, que faz com que um predador evite explorar sua presa em demasia para assegurar uma “produção ótima sustentável” (BARTELMUS *apud* FRANCO, 2001, p. 41). Ainda segundo Franco, ao conceito de sustentabilidade também se pode associar o de “renda” na economia, que visa oferecer às pessoas uma idéia de quanto podem consumir sem empobrecer, podendo ser referida como “orientações para uma conduta prudente”. No entanto, com vistas a evitar a escassez no suprimento de recursos e de serviços ambientais de absorção de dejetos, levou à extensão do critério de sustentabilidade do capital produzido para incluir o “capital natural”¹⁵ de maneira que há controvérsias quanto à teoria e aos discursos a respeito da sustentabilidade.

¹⁴A origem latina da palavra *ludus* significa um combate simulado, mas não competição enquanto tal; [...] O caráter sagrado e sério de uma ação de maneira alguma impede que nela se encontrem qualidades lúdicas (HUIZINGA, 1938, p. 87).

¹⁵O capital natural inclui recursos não-renováveis - tais como petróleo e minérios, recursos renováveis (tais como plantas, animais, água) e serviços ambientais (tais como o ciclo hidrológico, a assimilação de resíduos, a reciclagem de nutrientes, a poluição de cultivos) (BEGOSSI, *apud* CAVALCANTE, 1998, p. 60).

Ao discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, Fernandes (2003) afirma que há dimensões discordantes entre o que se entende por desenvolvimento sustentável e a ordem econômica e política advinda dos interesses e das exigências do capital internacional. Fernandes sustenta:

Assim, se a proposta de Desenvolvimento Sustentável não implica um modelo efetivo de desenvolvimento, é preciso pensá-la em termos realistas. Com isso, queremos dizer que, a nosso ver, essa proposta é, na verdade, a de uma política ambiental global – elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital – de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais, somente apresentada como alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, com referência às estratégias de construção de sua plausibilidade (FERNANDES, 2003, p. 140).

Embora esta abordagem contenha aspectos relevantes em torno da discussão de sustentabilidade aplicáveis ao gerenciamento e interferências político-econômicas e internacionais, enquanto forças decisórias na ordem mundial, portanto numa escala global, pensa-se que há alternativas que se encontram em e no desenvolvimento, situadas em escalas menores, e que, por conseguinte, têm obtido êxito principalmente no campo turístico¹⁶, as quais se alinham à noção de desenvolvimento local sustentável. Nesse sentido, Bastos (2005) argumenta que “[o] desenvolvimento sustentável deve ser estudado à luz de suas possibilidades”. Assim, sugere-se que não há uma impossibilidade absoluta de se discutir o desenvolvimento sustentável no contexto das sociedades capitalistas, como discutido e proposto por Veiga (2005).

Do ponto de vista acadêmico, a noção de sustentabilidade pode ser analisada à luz de diferentes abordagens conceituais. Por exemplo, Shores (1992) apresenta uma escala com cinco dimensões usada para a análise do ecoturismo (ANEXO I). Por seu turno, Cavalcante (1998, p. 87), adaptando critérios empregados pelo projeto Aridas/Ipea, introduziu novos aspectos aos critérios de análise existentes, com vistas à análise da sustentabilidade, a saber:

- a) a dimensão geoambiental: defende a utilização racional e a conservação dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, patrimônio insubstituível de todos;
- b) a dimensão econômico-social cria e oferece as condições para o crescimento econômico socialmente incluso e equitativamente distribuído;
- c) a dimensão científico-tecnológica busca assegurar o domínio e a permanente atualização do conhecimento, estimulando o processo continuado de inovação social, permitindo a criação das condições viáveis para que a sustentabilidade do desenvolvimento seja implementada de forma eficaz;

¹⁶ Ver turismo rural (2000, p. 199-222), o texto Formação de um ‘Cluster’ em torno do Turismo de natureza Sustentável em Bonito-Ms (BARBOSA, M.A.C.; ZAMBONI, R.A, 2000), que são exemplos de desenvolvimento sustentável com grande êxito nos lugares de ocorrência (www.eclac.cl/ddpeudit/proy/clusters/bonito.pdf).

d) a dimensão político-institucional visa implantar e consolidar o sistema político-democrático e participativo que dê continuidade e consistência a um processo ordenado de políticas e ações que garantam a implementação plena e global das dimensões acima referidas.

Diante das diferentes versões conceituais apresentadas sobre o desenvolvimento sustentável, torna-se necessário que sejam conduzidas pesquisas a respeito da práxis adotada na realização das viagens à natureza nos mais variados tipos de destinações, levando-se em consideração também os tipos dos grupos e empresas que estão por trás dessas atividades. Isso é importante porque há no Brasil uma lacuna de conhecimento no campo do turismo em geral e no campo do turismo de natureza em particular. Um outro fator relevante para essa discussão diz respeito às contingências específicas encontradas em cada uma das localidades que são exploradas turisticamente, envolvendo propriedades particulares, terras públicas e ambientes situados dentro de unidades de conservação da natureza legalmente constituídas, envolvendo, por exemplo, Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Assim, é importante que se estude como cada grupo ou empresa que realiza esse tipo de turismo se relaciona com cada área visitada, para se entender as práticas de conservação que são adotadas, ou não, bem como em relação a como as comunidades locais são tratadas. Isso é importante porque o turismo de natureza, nas suas variadas formas, tem teoricamente uma preocupação com as comunidades envolvidas, foco principal da noção de desenvolvimento local, como se pode ver na citação que se segue:

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas beneficiária do desenvolvimento (MARTINS, 2003, p. 52).

As proposições acima apresentadas são de fundamental importância na indicação do caminho a ser percorrido para o alcance do tão discutido desenvolvimento, quer através das atitudes dos gestores ou empreendedores das atividades realizadas, quer através das políticas para implementação efetiva destas segmentações turísticas.

A discussão a respeito do desenvolvimento local é realizada em relação também à noção de desenvolvimento sustentável. Neste estudo adota-se o conceito usado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN *apud* SACHS, 1991, p. 24), que o considera como “o processo que melhora as condições de vida das

comunidades e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas”.

Após as exposições conceituais realizadas, evidencia-se a necessidade de ampliação do debate sobre o turismo de natureza, desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável, no mundo acadêmico, mas também na sociedade. Mais amplamente falando, que se possa gerar uma aproximação no conhecimento conceitual a respeito das modalidades e ações do turismo de natureza. Conforme diz Yázigi (1999, p. 29): “O campo turístico como qualquer outro, resente-se de solidariedade de classe. Faltam ações de interesse comum, onde todos têm a ganhar. Isso é válido, tanto em nível municipal, como empresarial”.

1.3.2. Espaço, lugar e território para o desenvolvimento local

Além dos problemas do desenvolvimento propriamente dito, é necessário que a discussão sobre o turismo de natureza seja ampliada para outros conceitos relevantes direcionados para as atividades socioeconômicas em geral. Por exemplo, é necessário se discutir a questão espacial, pois o espaço geográfico é o *locus* das atividades sociais. Nesse sentido, Silva (1978, p. 10) argumenta: “a proposição de espaço geográfico mais conhecida e completa é a de que a lei mais geral de sua formação é a lei do desenvolvimento desigual”. Assim, nas atividades turísticas desenvolvidas nas sociedades capitalistas também haverá a tendência de o espaço geográfico do turismo se configurar de forma desigual também.

Avançando um pouco mais na discussão sobre espaço, mencionamos Santos (1985, p. 52):

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente representam apenas realidades espaciais, limitadas de mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

É justo falar sobre o espaço geográfico. Ele é resultante também das atividades turísticas, apresenta forma, função, estrutura e processos próprios não só das atividades turísticas, mas também da sociedade capitalista, que também estão presentes em qualquer outra atividade socioeconômica existente neste modo de produção.

Diante da perspectiva analítica de espaço abordada pela geografia crítica, surge uma vertente do pensamento geográfico no Brasil que está preocupada não apenas com a configuração do espaço geográfico, mas com a explicação de como os recursos naturais são

explorados, através de que modelo produtivo, e quais são os beneficiários e aqueles que são excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, várias categorias analíticas empregadas pela geografia podem ser discutidas na perspectiva da sua apreensão teórica da realidade. Por exemplo, a categoria analítica “lugar” é útil para o estudo das atividades turísticas ligadas à natureza, especialmente por que o lugar é apreendido na sua conexão com o global, portanto podendo fazer uma conexão com uma atividade que normalmente tem origem nas áreas urbanas. De acordo com Santos (1996, p. 122),

[...] cada lugar é marcado pela combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria específica de trabalho. Em cada lugar, as variáveis A, B, e C [...] não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí a diferença entre eles.

Assim, os ambientes que são explorados pelas atividades turísticas se inserem em um modelo mais amplo de sociedade, relacionando-se a ações e lógicas que impõem aos lugares certas determinações que têm o poder de transformar radicalmente os lugares visitados. Assim, juntamente com a explicação sobre como funcionam os lugares geográficos nas sociedades capitalistas contemporâneas, é necessário também se discutir a exploração desses lugares à luz da noção de desenvolvimento sustentável, pois é esta noção que pode inserir um elemento novo no modelo de geografização das atividades turísticas.

Um conceito interessante da Geografia Humanista que tem grande relevância para a discussão sobre as atividades turísticas é o conceito de *topofilia*, entendido como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1980, p. 5). Uma consequência desse conceito é a de que os lugares visitados pelos turistas, incluindo ambientes distanciados das áreas urbanas, apresentam mesmo que de forma esparsa, uma população autóctone ou que vive naquele lugar há muito tempo. Assim, eles desenvolvem laços afetivos com o seu lugar, o que lhes conferem identidade. Daí decorre que o planejamento e a gestão das atividades de turismo precisam levar em consideração essa realidade dos lugares visitados, se o objetivo é o desenvolvimento sustentável.

As ações de intervenção sobre o espaço das áreas visitadas ou território das atividades “ecoturísticas” ou do turismo de aventura têm o potencial de causar impacto sobre as relações sociais existentes nos lugares, alterando muitas vezes uma rede de relações que as

comunidades locais desenvolveram ao longo do tempo, na sua rotina de trabalho e vivência nos lugares. Essa realidade do lugar, que é vivida diretamente, pelos residentes é mais difícil de ser captada e sentida na sua plena extensão pelos visitantes, pois

Para se 'sentir' um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugaz e pouco dramática, repetida dia após dia e através dos anos. É uma mistura de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer, e se pôr, de trabalhar e brincar (TUAN, 1983, p. 203).

Assim, pode-se sugerir que há uma lacuna entre a promessa dos grupos localizados em áreas urbanas que levam grupos de pessoas a ambientes onde habitam pequenas comunidades e muitas vezes dispersas de experimentarem a cultura local. Raramente, o contato rápido dos visitantes com os lugares permite que eles consigam interagir profundamente com as características socioculturais locais. Frequentemente, vive-se apenas uma experiência superficial proporcionada pela visita a um lugar diferente daquele costumeiro dos visitantes. Pode-se dizer então que uma visita com essa característica poderia acrescentar um esforço maior em termos de intercâmbio cultural, entre os visitantes e os residentes, afinal o acesso às dimensões do natural também é culturalmente construído.

“É assim que avança o conhecimento, que não é uma revelação num dado instante, nem mesmo uma marcha linear e simples da ignorância ao conhecimento, mas uma estrada cheia de complicados meandros, que acompanha os acidentes do terreno sobre o qual ela passa e que, por vezes, deve voltar atrás. É apenas uma estrada, um caminho que passa através da natureza: mas como diz Hegel numa fórmula singular e profunda: é um caminho que se faz a si mesmo”.

H. Lefebvre

CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo abordará os procedimentos metodológicos tendo como base o referencial teórico utilizado na presente pesquisa. A pesquisa utilizada é a qualitativa, obedecendo a um processo de três etapas que são apresentadas através dos seguintes tipos de pesquisa quanto aos seus objetivos propostos:

Os procedimentos técnicos tomados, em sua primeira etapa, foram à pesquisa em fontes de papel (DENCKER, 2007, p. 152- 7):

A pesquisa bibliográfica e documental

O tema de interesse inicial foi o Ecoturismo, porque se pensava encontrá-lo como principal oferta de segmentação das viagens na região do estudo. No entanto, ao contactar as pessoas envolvidas com integrantes dos grupos ou empresas ficou evidente uma maior incidência na oferta e prática do lazer e/ou turismo de aventura. Devido ao fato de haver uma grande proximidade nos propósitos do ecoturismo com o turismo de aventura e demais segmentações ou atividades de lazer na natureza, foi realizada uma revisão de literatura também sobre esse tema, com o objetivo de desenvolver um entendimento teórico sobre o que vinha a ser esse segmento turístico.

Dessa forma, pode-se verificar que, à medida que o estudo evoluía e tornou-se claro que eram desenvolvidas na região outras modalidades, como turismo ecológico e turismo pedagógico. Além disso, o ecoturismo não tinha uma longa história na região, nem havia um volume razoável de atividades ecoturísticas, sendo desenvolvidas que justificasse um estudo especificamente sobre esse segmento.

Foram identificados e consultados os seguintes materiais: documentos e material veiculados nos sites de alguns grupos e empresas através da *internet*; de *folders* e cartazes publicitários, bem como projetos dos grupos e empresas de lazer e/ou turismo.

Relatórios estatísticos da demanda turística, o Plano Estadual de Turismo do Estado de Alagoas (2005b), pertencentes à Secretaria Executiva do Turismo de Alagoas - Setur/AL

2.1 Análise de documentos

Esta fonte de dados e informações teve como objetivo identificar quais as áreas mais exploradas pelas viagens à natureza em Alagoas; caracterizar os principais tipos de atividades desenvolvidas; identificar as principais características físico-ambientais das áreas exploradas;

analisar o conteúdo de imagens associadas de forma direta e indireta ao produto de lazer ou turismo envolvido. O material examinado incluiu cartazes, fotografias, plano turístico, encartes publicitários, sites, projetos, bem como material informativo sobre eventos em áreas naturais. Foram priorizados elementos que tinham relação com as questões que estavam sendo estudadas.

2.2 Planejamento da pesquisa.

Por tratar-se de um conteúdo pioneiro nesta região turística, o planejamento da pesquisa deu-se primeiramente através dos seguintes itens relacionados abaixo:

2.2.1 A identificação e escolha dos sujeitos

- A indicação e contato com os sujeitos da pesquisa deram-se através de algumas pessoas que já haviam viajado, vivenciado ou mesmo que teriam o conhecimento da ocorrência dessas atividades de lazer ou turismo desenvolvidas por alguns grupos ou empresas nesta região. Essas indicações sobre os sujeitos, como também sobre as atividades foram fornecidas por estudantes e professores da UFAL, além de serem coletadas através de entrevistas abertas realizadas pessoalmente com alguns funcionários da Setur/AL. Houve ainda a indicação de algumas atividades, assim como de outros grupos ou empresas pelos integrantes dos grupos entrevistados através das entrevistas abertas (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 197);

- Através de contatos telefônicos foram realizadas entrevistas não-dirigidas com a finalidade de levantar dados secundários, entre janeiro e maio de 2006. Houve utilização do tipo de entrevista não-estruturada, segundo o qual o entrevistador tem liberdade de desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, sendo uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas foram do tipo abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 197);

- Inicialmente, através da pesquisa exploratória, poderão ser identificadas e verificadas as atividades, bem como as modalidades correspondentes. Estas foram diferenciadas conforme as proposições do referencial teórico, tomando-se por base os conceitos de lazer, bem como o conceito de turismo, buscando diferenciá-las, num primeiro momento, através de entrevistas não-estruturadas (MARCONI e LAKATO, 2003, p.197). Posteriormente, as

atividades turísticas foram classificadas segundo as segmentações turísticas e/ou atividades de lazer ocorrentes na região por meio das viagens à natureza.

A escolha dos grupos de lazer e empresas de turismo.

Inicialmente, houve dúvidas com relação à denominação e classificação dos agentes promotores de viagens, que oscilaram entre grupos e empresas. A diferenciação classificatória enquanto grupo ou empresas de lazer e turismo devem-se ao fato de as empresas terem a possibilidade de se inserirem em programas de turismo e/ou lazer, de maneira que os grupos não se caracterizam enquanto empresas, também por não possuírem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Por esse motivo, neste trabalho estão sendo tratados diferentemente os grupos de lazer das empresas turísticas. Isso deve-se ao fato de as empresas também poderem se beneficiar das linhas de crédito, bem como das políticas de isenção tributária que possam ser oferecidas pelo governo federal, caso estejam seus registros devidamente cadastrados pelo Ministério do Turismo.

As justificativas para escolha desses grupos e empresas tiveram na sua localização espacial um fator condicional para a sua inserção ou não nesta investigação:

1) Um dos fatores se concentrou no fato de que a atuação dos grupos e empresas para o desenvolvimento destas atividades deveria proporcionar suas viagens à natureza a partir do município de Maceió;

2) A outra condição deve-se à questão de o uso territorial de seus destinos situar-se em localidades pertencentes aos vinte e três municípios pertencentes à Região Turística dos Quilombos, no estado de Alagoas (ALAGOAS, 2005b, *on line*);

3) A terceira exigência estava na tipologia das atividades ofertadas poder ser contextualizada enquanto atividade de lazer e/ou turística. Essa diferenciação enquanto atividade, deu-se pelo caráter implícito e pelo diferencial existente entre atividades de lazer e turismo, além da condição das atividades oferecidas pelos grupos de lazer em realizar suas atividades sem fins lucrativos, ou seja, sem obtenção de lucro comercial, devido à motivação de a viagem ter por finalidade a obtenção de prazer, entretenimento e diversão sem estabelecimento de vínculo com outras atividades relativas ao mundo do trabalho, ou seja, são atividades livres e descompromissadas.

A escolha dos entrevistados

A identificação do representante dos grupos e empresas que foram incluídos no estudo ocorreu livremente. Por sugestão de alguns integrantes dos grupos e empresas, através das entrevistas abertas, houve a indicação de que apenas uma pessoa integrante do grupo ou empresa fosse entrevistada.

Essa decisão foi aceita nesta pesquisa devido à justificativa de que não haveria disponibilidade de tempo por parte dos entrevistados a fim de que todos ou a maioria dos integrantes dos grupos ou empresas pudessem participar.

Os critérios levantados para a escolha do(a) representante de cada grupo ou empresa foram os seguintes: 1) o próprio grupo ou empresa escolheria um único representante; 2) tomar-se-ia por base de escolha a pessoa que estava na liderança ou já tinha liderado o grupo; ou empresa. 3) o integrante escolhido para participar da entrevista deveria estar mais bem atualizado (a) sobre o histórico de desenvolvimentos do grupo ou empresa, sobre o calendário, programações, bem como sobre o processo de desenvolvimento das atividades ofertadas e as formas de seu agendamento.

Uma das preocupações emitidas pela maioria dos entrevistados era de que o tempo de entrevista não fosse curto. A maior preocupação na aplicação do roteiro de entrevista não se deteve à determinação do tempo, mas na condução e correspondência existente entre as perguntas emitidas e respostas realizadas, a fim de que houvesse respaldo perante a abordagem e análise a serem realizadas.

O tempo de atuação dos grupos e empresas

Não houve condições preliminares sobre o maior ou menor tempo de atuação entre os grupos e empresas. A indicação do tempo de atuação pretendeu obter uma média do tempo de oferta desses serviços entre os representantes dos nove grupos e empresas investigados. O foco da pesquisa estudou e analisou as percepções, concepções, formas e estratégias de desenvolvimentos, promovidas pelas empresas e pelos grupos através das atividades de lazer e turismo, na natureza, na Região Turística dos Quilombos, em Alagoas.

2.2.2 A escolha da técnica de aplicação do roteiro de entrevista

Através do perfil das lideranças de grupo e empresas entrevistados foi possível escolher os procedimentos que melhor se aplicariam aos procedimentos metodológicos, bem

como as técnicas utilizadas no estudo. A técnica do roteiro de entrevista semi-estruturada obteve pleno êxito em sua aplicação, dada a identificação do perfil aloccêntrico presente nas lideranças que proporcionam o desenvolvimento destas atividades de lazer e turismo, assim como emitiram sugestões a respeito da escolha das pessoas entrevistadas.

Dentre os muitos elementos relacionados aos turistas ou viajantes, as tipologias de turistas se constituem uma abordagem interessante porque permitem analisar o tipo psicográfico das pessoas que proporcionam as viagens à natureza, assim como as que se aventuram nas viagens turísticas. Nesse sentido, também se torna perceptível e possível de ampliar este tipo de perfil aos promotores de turismo e lazer com as viagens à natureza.

Dentre as muitas tipologias, os estudos de Plog¹⁷ (1977) são provavelmente os mais difundidos, através dos quais as motivações pessoais são utilizadas para identificar e analisar os turistas e visitantes, relacionando-os às características das viagens e dos lugares visitados, utilizando-se do perfil psicográfico dos turistas, aqui também estendido aos representantes dos grupos e empresas de turismo que ofertam viagens à natureza na Região Turística dos Quilombos. Por serem identificados não com turistas *psicocêntricos*, que são conservadores e gostam de viajar a lugares lugar-comum, mas como outro extremo dos perfis dos turistas, como os *alocêntricos*, que são turistas aventureiros e que gostam de experimentar do novo. Isso tem como exemplos os aloccêntricos gostam de visitar lugares selvagens ou de natureza bem preservada, como é o caso de muitas áreas de Mata Atlântica localizadas na zona costeira brasileira, que representam um desafio para a visita dos turistas, principalmente devido às dificuldades de acesso a áreas florestadas desse tipo.

2.3 Coleta dos dados

Na segunda etapa, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos:

Para a realização deste trabalho, recorreu-se a vários procedimentos metodológicos complementares, numa abordagem metodológica qualitativa. Essa abordagem consiste, dentre outros procedimentos possíveis, em que sejam adotados meios diferentes para o levantamento de dados de tal forma que as questões de pesquisa possam ser examinadas a partir de perspectivas diferentes.

¹⁷Com base em uma série de estudos sobre motivos das viagens turísticas nos EUA, conclui que os turistas se distribuem numa linha que vai desde o psicocêntrico, até o aloccêntrico, que são os pontos extremos de uma curva, e tem seu ponto mais relevante no mesocentrismo, isto é, no meio entre os semipsicocêntrico e semialocccêntrico. (PLOG, 1973, p. 14 *apud* RUSCHMANN, 1997, p. 94).

2.3.1 Escolha da técnica de investigação

Primeira etapa:

2.3.1.1 Entrevistas abertas

Foram realizadas várias entrevistas abertas com representantes dos 10 grupos informais e empresas turísticas alvo deste estudo com a finalidade de identificá-los. No início do ano de 2006, esses contatos foram realizados, primeiramente através do telefone. Convém salientar que uma das empresas pioneiras neste setor de viagens à natureza, a Ecotur, só fora contactada e entrevistada, apenas nesse momento.

De acordo com Brandão (1983), as entrevistas abertas tratam de uma técnica de pesquisa interessante porque permite o surgimento de hipóteses inesperadas que podem ser exploradas pelo pesquisador. Por isso, não se pode seguir um programa prévio para a realização das entrevistas abertas. Durante todo o estudo, a pesquisadora manteve contatos telefônicos e encontros com os entrevistados e sempre que surgia a oportunidade, uma entrevista era realizada com o objetivo de esclarecimento sobre o roteiro, e informações a respeito de outras pessoas a serem contactadas, bem como para complementação dos dados.

Ainda com base nas entrevistas abertas conduzidas, a primeira etapa deste estudo envolveu o primeiro contato com alguns representantes dos grupos e empresas, bem como com funcionários da Setur/AL. Nesta etapa, foram identificadas em Alagoas algumas atividades ofertadas e/ou praticadas nesse campo das atividades de lazer e turismo que têm como objetivo proporcionar vivências de aprendizados pedagógicos e esportivos em áreas naturais, que têm como motivação primeira promover um maior contato do homem com a natureza.

Ao final, decidiu-se examinar as atividades de nove grupos e empresas específicos por eles apresentarem características relacionadas a tempo de existência, às atividades realizadas, ao perfil do material de divulgação, associado às percepções desenvolvimento, às vezes, ao perfil dos seus membros, o que ocorreu à medida que o estudo avançava.

Segunda etapa:

2.3.1.2 Roteiro de entrevistas semi-estruturadas

A técnica das entrevistas semi-estruturadas tem amplo emprego nas ciências sociais, humanas e ambientais. De acordo com Lakatos e Marconi (2004), o emprego dessa técnica cria a possibilidade de interação entre o pesquisador e os sujeitos alvo da pesquisa; permite o acesso e observação direta do contexto imediato dos entrevistados; além de oferecer a possibilidade de acesso a informações pessoais que podem ter impacto positivo no estudo, por identificar dimensões técnicas, sociais, políticas, etc., potencialmente esclarecedoras das questões e/ou temas estudados.

Assim, foi aplicado um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice I) a um representante de cada grupo de lazer e empresa turística. Teve por objetivo levantar, investigar e interpretar as diversas formas de desenvolvimento das atividades de lazer e turismo, bem como os grupos e empresas promotores dessas viagens à natureza na Região Turística dos Quilombos, em Alagoas.

Os dados resultantes das entrevistas semi-estruturadas foram relatados de tal forma que fosse mantido o anonimato do entrevistado. Esta condição foi garantida pela pesquisadora no momento em que os representantes dos grupos e empresas foram convidados a participar do estudo.

Anteriormente a cada entrevista realizada, foram expostos os objetivos, o título do trabalho, bem como a importância da coleta das informações e dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os dados e informações foram analisados de forma qualitativa, priorizando-se os conteúdos que tinham relevância com as questões que estavam sendo investigadas.

2.3.2 Levantamento de campo

O levantamento de campo teve como objetivo principal realizar um reconhecimento visual da Região Turística dos Quilombos (ALAGOAS, 2005b), uma vez que, durante a realização das entrevistas abertas e através do exame de documentos impressos, incluindo *sites*, ficou evidenciado que essa região, que faz parte da política oficial de turismo de Alagoas, era a principal região turística explorada pelos grupos e empresas estudados.

A identificação das localidades onde os grupos de lazer e empresas de turismo atuam ocorreu após a identificação de alguns responsáveis pelo desenvolvimento destas atividades. Verificou-se também que essas viagens eram realizadas a partir da ação de grupos informais e empresas turísticas localizadas na grande Maceió, tendo maior utilização das áreas de Mata

Atlântica nos municípios de Murici e Viçosa, no estado de Alagoas. Assim, o foco do estudo foi alterado com o propósito de examinar as atividades desenvolvidas por esses grupos de lazer e empresas de turismo, a partir da familiarização da pesquisadora com ambientes na área de ocorrência da Mata Atlântica em Alagoas que são exploradas por atividades de lazer e turismo. O conhecimento de vários lugares visitados com esse fim (particularmente nos municípios de Viçosa, Murici), deu-se por motivo de haver uma maior incidência de viagens a esses dois municípios.

2.3.3 A análise e discussão

Algumas categorias foram coletadas com a pretensão de se obter uma maior visibilidade das diversas formas de desenvolvimento das atividades de lazer e turísticas, delineadas por empresários e líderes de grupos de turismo ou lazer na região turística dos Quilombos, no estado de Alagoas, razão por que a abordagem utilizada para análise dos dados foi a qualitativa, sendo também relevantes os procedimentos metodológicos apresentados pelo turismo. Esses considerando as técnicas e procedimentos que priorizavam os conteúdos tinham relevância para com as questões que estavam sendo investigadas. Pensamentos, ações e sentimentos [servem] para explicar, justificar, e questionar essa realidade (GOMES, *apud* DESLANDES, 1994, p.74).

Para análise de alguns dados foi tomada por referência, parte da proposta dialética de MINAYO (1992 *apud* DESLANDES et al, 1994, p.77), onde algumas categorias utilizadas foram elencadas:

- concepção teórica do turismo e de lazer (conceituação de turismo denota a negação conceitual de lazer, contradições nas falas dos entrevistados emitidos também pelas modalidades de atividades indicadas, como atividades ecoturísticas, sendo na verdade atividades de turismo ou lazer de aventura).

- conservação das áreas e a sua relação com o desenvolvimento, bem como continuidade da oferta das viagens à natureza, realizadas na região turística dos Quilombos, em Alagoas. Ainda relativa a esta categoria da conservação, uma possibilidade de sua verificação foi possível de ser realizada via as percepções de desenvolvimento sustentável, sobre qualificação e/ou treinamento dos integrantes dos cinco grupos e das quatro empresas, bem como nas inovações realizadas pelas diferentes atividades ofertadas, e nas opções por diferentes estratégias para desenvolvimento da empresa, assim como das atividades.

- a percepção sobre as atividades de lazer e turísticas, realizadas na área, assim como a percepção e/ou concepção de sustentabilidade e sua relação com as dimensões do desenvolvimento sustentável.

O destaque na eleição de categorias e procedimentos aplicáveis nesta pesquisa deu-se principalmente, pelas falas e percepções expressas pelos entrevistados, que ofertam essas viagens à natureza, na região turística dos Quilombos, porque trata de um aspecto subjetivo de análise, abordada também segundo a pesquisa qualitativa.

“Nós somos o que fazemos, mas somos principalmente aquilo que fazemos para mudar o que somos”.

Eduardo Galeano

CAPITULO 3. ALAGOAS: DESTINAÇÃO DO LAZER E TURISMO NA NATUREZA

Alagoas é um dos estados brasileiros em que a natureza está diretamente associada à destinação do turismo e lazer, possuidor de áreas naturais de grande beleza cênica. Tal fato é resultado em grande parte das características naturais de Alagoas, um estado que

[t]em temperatura quente o ano todo, mas a umidade varia, do litoral para o interior. Isto proporciona dois climas: o quente e úmido, no litoral e Zona da mata; e quente e seco no Agreste e no sertão. [...]. A rede hidrográfica tem suas nascentes no Estado de Pernambuco e apresenta duas vertentes: a Atlântica, com rios perenes; e a do São Francisco, com rios temporários (ALAGOAS, 1994, p. 10).

O estado de Alagoas apresenta ainda grande potencial turístico, tomando-se por base seu patrimônio cultural, este é contemplado com as mais diversas manifestações da cultura popular, as quais são representadas pela dança, folguedos como o Guerreiro, poesia, comidas típicas, a literatura de cordel, artesanato (cestarias, utensílios de barro...), dentre tantas outras manifestações. De forma que Alagoas: “[...] possui um dos maiores acervos no setor da cultura popular” (PEDROSA, 2000, p. 23).

O conjunto formado pelos aspectos naturais e culturais de Alagoas é muito rico e variado, apresentando grande potencial como base para o desenvolvimento de atrativos turísticos, uma vez que fazem parte do patrimônio histórico das populações locais, sendo, portanto uma expressão de cada lugar, que apresenta uma combinação particular das características naturais e culturais. Com base nesse patrimônio, se pode pensar na proposição de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável em cada região do estado, a partir da sua base de recursos naturais e culturais.

O potencial da natureza para o desenvolvimento das atividades econômicas extrativistas e turísticas, assim como para a recreação e o lazer no estado de Alagoas, tem sido amplamente reconhecido por órgãos públicos, pesquisadores e pela mídia (SEBRAE/AL, 2004; VERAS, 1991).

Embora tenha havido uma intensificação das atividades turísticas em Alagoas a partir das últimas décadas, constata-se a escassez de dados e informações turísticas, inclusive nas instituições públicas como a Secretaria Executiva do Turismo de Alagoas (Setur) e a Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (Semptur-Al.), do Município de Maceió. O que é público e notório é que o estado de Alagoas tem um grande potencial para o turismo, potencial

que vem sendo explorado tanto pelo turismo de massa, que tem como foco principal o litoral, quanto pelos pequenos grupos informais e empresas, que oferecem atividades e serviços voltados para visitas a ambientes de natureza preservada na região da Mata alagoana, no interior do bioma da Mata Atlântica.

3.1 A natureza: potencial natural

Encontram-se registros que se reportam à década de 30 do século passado, identificando o grande potencial natural oferecido por Alagoas para o desenvolvimento da atividade turística e de lazer. Por exemplo, Brandão (1937), através de descrições espaciais e paisagísticas, revela-nos o quadro vivo e ilustrativo da natureza, assim como as potencialidades existentes nas mais diversas regiões de Alagoas, e relata que “[a]lém desses motivos de admiração suscitados pela vista dos quadros da natureza de Alagoas, há no Estado lugares eminentemente pitorescos [...]” (BRANDÃO, 1937, p. 18).

O mesmo autor prossegue citando os lugares: Maragogy; Jequiá, enquanto distrito de São Miguel dos Campos; Serra das Mãos, pertencente ao município de Traipu. Cita ainda que em Viçosa, na Serra dos Dois Irmãos, vê-se uma pedra que ostenta a forma irrisória de um porco (BRANDÃO, 1937).

Vê-se, portanto, que em Alagoas, há aproximadamente 70 anos o seu espaço geográfico era observado e apresentado com potenciais para o desenvolvimento do turismo. Este encantamento, com o patrimônio natural do estado de Alagoas já se encontrava presente no pequeno livro de Moreno Brandão intitulado “Vade-Mecum do Turista em Alagoas”, publicado em 1937. De acordo com Veras Filho, a referida obra foi escrita “Por sugestão do Deputado Federal Dr. Orlando Araújo, que, na Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, era pioneiro dos mais acentuados propósitos para a criação e desenvolvimento do Turismo em nossa Terra (1991, p. 36).

Apesar da referência no livro de Moreno Brandão ao estado de Alagoas, o que pode ter sido referido ao estado como um todo parece ter havido na história alagoana uma forte inclinação à valorização das áreas litorâneas para exploração econômica. A propósito dessa questão, o uso do litoral enquanto recurso utilizado para o tráfego fluvial e marítimo entre os países mercadores ao longo dos séculos, por certo deve ter levado a uma aceleração nas grandes explorações naturais e culturais nesta área específica do território alagoano.

Em uma publicação do Sebrae, empresa que tem desenvolvido ações voltadas ao desenvolvimento do turismo em Alagoas, encontra-se a citação de que o litoral alagoano foi historicamente a primeira área explorada pelos portugueses, como se pode verificar na transcrição que se segue:

As áreas do litoral norte alagoano como primeiro ponto descoberto do atual território de Alagoas durante as primeiras expedições exploratórias da região, quando se inicia o reconhecimento desses domínios: ‘não rezam as crônicas qual o local de alagoas primeiro explorado pelos descobridores; parece porém certo que o primeiro ponto abordado da costa foi o porto de Barra Grande (DIEGUES JÚNIOR *apud* SEBRAE, 2004, p. 9).

Ainda neste sentido, ou seja, de entendimento da exploração da natureza para fins comerciais, percebe-se que as conseqüências ambientais decorrentes das ações antrópicas, principalmente em relação aos desmatamentos, se materializavam, em Alagoas, no sentido litoral-interior. Para tanto, recorreremos às constatações esclarecedoras de Assis ao afirmar:

Muito pode se conjecturar acerca dos atores responsáveis por esse processo que resultou na atual configuração da paisagem fitogeográfica alagoana, incriminando-lhes pelos danos que suas ações promoveram durante todo esse tempo, iniciado pelo Descobrimento e a Colonização do Nordeste brasileiro. No conjunto dos culpados podem estar desde os pequenos sítiantes que derrubavam a ‘mata virgem’ para plantio e sustento dos seus ‘roçados’ nos dias que lhes eram concedidos como folga durante a semana, até os ‘senhores de engenho’ e ‘usineiros’, na permanente política expansionista dos seus canaviais. Sem deixar de considerar as políticas econômicas internacionais, assim como os atrativos comerciais desses mercados (ASSIS, 2000, p. 5-6).

Como fora evidenciado nessa citação, as ações antrópicas exercidas pelas diversas atividades econômicas situadas na área litorânea do estado de Alagoas se estenderam a partir do litoral no sentido do interior do estado, com impactos mais acentuados na chamada zona da mata alagoana. A área conhecida como “[a] Zona da Mata compreende o espaço úmido e subúmido da região centro-oriental do Estado”. Primitivamente antes de se descaracterizar, a floresta tropical apresentava do nordeste ao sudoeste alagoano, três paisagens (ALAGOAS, 1995, p. 18) (Figura 01). Toda a faixa verde representa a primitiva área de domínio da Mata Atlântica, região bastante procurada na atualidade pelos grupos e empresas que oferecem serviços freqüentemente chamados “viagens à natureza”, denotando que neste caso os ambientes visitados apresentam grau considerável de conservação das características naturais primárias. Devido à expansão da cana-de-açúcar na franja atlântica alagoana, atualmente existem apenas remanescentes de Mata Atlântica. Como essas áreas remanescentes muitas vezes são em ambientes de terreno

movimentado, isto é, que apresentam variações de desníveis topográficos significativos, elas apresentam atributos paisagísticos e físicos que são atrativos para as segmentações turísticas e de lazer ligadas à natureza.



Figura 01 - Vegetação Primitiva do Estado de Alagoas

Fonte: LIMA, Ivan Fernandes, (*apud* ALAGOAS, 1995). Adaptação do Guia do Meio Ambiente do interior

Há, portanto, um maior, enfoque no potencial de desenvolvimento da atividade turística na zona costeira de Alagoas, em detrimento da ampliação das diversas segmentações turísticas existentes e para as quais este estado tem potencial que poderiam levar à interiorização das atividades turísticas no estado de Alagoas. Entretanto, apesar da concentração do turismo nos ambientes de praia, o desenvolvimento do turismo de natureza tem levado a uma relativa interiorização da atividade para a Zona da Mata. A predominância do turismo na zona costeira alagoana pode ser evidenciada com base na transcrição que se segue:

No setor de serviço é o turismo que mobiliza as expectativas de crescimento econômico. A aglomeração de Maceió vem se destacando como pólo estadual de atividade turística. Os dados, de 1998, da Empresa (sic) Brasileira de Turismo (Embratur) registram, na capital, 250 mil hóspedes, constatando a importância desta atividade (LIRA, 2004, p. 36).

A concentração dos serviços turísticos nas capitais dos estados brasileiros é muito comum devido à necessidade de composição das atividades turísticas a partir da existência dos pólos turísticos receptivos e emissivos, que vêm compor a cadeia produtiva desta atividade econômica e que desempenham papel central na organização da oferta turística em praticamente qualquer região. Essas áreas centrais proporcionam uma maior possibilidade de distribuição das segmentações, como também do desenvolvimento desta atividade que deve ser impulsionada até às demais localidades com potencial, inseridas nos planos estaduais de turismo de cada estado, a fim de alavancar o desenvolvimento local. É por isso que as capitais e cidades grandes localizadas em áreas de grande potencial turístico, ou nas suas proximidades, concentram o maior número de instituições, empresas e grupos voltados para todos os tipos de atividades turísticas, variando desde o turismo de massa até a oferta de atividades chamadas de turismo alternativo, como é o caso do ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura, todos associados à denominação “turismo de natureza”.

Apesar de todo o potencial representado pelo patrimônio natural e cultural de Alagoas, as atenções da indústria do turismo estão voltadas principalmente para as belezas relacionadas ao patrimônio natural de Alagoas situado no litoral. Pode-se observar com que frequência a propaganda e a publicidade relativas ao chamado “turismo de massa”, leia-se turismo de sol e mar, associam o turismo em Alagoas ao seu litoral.

A ênfase no turismo litorâneo também pode ser observada quando da narração sobre as estratégias de intervenção do governo estadual alagoano através das intenções de implantação do então Complexo Turístico Projeto Costa Dourada, o qual é mencionado por Bastos, que exalta os atrativos turísticos naturais da região litorânea – litoral norte de Alagoas –, ao mencionar o referido projeto, com o seguinte texto: “As belezas cênicas deste litoral apresentam-se sob diversas formas: ora pela cor do mar, pelos coqueirais, e manguezais, pelos rios, e pelos arrecifes, que protegem as suas praias” (COSTA, 1999, p. 114).

Uma das conseqüências negativas desse enfoque no cenário natural do litoral alagoano, através dos projetos incentivados pelas instituições públicas e construídos pela iniciativa privada, vem garantir a infra-estrutura turística quase que exclusivamente na região litorânea. Tudo isso em detrimento das possibilidades de ampliação das ações turísticas que estimulem o desenvolvimento de novas atividades econômicas no interior do estado, o que poderia ser uma alternativa à produção canavieira e pecuarista que resultam em grande degradação ambiental no

estado de Alagoas. O turismo, principalmente o chamado turismo de natureza, é uma atividade que pode incentivar e contribuir para a conservação da natureza, uma vez que a natureza em bom estado de conservação se constitui em um dos dois principais pilares para o desenvolvimento do turismo. O outro pilar é o patrimônio cultural.

As possibilidades de exploração e expansão do turismo de natureza também se fazem presentes na região centro do litoral do estado, particularmente na região do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (Celmm), formado pelas lagoas Mundaú e Manguaba e os canais que as interligam. Esta região foi enfatizada devido a sua atividade turística. Por exemplo, Goes (1987, p. 73), chama a atenção para as feições geomorfológicas alagoanas ao longo dos 252 km de extensão da costa, comentando que o litoral centro, onde fica o Celmm, tem alto nível de potencial para o turismo, denominando-o de Costa Estuarina das Lagoas Tectônicas (Figura 02). Apesar do seu alto potencial para o turismo de natureza, essa região vem sendo explorada principalmente pelo turismo de sol e mar, o qual normalmente não inclui ações voltadas para a valorização e conservação da natureza, constituindo, na realidade, fator de degradação ambiental.



Figura 02 – Vista parcial do Sistema Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, município de Mal. Deodoro, Alagoas.

Fonte: Normande, (2000)

Há referências a esta região também nos trabalhos de Veras Filho, o qual amplia os comentários sobre o quadro cênico dos lugares de interesse turístico em Alagoas, como é ilustrado pela citação abaixo:

Se a natureza nos contemplou com um clima paradisíaco de Mar-Vermelho, a beleza selvagem de muitas de nossas praias, a claridade subtropical rivalizante da luminosidade dos mares-do-sul, da Flórida e do Caribe, não o fez menos ao doar-nos, entre outras duas jóias líquidas (...). São elas as Lagoas Mundaú e Manguaba, principalmente ligadas por um canal de 18 quilômetros (VERAS, 1991).

O potencial natural de exploração pelo turismo, tanto de água doce quanto salgada, para recreação de contato primário é bastante amplo, estando historicamente relacionado à função e necessidade de lazer humano. A citação de Freyre que se segue, chama a atenção para a relação das sociedades nordestinas com a água, seja de rio ou de mar:

A própria substituição do banho de rio como banho de mar, ou banho salgado – fenômeno que se acentuou na segunda metade do século XX – merece êsse estudo ao mesmo tempo psicológico e sociológico que se entenda as análises quanto possível, compreensivas sobre a substituição da beira-rio pela beira-mar como zona de edificação elegante de residências rurais seguidas pelas suburbanas (FREYRE, 1962, p. 212).

Ainda, referente ao uso do patrimônio natural nas atividades de lazer de rios, estuários e lagoas, percebe-se que estas atividades não se tratam de um privilégio ou hábito exclusivamente alagoanos. Na realidade é um hábito amplamente difundido no Brasil há muito tempo pelas populações locais das diversas regiões brasileiras. A intimidade quotidiana com as águas no Brasil pode ser ilustrada com base em Cardim:

Os meninos de aldeia tinham feito ciladas no rio, as quaes faziam a nado, arrebrandando de certos passos com grita e urros, e faziam jogos e festas n'água a seu modo mui graciosos, umas vezes dentro da canoa, outras mergulhando por baixo, e saindo em terra todos com as mãos levantadas. Diziam: 'Louvado seja Jesus Cristo! – e vinham tomar a benção do padre [...] (*apud* FREYRE, 1952, p. 282).

Essas citações referentes ao hábito quotidiano do contato primário com a água na sociedade brasileira desde há muito ilustram a demarcação, a recriação dos jogos, das brincadeiras tão bem representadas pelo caráter lúdico da recreação aquática. De maneira que estas atividades de recreação revelam-nos a relação de intimidade existente entre as atividades manifestadas pelas sociedades em território brasileiro e a natureza através das águas. Onde o lazer é caracterizado pelo entretenimento, despreocupação para com as obrigações durante o

tempo livre. Estes estão presentes no imaginário, na cultura das populações ocidentais das diversas sociedades. Sendo possível destacar ainda que, este fato independe da necessidade de ocorrer viagens à natureza com cunho turístico ou simplesmente por motivo de recreação e lazer.

Entretanto, as referências relativas a viagens, tendo como cenário principal a natureza, particularmente as águas também em Alagoas são inúmeras. A respeito da formação de Alagoas Boreal, Lindoso descreve um pequeno trecho do rio Manguaba que pode ser percorrido, quem sabe com fins de lazer, turismo, cultural:

Para se conhecer uma das linhas de colonização de Alagoas Boreal é importante uma subida do rio Manguaba, a partir da ria de Porto de Pedras, até o porto do Varadouro, em Porto Calvo. Subida que se pode fazer a barco à vela ou a motor, mas não como antigamente em longa canoa monóxila, como fazia em seu tempo de menino de engenho meu amigo Geraldo Cedrim, de engenho de roda d'água gigante, como o Capiana, com sombras de ingazeiras sobre as águas do Carão. Uma viagem histórica, de aprendizagem ao vivo dos engenhos de açúcar que colonizaram a Alagoas Boreal (LINDOSO, 2000, p. 23).

Como vemos, as atividades sociais e culturais ao longo da história de Alagoas são referenciadas com frequência em relação a ambientes aquáticos, portanto em contato direto com a natureza, mais precisamente na interface oceano-estuário-lagunar, como fora visto anteriormente. Nesta perspectiva, houve uma concentração e a aceleração das ações antrópicas ao longo da zona costeira alagoana, especialmente em áreas de maior concentração populacional.

Assim, Litoral Centro é a área em que maiores alterações são causadas pela atuação antrópica, pois apresenta maior concentração populacional, expansão urbana desordenada, um pólo turístico e, principalmente, um pólo industrial. No Litoral Norte a atuação antrópica deu-se pela agricultura baseada na indústria açucareira e, mais recentemente, pelo turismo associado à urbanização. Já no Litoral Sul, apresenta-se com menor intervenção antrópica, possuindo ainda ecossistemas com pouco ou nenhum grau de alteração, quando comparado aos demais segmentos do litoral alagoano (CALHEIROS, 1990; 1994 *apud* CALHEIROS, 2000, p. 35).

Diante dessa tradição histórica em Alagoas de recreação de contato primário com as águas do mar, dos estuários, das lagunas e dos rios, não é de se admirar o crescente interesse atual na realização de viagens, passeios e excursões a ambientes naturais preservados, com uma marcada procura por ambientes em que domina o aspecto aquático, como é o caso da procura por cachoeiras. Ao mesmo tempo, essa demanda por viagens no âmbito do turismo de natureza pode estar sendo influenciada pelo processo de revalorização da natureza que se sucedeu ao surgimento da questão ambiental (SANTOS, 1994). As pessoas estão buscando, através do

turismo de natureza, uma re-ligação com a natureza, através do contato direto com ambientes preservados, particularmente fora do contexto urbano.

Um aspecto positivo relacionado à atividade é que ela surgiu de forma sincrônica com a questão ambiental, diferentemente das indústrias, que sendo anteriores ao surgimento do problema ambiental, foram na realidade as causadoras do problema, como resultado do estilo de ‘desenvolvimento’ a qualquer custo. Por outro lado, a oferta das viagens à natureza voltadas para desenvolvimento das atividades recreativas, de lazer e turismo, predominou por muito tempo. Uma consequência direta dessa sincronicidade é a discussão sobre a necessidade de se buscar um desenvolvimento que seja sustentável.

Na realidade, o ecoturismo foi a modalidade de turismo propulsora desta visão conservacionista. Este termo “ecoturismo, surgiu na década de 80” (NIEFER, 1999). E se apresentou com o propósito de poder re-direcionar as ações turísticas, que acabaram influenciando outras atividades como o lazer e a recreação através das viagens à natureza, pautadas na minimização de impactos negativos emitidos pelo turismo convencional; como também, veio negar o turismo predatório, tão característico do turismo de massa, que é a forma predominante de turismo em praticamente todo o mundo.

3.2 A natureza: capital natural

De maneira que, ao tomarmos por base a estreita relação existente entre a idéia de natureza antropocêntrica, instaurada pela sociedade pós-industrial e das relações construídas a fim de se obter o seu crescimento e desenvolvimento, sobretudo político-econômico é que se compreende como as atividades econômicas foram e são geradas. Ou seja, regidas por uma lógica de consumo, em curto prazo, com retornos econômicos imediatos.

Como podemos ver a atividade turística, é historicamente muito recente, sendo instaurada no Brasil pela Embratur, há pouco mais de 40 anos. Porém, esta ação por si só não possibilita o planejamento e implementação destas atividades, sem haver a fiscalização e o devido acompanhamento de seu desenvolvimento, bem como as implicações perante o não cumprimento das normas que regem estas atividades nas localidades.

No entanto, independente do regime político que rege o país, há uma necessidade de condução destas atividades não só pelo viés de seus aspectos ideológicos capitalistas, muitas

vezes insustentáveis, mas também pela possibilidade de se gerar uma alternativa política, econômica, social e ambiental mais justa. Dirigidas por uma lógica alternativa que busque a minimização da exploração dos recursos naturais, da opressão de classes sociais, onde a inclusão dos atores sociais locais é imprescindível em todo o processo de desenvolvimento, sem necessariamente romper com o regime político vigente. Sendo, sobretudo, necessário poder analisar o desenvolvimento deste setor com as demais atividades econômicas dominantes no estado de Alagoas.

Nessa perspectiva, o papel do governo nacional enquanto normalizador, orientador e fiscalizador das ações e implementações turísticas reside na necessidade de através de seus macro-projetos inserir ações que possibilitem certa hegemonia através do Plano Nacional de Turismo. E, por sua vez, através do governo estadual torne imprescindível elemento condutor do desenvolvimento local das atividades do turismo sustentável, bem como a adoção dos governos municipais do desenvolvimento das atividades do turismo de natureza, sobretudo nas regiões naturais nas localidades onde estas ocorrem.

Ao discorrer sobre a formação da corrupção e pobreza no Brasil, destacando o estudo deste tema no estado de Alagoas, Lira faz-se entender de forma bastante pertinente, ao discutir sobre o padrão de crescimento excludente em Alagoas:

Pode-se afirmar que, de o processo de destruição, criação e recriação ser próprio do desenvolvimento capitalista, a forma como ele se efetiva apresenta especificidades decorrentes de diferentes formações históricas, econômicas e políticas, e de graus de modernização. Desse modo, mesmo considerando que as formas das atividades pouco desenvolvidas resultam do capital e são explicadas por esse movimento, o desenvolvimento desses sistemas de produção dá-se diferenciadamente, de acordo com determinantes políticas, estruturais e institucionais da economia local, pois um padrão de desenvolvimento constitui-se numa opção estrutural, institucional socioeconômica concreta (LIRA, 2005, p. 86).

Essa busca por entender o comportamento das atividades econômicas em Alagoas, verifica que a atividade turística nesta destinação atravessa grandes dificuldades. Dado ao fato de que:

Nenhum setor econômico de Alagoas – sucroalcooleiro, pecuária ou químico – produz um volume de renda tão alto; nem mesmo reunidos conseguem se aproximar da renda gerada pelos programas federais ao longo do ano. Ou seja, mais da metade da população alagoana depende de recursos federais para sobreviver e, sem esses programas estatais, os municípios não teriam movimento comercial; o quadro de miséria seria muito maior, a tensão social e a violência seriam explosivas (CARVALHO, 2005, p. 59).

Nesse sentido, é preciso entender que a analogia sobre o desenvolvimento da atividade turística em Alagoas apresenta-se numa situação ainda mais deficiente. De modo que o mesmo autor ao analisar o desenvolvimento e evolução da atividade turística alagoana afirma:

O turismo cresceu, nos anos 80, as taxas e a rede hoteleira mostrou-se dinâmica, mas a falta de investimentos infra-estrutura estancou esse crescimento. Na última década, começou a perder espaços para outros pólos nordestinos que oferecem o mesmo produto alagoano – praias bonitas, preços baratos e boa infra-estrutura hoteleira – de forma mais diversificada, atraindo os turistas que vêm para o Nordeste. A competição é muito forte, e Maceió, a principal vitrine do turismo alagoano, está com dificuldades de competir com outros destinos regionais (CARVALHO, 2005, p. 57).

Há de se compreender que nos recentes levantamentos de pesquisa realizados no estado revela-se o grande potencial apresentado apenas pelo quadro paisagístico do estado, havendo, portanto, certo retrocesso na análise e condução de desenvolvimento dos aspectos político-econômico e cultural. Pois a população alagoana, em geral, parece ceder às pressões do poder público e privado, resistindo e permitindo as situações abusivas por parte de seus grupos dominantes. Havendo, portanto um descaso tanto com o compromisso nas escolhas, inclusive de seus representantes e/ou gestores na esfera estadual e municipal.

Alagoas registra, portanto, duas grandes e importantes fontes de desigualdades nos rendimentos. A de maior importância são os elevados desvios dos recursos públicos e a segunda, diz respeito a falta generalizada de educação da população residente, que diferencia muito as pessoas e leva o nível de desigualdade dos acessos aos meios básicos de sobrevivência, que por sua vez contribuem para aumentar a concentração de renda na população como um todo (LIRA, 2005, p.82).

De maneira que, os diferentes investimentos na infra-estrutura, no estado de Alagoas, nas formas de empreendedorismo do setor de viagens da região podem ser observados enquanto prioridade, através dos Indicadores do Turismo, com dados respectivos a década de 80. Onde as prioridades nos investimentos econômicos, mais precisamente da atividade turística, através do setor público, podem ser verificadas quando da apresentação de alguns dados emitidos pelos Indicadores de Turismo de 1990 (ALAGOAS, 1990).

A exposição destes dados vem com o objetivo de operacionalizar o Programa Nacional de Regionalização do Turismo em Alagoas. Demonstra-se de certa forma, a convergência no direcionamento dos investimentos nos empreendimentos turísticos tanto pelo setor público quanto pela iniciativa privada, na região do litoral norte.

Apesar da situação exposta acima, em 2002 o Plano Estadual de Turismo foi elaborado e mapeado, apresentando nove Zonas de Interesse Turístico (ZITs) através de parceiros dos setores públicos e privados. Atualmente, o governo estadual estabeleceu oito regiões turísticas no estado de Alagoas (Figura 03), que são as seguintes regiões turísticas: Sertão Alagoano, Canyon do São Francisco, Celeiro das Tradições, Foz do Velho Chico, Quilombos, Região Costa dos Corais, Metropolitana e Lagoas dos Mares do Sul, contemplando um total de 102 municípios (ALAGOAS/SETUR, 2005b).

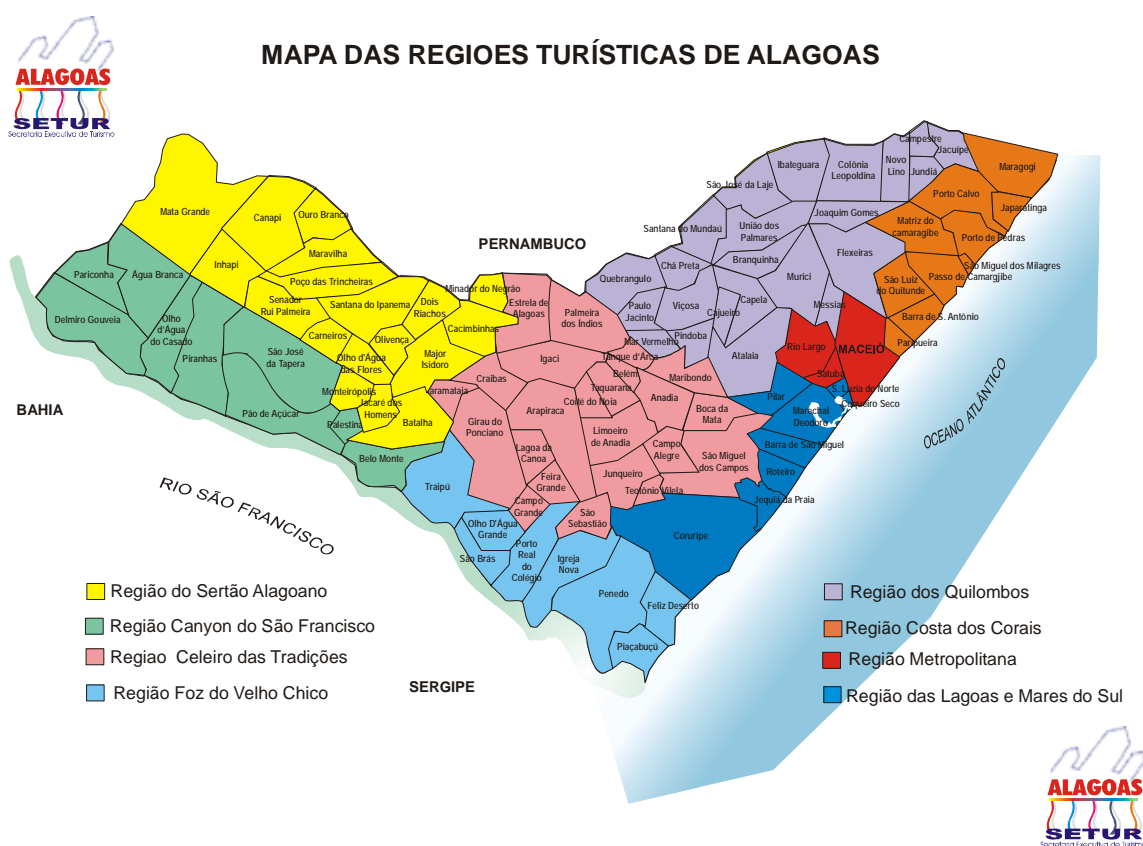


Figura 03 – Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas.

Fonte: Alagoas/Setur (2007) <http://www.turismo.al.gov.br/conhecendo-alagoas/roteiros>

Dentre as oito regiões citadas, em apenas uma delas, a região do Celeiro das Tradições, não há indicativo enquanto potencial para o desenvolvimento das segmentações do ecoturismo e do turismo de aventura. No entanto,

Nem todos os municípios enquadrados nas Zonas de Interesse Turísticas (ZITs) estão classificados como “turísticos” ou “com potencial turístico”. A inclusão de todos os municípios do Estado faz parte de uma estratégia para de rotas turísticas que envolvem municipalização das ações, *marketing* institucional, melhoria e desenvolvimento de novos produtos, estudos, pesquisas e promoção (BARROS, 2005, p. 77).

Recentemente houve um maior investimento na infra-estrutura básica de apoio ao turismo alagoano. De maneira geral, podemos citar a construção do novo aeroporto Zumbi dos Palmares, onde podemos verificar através dos dados da SETUR (2006), que houve nos movimentos de desembarque, especificado em Chater/Fretamento - Nacional, um aumento significativo, ocorridos nos anos de 2003, 2004 e 2005 correspondendo respectivamente aos seguintes: 57.364, 70.745 e 95.370 desembarques. Houve ainda, a construção Centro Cultural e de Exposições, recuperação e construção de alguns patrimônios históricos, investimento na repavimentação da malha rodoviária, etc.

No entanto, mesmo diante de novos investimentos em infra-estrutura, representado por alguns avanços nas políticas públicas, percebe-se que muito ainda há por se fazer. Lira, ao discutir e analisar em seu livro a corrupção e pobreza no Brasil: Alagoas em destaque cita que

Possuindo um quadro econômico, político, institucional, social, religioso e cultural bastante limitado, Alagoas tem muita dificuldade de definir um padrão de desenvolvimento que resulte num processo de mobilidade do emprego e da renda. O padrão adotado em todo o Estado é o modelo do coronelismo, com interesse explícito na formulação e operacionalização do setor público. Nesse modelo, a liberação de recursos para atender os problemas sociais é elevada, mas sua aplicação é muito baixa, as relações de trabalho são praticamente feudais, e a participação do Estado é indispensável, sob as formas de apoio político e de todo o tipo de estímulo financeiro aos 1% mais ricos (LIRA, 2005, p. 86).

No que diz respeito à noção de desenvolvimento sustentável, embora seja mencionada no Plano Estadual do Turismo de Alagoas – PETAL de 2005, na prática, a implementação de um plano está distante tanto do desenvolvimento sustentável, quanto da priorização de sua municipalização. Consta do referido plano estadual:

Consolidar Alagoas como destino turístico é um dos principais desafios do Governo do Estado. Balizada pelo Plano Nacional do Turismo – PNT, a atual política de desenvolvimento do turismo para Alagoas aponta para o desenvolvimento local de forma integrada e sustentável da atividade turística, objetivando a estruturação e diversificação da oferta turística, a segmentação e a dinamização da economia (ALAGOAS, 2005b).

Nesse sentido, a efetivação dos Planos de turismo está ligada diretamente às opções pelo planejamento adequado a cada realidade institucional, econômica, social e política, assim como a opção pelo tipo de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento sustentável tem sido ponto alvo de elevadas discussões nos debates acadêmicos, públicos, institucionais, privados, assim como das organizações não governamentais (ONGs), envolvendo profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e nas diferentes esferas das políticas públicas.

De modo que, a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável e do planejamento estratégico e holístico nas décadas de 1980 e 1990, contribuiu com a elaboração e o debate como também com as elaborações teóricas e práticas sobre esta questão (ACERENZA, 1985; WCED, 1987; HALL, 1991; DOWLING, 1993; KOMILLIS, 1994; GUNN, 1995; ALIPOUR, 1996 *apud* ARAUJO; BRAMWELL, 2004, p. 98).

Ainda segundo Araujo e Bramwell, esta popularização do conceito

[...] levou a uma ampliação no escopo de planejamento turístico regional, de um foco quase que exclusivamente físico e econômico para incluir também as questões políticas, sociais, e ambientais, bem como os interesses inter-setoriais (ARAUJO; BRAMWELL, 2004, p. 98 e 101).

Ao re-direcionar as viagens rumo ao interior do estado de Alagoas, via publicação do folheto sobre os roteiros Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul (SETUR, 2006), recentemente o governo estadual vem buscando ampliar as questões relativas não só ao espaço físico, como também possibilitar a oferta de uma nova atividade econômica e, portanto, a melhoria da qualidade de vida da população desta região. Para tanto, a democratização das proposições assim com o debate a fim de proporcionar maior participação nas tomadas de decisões pelos atores sociais da região seria o diferencial fundamental destas ações. A questão do desenvolvimento sustentável tem sido um ponto alvo de elevadas discussões nos debates acadêmicos, públicos, institucionais, privados, assim como das organizações não governamentais (ONGs), envolvendo profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e das políticas públicas.

A inclusão de novas áreas a serem visitadas, a exemplo deste último roteiro, se deve a possibilidade de ampliação das atividades unindo as regiões turísticas: Foz do Velho Chico, denominada de Zona fisiográfica do Baixo São Francisco (LIMA, 1965, p.127-129), correspondente aos municípios de Igreja Nova, Pênedo, (Porto Real do Colégio e do Delta os municípios de Feliz Deserto e Piaçabuçu), sendo apenas as cidades de Piaçabuçu e Penedo

onde atuam grupos que organizam viagens à natureza; assim como à região turística do Canyon do São Francisco, denominada por Lima como Zona do Sertão do São Francisco.

De modo que, assim, a Setur (2005) passa a promover a diversificação do produto turístico do estado. Esta iniciativa fora motivada, principalmente pela existência de vários eventos municipais realizados nesta região, assim declarado por uma funcionária desta secretaria. No entanto, há de se convir que, mesmo incentivando certa demanda do chamado turismo doméstico, esta ação é superficial e limitada para essas localidades que margeiam o rio São Francisco, como também para outras que não conseguem a mesma expressão e incentivo em diferentes regiões turísticas do estado de Alagoas. Um bom exemplo trata-se da Região Turística dos Quilombos.

No que diz respeito ao turismo de natureza em Alagoas, há que se considerar uma vasta área sob o domínio da Mata Atlântica, além litoral, ou seja, no sentido do interior do estado de Alagoas, com potencial para o desenvolvimento da atividade turística de contato com a natureza com bom nível de conservação. A inclusão do patrimônio natural, para além do litoral, incluindo o restante da área de domínio da Mata Atlântica enquanto mercadoria vem compor o mercado das viagens à natureza neste estado. Entretanto, é importante lembrar que esse tipo de atividade ainda se encontra no seu estágio inicial de desenvolvimento.

Na atualidade, dado o potencial natural existente na região da chamada Zona da Mata Alagoana, a realização das viagens no âmbito do turismo de natureza tem se concentrado na região turística denominada de “Região dos Quilombos”, mais precisamente nos municípios de Murici e Viçosa, área de referência principal deste estudo.

No entanto, as atividades turísticas e de lazer realizadas nos municípios de Murici e Viçosa, localizam-se em áreas de vales. Trata-se da segunda paisagem da chamada Mata Atlântica, que fora descrita por Lima (1965), de acordo com a distribuição de sua mata primitiva e em relação ao seu relevo e altitude:

Cobria os vales do Mundaú e do Paraíba do Meio; e se estendia pelos tabuleiros e ondulações serranas da depressão periférica e superfície dissecada daqueles cursos d'água. Ocupava altitudes de 230 à 550m, e alcançava pontos bem acima disto, como a Serra do Cavaleiro (849 m) e Guariba (882 m). Na região se instalou o Quilombo dos Palmares e São José da Laje (LIMA, 1965, *apud* ALAGOAS, 1995, p. 18).

A partir do comentário de Lima sobre os aspectos fisiográficos da região de ocorrência de Mata Atlântica, verifica-se que trata de relevo ondulado, apresentando significativos desníveis, o que confere beleza paisagística à região.

Hoje, as descrições da área de Mata Atlântica alagoana já não correspondem minimamente às características vegetacionais originais da área. As atividades econômicas exercidas na área através da exploração do pau-brasil e, principalmente, pelo plantio da cana de açúcar, da cultura de subsistência, além da recente atividade pecuária, proporcionaram grande desmatamento destas áreas, encontrando-se no estado de Alagoas apenas fragmentos florestais da cobertura original (Figura 04).



Figura 04 Remanescentes de Mata Atlântica nas margens do rio Caçamba, município de Viçosa, Alagoas (Brasil)

Foto: Kátia Neves, 2006.

Uma área bastante valorizada pelos grupos ecoturísticos localizados na região de Maceió é a formada pelo município de Murici e municípios do entorno: Branquinha¹⁸, União dos Palmares, Joaquim Gomes, Flexeiras e Messias, que apresentam extensas áreas cobertas por remanescentes de Mata Atlântica, e onde está situada na Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici. Nessa região paisagisticamente atrativa, as viagens à natureza se dão

¹⁸Através da utilização de uma das categorias, a Unidade de registro das coordenadas geográficas, *in loco*, através do uso do aparelho Sistema Global de Posicionamento – G P S., possibilitou a identificação, localização e registro das coordenadas geográficas 9° 11' 05'' de latitude Sul e os meridianos 35° 55' 46'' de longitude oeste de Greenwich. Estas, quando sobrepostas à carta de 1: 100.000 do IBGE indica a localização desse ponto de visitação - correspondente ao topo da cachoeira da Tiririca – como sendo pertencente ao município de Branquinha e não ao município de Murici, como a divulgação e publicidade determinam.

principalmente através das trilhas da Fazenda Pedra Branca com acesso à Cachoeira da Tiririca no rio Branca, em Murici/Al (Figuras 05).



Figura 05 - Banho e rapel na Cachoeira da Tiririca, município de Murici, Alagoas/Brasil
Fotos: Sinval Autran Mendes Guimarães Júnior (2006) e Alberon Bonfim (2006).

Mais especificamente, nas terras da Fazenda Baixa Funda os passeios ocorrem em ambientes que envolvem serras e trilhas, tendo acesso à cachoeira do rio Caçamba, em Viçosa/Al (Figura 06) Como se pode ver pelas imagens, essa é uma região que ainda conserva um belo patrimônio paisagístico da região da Mata Atlântica.



Figura 06 – Banho e rapel na Cachoeira do rio Caçamba, município de Viçosa, Alagoas (Brasil)
Foto: Cedida por Rudenisson Nunes (2006)

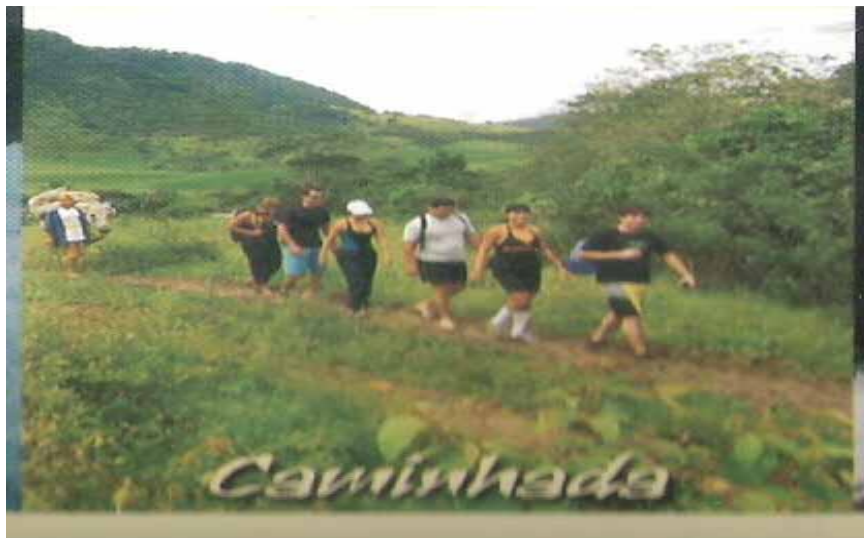


Figura 07 – Trilha de acesso a Cachoeira da Tiririca, município de Murici, Alagoas (Brasil)

Fonte: Folder da Fazenda Boa Sorte (2006).

Algumas bacias hidrográficas, bem como as espécies nativas da fauna e flora da região, enfim, toda a biodiversidade local tem contribuído e atraído visitantes diversos (individuais ou em grupos). Apresentando-se como áreas de interesse relevante devido aos atrativos existentes, os quais muitas vezes são determinantes tanto para a prática de esportes da natureza ou radicais, como para o lazer e turismo de aventura, do ecoturismo, como do turismo rural, quanto para estudos científicos, tanto nos municípios de Murici (Figura 07), quanto em Viçosa que distam, respectivamente, da capital Maceió, 51 km e 96 km. O desenvolvimento das atividades de turismo e de lazer, nos respectivos municípios está localizado na região turística dos Quilombos que se encontra em áreas com presença de remanescentes florestais ou próximas a alguns deles.

Dentre as áreas turísticas destacadas acima, no município de Murici, onde também ocorre essa atividade, próxima a sua área de entorno, encontra-se a Estação Ecológica (Esec) de Murici/Al. De modo que anteriormente à sua criação, era denominada de Parque Estadual Serras de Murici – Al.

Um dado importante acerca dessa área é que ela já foi objeto de divulgação nacional, como sendo o único remanescente mais representativo da chamada Mata Atlântica existente em Alagoas, principalmente pela sua extensão mais ou menos contínua. Por esse motivo, ela passou a responsabilidade administrativa da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), em Regime de Comodato. Por alguma razão desconhecida, os desmatamentos não foram descontinuados, durante a intervenção. (ASSIS, 2000, p.131).

No entanto, a Estação Ecológica (Esec) de Murici (Figura 08) foi criada em 2001 e sua área compreende uma faixa com extensão de 6.1116 hectares (CAVALCANTI; BARROS, 2006). Dado a biodiversidade apresentada e a proximidade das atividades turísticas em relação a esta área, assim como devido às atividades econômicas e ao meio antropizado nesta região, há, portanto, a necessidade de promoção, desenvolvimento e fiscalização das atividades minimizadoras de impactos negativos, a fim de se evitar uma projeção de degradação em larga escala.

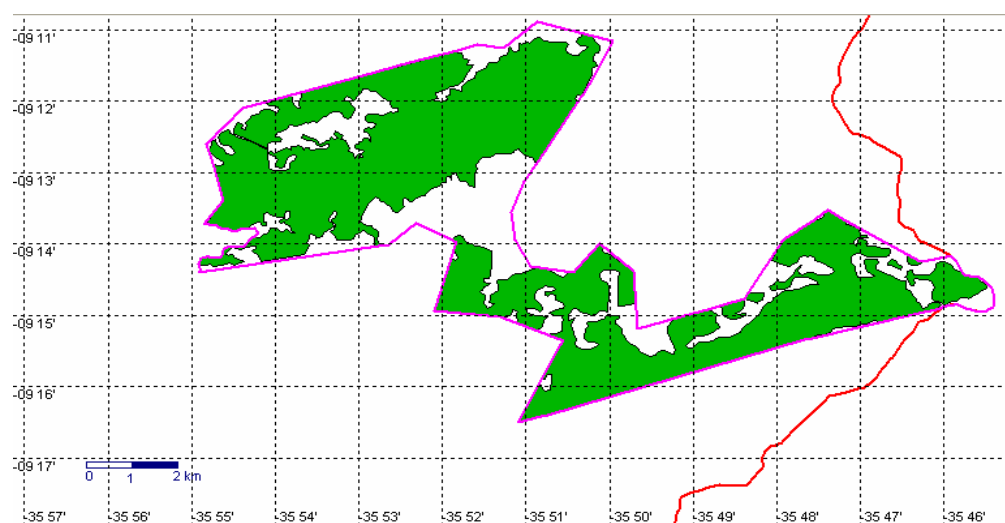


Figura 08 – Estação Ecológica de Murici, Alagoas (Brasil)
Fonte: Silva, 2007

No início de 2004, também foi estudada pelos pesquisadores Raquel R. Cavalcanti e Bruno C. Barros, a convite da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), os quais coletaram informações e dados para elaboração do censo demográfico do Complexo Florestal de Murici (CFM). De modo que os pesquisadores revelam que esse complexo envolve tanto a área da Esec Murici quanto aquela das fazendas e assentamentos. E discorrem a respeito da flora e fauna localizadas no entorno destas áreas.

Na região do CFM são encontrados alguns dos remanescentes florestais mais importantes do Nordeste acima do rio São Francisco, abrigando 34 espécies e subespécies de aves ameaçadas de extinção. A partir dos anos 1980, [...] pesquisas de campo na área indicaram a descoberta de quatro novas espécies de aves: o Limpa-folha-do-Nordeste (*Philydor novaes*), o Zidedê-do-Nordeste (*Terenura sicki*), a Choquinha-de-Alagoas (*Myrmotherula snowi*), e o Carapintada (*Phylloscartes ceciliae*). Dada a sua diversidade, a reserva é também importante para a conservação de répteis, anfíbios e espécies de borboletas. Devido à importância assumida por essa área no tocante à avifauna, várias organizações ambientalistas, notadamente internacionais, têm investido no território, entre outros através da compra de terras para fins de preservação dos mananciais de florestas nativas (CAVALCANTI; BARROS, 2006).

A necessidade de reunir os interesses, bem como as diferentes proposições de atividades e programação dos eventos com base na sustentabilidade do desenvolvimento, em ambientes naturais, requerem um esforço conjunto das esferas pública, privada, assim como das ONGs., cujo sentido é o de possibilitar o re-direcionamento na qualidade sócio-ambiental no setor de viagens, não só local, como estadual, regional, nacional e internacional.

Entretanto, as iniciativas institucionais locais necessitam de outras contribuições que venha somar ao planejamento, implementação e desenvolvimento das atividades, além da propaganda. De modo que alguns fatores motivaram a aceleração do desenvolvimento turístico brasileiro. De acordo com Bastos, a expansão da atividade turística no Brasil deu-se inicialmente com a criação da Embratur, em 1966, que veio impulsionar este setor e que levou aceleração à construção de 'hotéis [que] passaram de 164 para 1.980 unidades, sendo 70% construídos com incentivos fiscais' (BASTOS, 1998, p. 41). Ainda segundo o mesmo autor:

Problemas ambientais da exploração desordenada do turismo [que] exigiram também uma aproximação mais efetiva com a questão da preservação dos recursos naturais, o que ocorreu com a Lei 6.398, de 1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente. O lançamento pela Embratur do turismo ecológico em 1987 foi um sinal desses novos tempos (BASTOS, 1998, p. 42).

Assim, neste trabalho o entendimento da oferta hoteleira e principalmente o das pousadas nas micro-regiões tem destaque ainda que o perfil do turista ou visitante não seja exigente com relação à qualidade da hospedagem. No entanto, é preciso esclarecer que determinadas modalidades que compõem as atividades de lazer e turismo voltadas à natureza, durante a sua prática solicitam grande esforço físico de seus praticantes e/ou acompanhantes, exigindo, portanto, após a sua realização um local para refeições e descanso corporal.

O ecoturismo ao procurar diferenciar-se do turismo convencional, por sua vez, busca através de sua prática alternativa a garantia da preservação dos ambientes naturais. Sendo o ecoturismo por esse motivo, denominado, inicialmente, de turismo da natureza, por proporcionar ao homem um maior contato com o meio natural, com o mínimo de intervenção no espaço. Apresenta-se como possível tentativa de retorno ao mundo natural, ou seja, apenas para contemplação da natureza.

As raízes do ecoturismo, encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que, há um século, chegaram aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas (WESTERN *apud* LINDBERG, 1995, p.15).

Este ressurgimento do modelo de natureza intocada configura-se, de algum modo, até hoje. De certa forma, ocorrendo, portanto, numa inversão do que se pontua enquanto perspectiva antropocêntrica de mundo. De forma que: “Encontrar o equilíbrio certo entre conservação e turismo é o principal desafio dos planejadores de parques nos Estados Unidos, desde a década de 50” (WESTERN *apud* LINDBERG, 1995, p.18).

A importância deste entendimento reside também na interdependência existente entre o uso do meio ambiente e das suas relações para com a continuidade no desenvolvimento das atividades turísticas. Caso contrário pode ocorrer o esgotamento das possibilidades do uso dos recursos em detrimento das atividades de recreação, lazer ou turismo que podem dar-se através das viagens à natureza.

Estas atividades carecem de ser observadas e estudadas a partir da Idéia de natureza atribuída no planejamento e nas execuções destas atividades, por cada empresa ou grupo turístico, ou ainda pelas políticas públicas que as orientam. Assim como levantar as possíveis vulnerabilidades quanto à adoção das ações ofertadas pelas viagens à natureza em cada localidade. Tudo isso, com base nas dimensões do desenvolvimento sustentável.

Pensando nesse sentido, é que as atividades na natureza muitas vezes subutilizam os recursos, de acordo com o favorecimento da aquisição do capital por intermédio de seu uso ou exploração. Assim, pegamos por empréstimo o entendimento destas atividades segundo Boullón, quando este se reporta às diferentes ofertas do produto ecoturístico, entendendo-o enquanto componente primário: [aquele serviço] integrado pelas atrações turísticas (nos aspectos físicos e culturais) e pelas atividades ofertadas, que justificam o desenvolvimento, porque é por elas que se concretiza o uso da atração (BOULLÓN, 2004, p. 174).

A importância da oferta de qualquer um desses novos roteiros está em poder incentivar estas localidades para uma nova atividade econômica, através da geração de emprego e renda na região, investir na conscientização e capacitação da população local para impulsionar esta atividade. Pode ainda possibilitar o aporte de informações e acesso aos financiamentos bancários para o desenvolvimento de atividades correlatas que venham a compor a cadeia produtiva do turismo local. Assim como proporcionar o acolhimento aos turistas que possuem o perfil voltado para a sustentabilidade ambiental, cultural e local, a exemplo das opções de segmentações do ecoturismo, turismo de aventura e o turismo rural. Tendo-se o entendimento de que essas

atividades turísticas, quando planejadas, são importantes para alavancar não só o crescimento econômico, mas o desenvolvimento local e sustentável das regiões, principalmente da zona rural.

“... E o fim de nossa viagem será chegar ao lugar de onde partimos. E conhecê-lo então pela primeira vez”.

T. S. Eliot

CAPÍTULO 4. ATIVIDADES DE TURISMO E LAZER PROPORCIONADAS PELAS EMPRESAS E GRUPOS RELACIONADAS ÀS VIAGENS À NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS, ALAGOAS

As atividades de turismo e lazer em geral são consideradas como sendo atividades turísticas. Estas também são assim denominadas devido à percepção empírica que se tem de que o turismo diz respeito a qualquer atividade que possibilita o deslocamento de pessoas de um ambiente a outro. Essas atividades foram analisadas e discutidas com base nos dados obtidos. Pretende-se obter uma maior visibilidade das diversas formas de desenvolvimento das atividades delineadas por representantes de empresários e grupos de turismo ou lazer na Região Turística dos Quilombos, no estado de Alagoas (Figura 09).

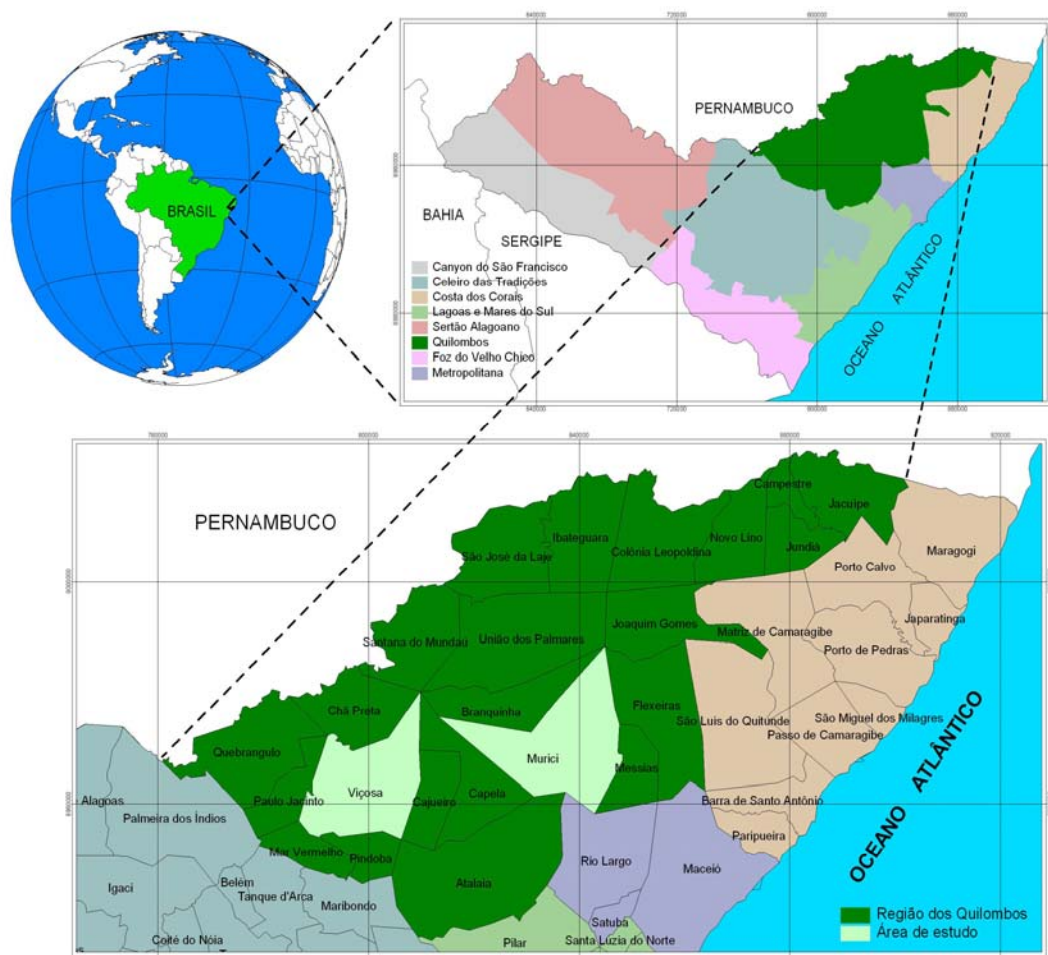


Figura 09 - Mapa de localização da área de estudo

Fonte: LGA, Universidade Federal de Alagoas – UFAL (2007)

4.1 A REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS NO ESTADO DE ALAGOAS

4.1.1 Localização e caracterização

A Região Turística dos Quilombos se localiza na porção centro-norte do estado de Alagoas, entre os paralelos 09° 14' 20" e 09° 27' 30" de latitude Sul e os meridianos 36° 10' 10" e 36° 22' 00" de longitude oeste de Greenwich.

Sua altimetria varia em média de 120 m (município de Messias) nas áreas mais baixas, nos terraços fluviais do rio Mundaú a 889 m no topo da Serra das Guaribas (município de Quebrangulo), ponto culminante do estado de Alagoas.

As brisas terrestres e marítimas atingem diretamente e de forma regular, a região. São observadas no Litoral e Zona da Mata durante todo o ano, com maior definição nos meses de outono (março, abril, maio e junho) e inverno (julho, agosto e setembro), principalmente quando da atuação de sistemas atmosféricos ocorrentes neste período do ano, geralmente produzindo chuvas com intensidade fraca e moderada.

No tocante a sua regionalização climática, o clima regional predominante é o do tipo tropical quente e úmido característico da Zona da Mata Alagoana. A temperatura média anual situa-se entre 22°C a 35°C, com variação de aproximadamente 13°C decorrentes das diferenças altimétricas existentes na área sob sua influência (ABREU, 1999). A regularidade na distribuição anual das precipitações é uma das principais características climáticas da região, com total anual variando entre 800 e 1500 mm. As chuvas concentram-se nos meses de abril a agosto, sendo mais intensas em junho e julho (ABREU, op. cit.).

A Floresta Ombrófila ou Tropical Úmida compreende uma cobertura vegetal que foi praticamente dizimada na Região Turística dos Quilombos. Os últimos remanescentes desse tipo de vegetação ainda podem ser encontrados em pequenas áreas dos municípios de União dos Palmares e São José da Laje. Caracterizava-se pela exuberância, ou o grande porte, das suas árvores que podiam alcançar 30 metros de altura. Mesmo situada numa faixa bioclimática dos 90 aos 120 dias biologicamente secos ao longo do ano, ou seja, pertencente à Floresta Estacional Semidecidual ou Tropical Sub-Úmida. Nessa Região encontrava-se distribuída de forma rarefeita pelas áreas colinosas e fundos de vales e encostas dos terrenos cristalinos do Pré-Cambriano, onde as condições locais permitiam a sua ombrofilia. Caracterizava-se por apresentar a maior variedade de espécies entre os demais tipos, das quais

ainda são conhecidas em outras áreas de igual semelhança: Visgueiro (*Parkia pendula*), Sapucaia (*Lecythis pisonis*), Urucuba (*Virola surianensis*), Peroba (*Aspidosperma gardneri*) e Mamajuda (*Sloanea obtusifolia*).

Floresta Estacional Semidecidual ou Tropical Sub-Úmida é uma cobertura vegetal que foi praticamente dizimada na região. Sua fisionomia florestal é bastante semelhante à da Floresta Ombrófila ou Tropical Úmida, sendo que as suas árvores têm menor porte que as da anterior. Segundo Assis (2000) pode atingir apenas os 5 metros de altura, limitada pela faixa bioclimática dos 90 aos 120 dias biologicamente secos ao longo do ano, onde menos de 50% das suas árvores perdem folhas nesse período. Estas florestas são chamadas também de “Mata Seca”.

A rede hidrográfica abrangida pela Região Turística dos Quilombos vem sendo alvo de impactos, pelo desmatamento das nascentes, o assoreamento do leito dos rios e dos açudes e pela poluição através dos dejetos humanos e efluentes industriais.

Os cursos d'água que banham a Região Turística dos Quilombos, segundo Alagoas (1979) organizam-se espacialmente como uma rede de drenagem dendrítica e um pouco retangular de regime perene, com enxurradas de outono-inverno. Estes cursos d'água integram o final do setor superior das bacias dos rios Paraíba do Meio, Mundaú, Manguaba e Jacuípe, que drenam uma grande parcela da região. Estas bacias apresentam vale em “V” de fundo meio chato e margens elevadas e relativamente próximas, com fundo de leito localmente pedregoso. Esses cursos d'água nascem no Planalto da Borborema, integrando a vertente oriental com desaguadouro no Oceano Atlântico.

O rio Mundaú nasce a noroeste da cidade de Garanhuns e após percorrer cerca de 200 km, alcança sua embocadura na lagoa Mundaú, no município de Satuba. Em seu percurso banha os municípios de São José da Lage, União dos Palmares, Branquinha, Murici e Rio Largo (UFAL/GEM, 1994). Quanto ao rio Paraíba do Meio, nasce também em território pernambucano, a norte de Bom Conselho, com um percurso de 150 km e como o primeiro corta todo o Estado no sentido NO-SE e lança suas águas na laguna Manguaba, no município de Pilar. Banha as cidades de Quebrangulo, Paulo Jacinto, Viçosa, Cajueiro, Capela e Atalaia (UFAL/GEM, op. cit.).

À região turística dos Quilombos somam-se mais sete regiões, totalizando oito regiões turísticas no estado de Alagoas, como já fora citado. Neste trabalho, foram

identificados onze lugares que são alvo de exploração pelas atividades turísticas e de lazer, localizados na Região Turística dos Quilombos (Figura 10) e se encontram em áreas com presença ou próximas a remanescentes florestais.

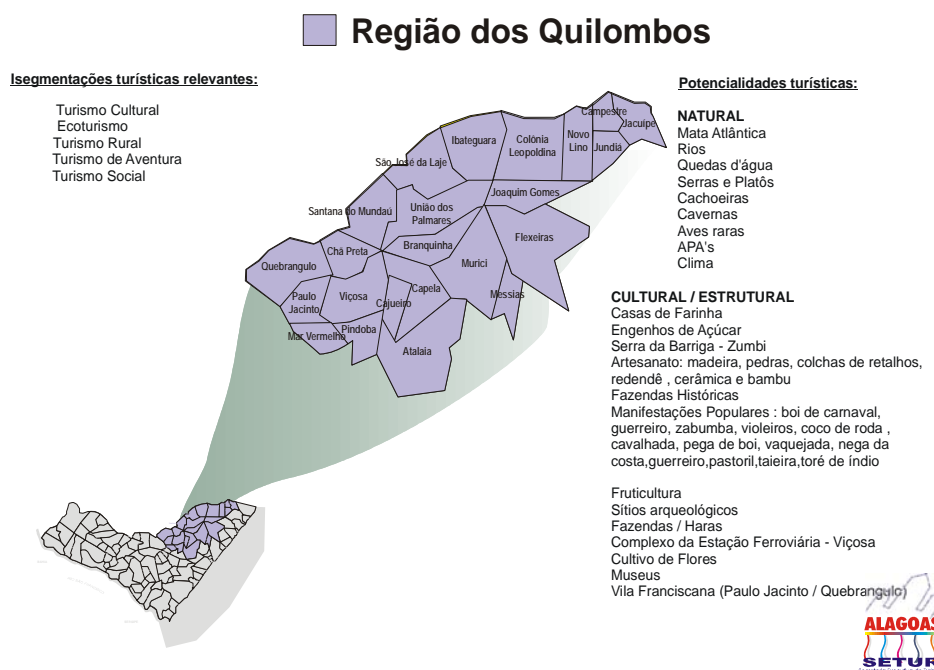


Figura 10 – Região turística dos Quilombos, Estado de Alagoas (Brasil).

Fonte: Alagoas/Setures (2000).

Dentre os atrativos turísticos acima destacados são perceptíveis as várias potencialidades apresentadas em toda a região. Os aspectos relativos às riquezas culturais, representam muito mais do que atrativos, mas possibilidades de ativar ou mesmo reascender a memória histórica local, a partir da preservação dos mitos, das peças arqueológicas, belezas arquitetônicas das cidades. Essas geram condições para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer também citadinos, estimulando a auto-estima das pessoas do lugar e criando possibilidades de inserção e participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento destas atividades na região.

A Região Turística dos Quilombos em Alagoas composta por 23 municípios, se localizam, em grande parte, na chamada Mata Atlântica. Por situar-se na porção superior do estado de Alagoas, alguns municípios desta região limitam-se ao norte com o estado de Pernambuco, tais como: Jacuípe, Campestre, Novo Lino, Colônia de Leopoldina, Iateguara, São José da Laje, Santana do Mundaú, Chã Preta e Quebrangulo.

Esta proximidade com o estado de Pernambuco pode ser capaz de estimular a formação integrada de novos roteiros turísticos e de lazer interestaduais. Dentre os vinte e

três municípios que compõem a região turística dos Quilombos, onze foram identificados enquanto lugares explorados por atividades de lazer e turismo: Atalaia; Chã Preta, Flexeiras, Murici, Ibateguara, Joaquim Gomes, Pindoba, Quebrangulo São José da Laje, União dos Palmares, Viçosa.

Os grupos de lazer e empresas de turismo identificados atuam proporcionando viagens à natureza nesta região. Os lugares mais bem requisitados para a oferta e demanda das atividades de lazer e turismo são os municípios de Murici e Viçosa. Nestes, foram identificadas as seguintes atividades desenvolvidas: o turismo e lazer de aventura, o turismo ecológico e o turismo pedagógico, além de outras atividades que merecem atenção.

Áreas com maior incidência de uso na região

Um fator a ser observado no crescimento e desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer refere-se ao surgimento crescente de novas atividades que avançam rumo às regiões da chamada Mata Atlântica no estado de Alagoas. Além das áreas florestadas, essas atividades abrangem também ambientes nos quais ocorrem aquelas normalmente associadas ao mundo rural, que freqüentemente são também alvo do interesse daqueles que realizam passeios ou turismo voltado para ambientes naturais com grande nível de preservação da natureza.

Há que se considerar a importância dos atrativos físicos destas destinações. Por se situarem em áreas serranas, pertencentes ao Planalto da Borborema¹⁹, são determinantes para a prática das modalidades de aventura e dispõem de vários atributos, tais como: altitude, declividade, bacias hidrográficas, corredeiras e/ou quedas d'água (cachoeiras), dentre outros.

O principal atrativo turístico é relacionado com as cachoeiras, porque possibilitam o desenvolvimento de atividades de lazer, bem como turismo, além de proporcionarem momentos de relaxamento para o visitante ou turista, que chegam à região. No vale do Paraíba do Meio, na porção Alagoas, o seu afluente em destaque é o rio Caçamba, que tem em sua cachoeira o principal atrativo natural do município de Viçosa.

Os solos desta região [da zona da mata] são espessos como resultante da decomposição de suas rochas granito-gnáissicas pela umidade constante, formando argilas avermelhadas e amarelas das superfícies de colinas, na área do embasamento cristalino, por onde os vales dos rios principais (Mundaú, Paraíba-do-Meio, São Miguel e Coruripe) exibem planícies aluviais alongadas (LIMA, 1965, p. 118).

¹⁹ No Mapa Geomorfológico esta área está caracterizada como domínio morfoestrutural dos Maciços remobilizados, região do Planalto da Borborema, unidade de geomorfologia das encostas orientais. BRASIL - MME. Fonte: Projeto RADAM Brasil. Levantamento dos recursos naturais, V.30.

No caso do atrativo natural mais requisitado por visitas, está a cachoeira da Tiririca, formada pela bacia hidrográfica do rio Branca. Os aspectos físicos correspondentes aos atrativos turísticos presentes na região dos Quilombos possuem em suas linhas morfoestruturais uma formação mais colinosa, e mesmo tendo menores altitudes, esta altitude das serras é compatível com a prática das modalidades de lazer e turismo de natureza dominante nesta região.

4.1.2 Contextualização histórico-econômica

Estas áreas, hoje, devido ao histórico das ações antrópicas, geradas pelo plantio da cultura algodoeira, canavieira, bem como pela atividade econômica da pecuária, foram capazes de acelerar o desmatamento e degradação ambiental na região.

Os engenhos as ocuparam e as grotas de seu relevo movimentado com morros desnudos e vales menores; atualmente expande a conquista de suas áreas pelas usinas, com canaviais que caracterizam os latifúndios açucareiros (LIMA, 1965, p. 118).

Hoje, nestas áreas denominadas de Região Turísticas dos Quilombos, são ofertadas atividades de lazer e turismo. Essa denominação corresponde ao processo histórico de ocupação e uso do solo para formação dos engenhos, ainda em época escravagista, onde, nesses lugares foram instaurados e impressos os processos de luta contra a escravidão, constituindo-se, portanto, em áreas de ocupação e formação de quilombos, ocupadas pelos escravos quilombolas nesta região do estado de Alagoas.

Nesse sentido, ao se analisarem as relações escravagistas e a ideologia senhorial, estabelece-se uma relação entre a condição escravagista e o lazer proporcionado pelo ócio, razão pela qual Lindoso ao falar sobre lazer e controle social, afirma:

O lazer aristocrático, baseado no não-trabalho do senhorial, gerou durante mais de três séculos as formas de violência da sociedade patriarcal e escravocrata. Quanto menos trabalho, tanto mais arrogância no trato social e tanto mais violência nas relações sociais (LINDOSO, 2000, p. 171).

A importância histórico-cultural da região apresenta-se como mais um fator relevante à proposição e ao desenvolvimento das atividades de turismo e lazer, identificadas na Região Turística dos Quilombos. Outra dimensão de sustentabilidade identificada trata-se da ambiental, pois estas áreas e lugares onde ocorrem as atividades encontram-se próximas aos fragmentos de remanescentes florestais da Mata Atlântica; ou ainda, na leitura dos

fitogeógrafos na região da Floresta Ombrófila; sendo que, uma das destinações situa-se no entorno de uma unidade de conservação²⁰, a Estação Ecológica de Murici (ESEC); a exemplo da destinação do Alto do Socorro e da cachoeira da Tiririca no mesmo município, bem como os fragmentos de mata pertencentes à fazenda Baixa Funda, em Viçosa. Há ainda a Reserva Biológica de Pedra Talhada, no município de Quebrangulo, estado de Alagoas. Esta é uma das preocupações existente com relação à dimensão ambiental, pois estas atividades podem exercer grande pressão sobre parte desta área.

Municípios integrantes da pesquisa

Os municípios de Viçosa e Murici, em Alagoas são palco das diferentes atividades que já fazem parte de seu calendário de atividades anuais. Estas são vinculadas ora pela prática do lazer desportivo radical ou de aventura, ora pela atividade do turismo de aventura ou pedagógico manifestado através de eventos de turismo e lazer promovidos na região.

Identificação dos grupos e empresas e tipologia das atividades

As informações obtidas na coleta de dados sobre as diferentes formas organizacionais, desenvolvidas pelos grupos de lazer e empresas turísticas, identificaram nove grupos de lazer e empresas de turismo atuantes e localizados (ver Apêndice II), na área metropolitana de Maceió. Estes são voltados ao oferecimento de viagens à natureza na região acima referida. No entanto, o número de *empresas de turismo* que era atuante nesta região corresponde a um total de cinco, sendo que, dentre as empresas de turismo, quatro ainda atuam no mercado. Com relação aos *grupos de lazer*, dentre os cinco grupos entrevistados, existem apenas três atuando. Dois, dentre os cinco grupos, desistiram de atuar no mercado das viagens. Foram identificadas cinco empresas, porém apenas uma dentre essas não foi entrevistada.

Através dos entrevistados, foram coletadas, identificadas as denominações tipologias das atividades, bem como as segmentações e modalidades das atividades de atuação das empresas e grupos de turismo e/ou lazer, na Região Turística dos Quilombos, no estado de Alagoas (Quadro1).

²⁰Conforme quadro resumo das Unidades de Conservação de Alagoas, apresentado pelo Caderno Nº. 29, sobre a Reserva Biosfera da Mata Atlântica, 2004:24.

Quadro 1 - Identificação dos grupos e das empresas e a tipologia das segmentações e/ou atividades na Região Turística dos Quilombos, Alagoas

DENOMINAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO TIPOLOGICA DAS SEGMENTAÇÕES E ATIVIDADES
AVENTURA & CIA	GRUPO	Turismo Ecológico, Turismo de Aventura e Treinamento Corporativo
CANGACEIROS	GRUPO	Ecoturismo e Turismo de Aventura
B. B. EXPEDIÇÕES	GRUPO	Turismo Ecológico
POR UM FIO	GRUPO	Turismo Ecológico
TRILHATRILHAS	GRUPO	Grupo de Lazer
AZIMUTE EXPEDIÇÕES	EMPRESA	Turismo Pedagógico, Turismo de Aventura e Vivência Empresarial
ECOTRILHAS	EMPRESA	Turismo de Aventura e Ecoturismo
ECOTUR	EMPRESA	Ecoturismo
ESTAÇÃO AVENTURA	EMPRESA	Turismo de Aventura e Treinamento Empresarial
GATO DO MATO	EMPRESA	Turismo de Aventura

4.2 ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER RELACIONADAS COM VIAGENS À NATUREZA NA REGIÃO TURÍSTICA DOS QUILOMBOS DO ESTADO DE ALAGOAS

4.2.1 As atividades de lazer e turismo: identificação e caracterização tipológica

Ao serem entrevistados, ficou constatado que os representantes de alguns grupos e empresários que desenvolvem atividades de lazer ou turismo as denominaram de forma equivocada quanto à tipologia das atividades envolvidas, relacionando-as a modalidades pertencentes a outras segmentações. Um bom exemplo é o turismo ecológico e o ecoturismo, que foram identificados como sendo atividades de lazer e/ou turismo de aventura. Há, portanto, falta de clareza ou fundamentação teórica com relação a identificação tipológica por parte de alguns entrevistados, isso quando esta análise é verificada segundo a abordagem acadêmica e científica²¹.

Dois dos grupos entrevistados não identificam que haja diferenciações conceituais entre o ecoturismo, turismo ecológico ou o turismo de aventura. Da mesma forma, não identificam as diferenciações e nem fazem correspondência entre as modalidades das

²¹Estes aspectos referentes às tipologias das atividades não se tratam de um equívoco relativo apenas ao conhecimento empírico dos grupos e empresas. Ainda há bastante controvérsia no meio científico e institucional. Notavelmente ainda são confundidas as atividades do esporte radical com esporte da natureza, a prática desportiva enquanto lazer experimental com a comercialização de viagens para prática esportiva, ou seja, turismo de aventura.

atividades que compõem o turismo e/ou Lazer.

Um outro aspecto a ser comentado em relação aos entrevistados é que cinco representantes destes grupos trabalham na informalidade, ou seja, não se constitui pessoa jurídica, não se caracterizando, portanto, em empresas. No entanto, há uma tendência e expectativa, por parte de seus integrantes, de que no futuro esses grupos possam vir a se constituir juridicamente empresas.

Ainda há o caso no qual um único entrevistado dos grupos tem a compreensão de que o serviço e atividades oferecidas por ele tratam de uma atividade de lazer, pelo fato de que as suas viagens são organizadas sem fins lucrativos, ou seja, sem obtenção de lucro comercial.

Há outros três grupos que consideram os seus serviços ou atividades oferecidas como atividades turísticas. E apenas um considera que as suas atividades também podem não ser turísticas, ou seja, não estão voltadas para a obtenção de lucro, indicando que podem não ser somente atividades turísticas, e sim atividades também de lazer.

.Os outros quatro representantes entrevistados intitulam-se como empresas que organizam e proporcionam viagens com atividades de lazer e turismo e possuem o CNPJ. A ambigüidade desta situação reside no descompasso do entendimento teórico sobre o que seja uma atividade turística e uma atividade de lazer. Na realidade, há uma grande proximidade teórica entre as atividades de lazer e as viagens, pois esse tipo de deslocamento de pessoas para um outro espaço, lugar ou ambiente, em geral é interpretado como turismo. Esse detalhe pode ser verificado na opinião emitida por um dos entrevistados, quando justificava o fato de seu serviço e/ou atividades também fazerem parte de um serviço turístico:

E6: Bem, a estratégia de praticar essas atividades na natureza ela parte do princípio básico de que ela precisa ter um profissional de educação física. Como são ações ligadas ao lazer, de execução da atividade física, onde a gente vai trabalhar várias potencialidades do indivíduo, nós esperamos estar dentro desse contexto dessas ações, porém nós temos um vínculo muito grande com o setor do turismo com relação à questão de organização dessas viagens a esses locais. Então, assim tende-se a trabalhar em conjunto.

A aproximação entre as diversas possibilidades de atuação neste ramo de viagens produz dezenas de possibilidades de agregação de valor ao seu produto final, tanto com as modalidades do turismo e lazer como através de outras atividades econômicas: agrícolas, não agrícolas e fornecimento de matéria prima. Há ainda as atividades do lazer, enquanto atividade lúdica sem fins lucrativos ou comerciais. Estas, também podem ocorrer

simultaneamente numa mesma viagem, como pessoas que possam viajar apenas na condição de acompanhantes dos organizadores das viagens, com a finalidade de apreciar e conhecer o lugar visitado e as atividades proporcionadas, sem ter custos e responsabilidade trabalhistas neste momento.

As atividades de turismo e lazer nos municípios de Viçosa e Murici

Um outro bom exemplo do potencial turístico e lazerista é a continuidade destes eventos promovidos pelas prefeituras ou em parceria com algumas delas. Há o exemplo da 2ª edição do Ibafrío – Festival de Inverno em Ibataguara, realizado de 06 a 09 de setembro (2007). Isso sem falar dos atributos cênicos, tão relevantes para o desenvolvimento das segmentações do turismo pedagógico, ecoturismo, turismo ecológico e, turismo e lazer de aventura, um dos mais procurados na região.

Há, também, registros de Festival da Natureza em Murici e Festival da Primavera em Viçosa (Figuras 11 e 12), no estado de Alagoas, realizando a sua 3ª edição, promovido pelos próprios gestores municipais. Esta iniciativa ocorre com vistas a apresentar o potencial da região para desenvolvimento das atividades do rapel, tirolesa, cavalgadas, caminhadas, passeio a cavalo, dentre outras, que compõem os diversos segmentos do turismo e lazer de natureza. Apesar do esforço para gerar novos caminhos na diversificação da oferta desta atividade, através da interiorização do turismo de aventura, do ecoturismo e do turismo rural, dentre outros, ainda é incipiente o desenvolvimento destas atividades nesta região.



Figura 11 - Folheto publicitário do Festival da Natureza no município de Murici, Alagoas (Brasil, 2006)



Figura 12 - Folheto publicitário de eventos do município de Viçosa, Alagoas (Brasil) distribuídos em 2005

Na primeira (Figura 11), a observação da imagem, o automóvel surgindo através da cachoeira, representa a relação de domínio do homem sobre a natureza, fato que reflete a confusão expressa entre o que se tem a preservar ou a conservar e o que se deseja obter enquanto resultante rentável na perspectiva do produto a ser comercializado. Basta correlacionar o título do evento: Festival de Natureza à subordinação da natureza em relação à oferta das atividades no ambiente natural do município de Murici/Al. Essa perspectiva de natureza a ser apropriada para ocasião mercadológica aplica-se bem à visão antropocêntrica de mundo, contrariando, portanto, os princípios do ecoturismo e de turismo de aventura sustentável que orientam as atividades desenvolvidas em ambientes naturais.

Na segunda imagem (Figura 12), percebe-se que os aspectos relativos ao evento comungam mais com os propósitos concernentes as ações educativas, onde a exaltação dos elementos socio-culturais e naturais vêm reverenciar a produção folclórica, artesanal e arquitetônico-histórica do lugar, além das flores de girassol que representam a produção de flores tropicais, no caso, do município de Viçosa/Al.

Necessita-se, portanto, de políticas públicas estaduais para planejar, capacitar lideranças e somar parcerias com a iniciativa privada, a fim de apresentar o diferencial qualitativo e educativo no material ilustrativo das propagandas publicadas. Nas figuras acima, vê-se, que, nas diferentes formas de uso dos recursos naturais expostos por meio da publicidade e propaganda, há um apelo de domínio social e humano nas imagens das

paisagens naturais, assim como a produção cultural, transformada em signos representativos da natureza enquanto capital natural a estimular o mercado das viagens à natureza nesta região.

De outra forma, há uma constatação positiva da demanda por visitas aos atrativos naturais emitida pela Setur, bem como por atividades ou ainda modalidades do turismo e lazer de natureza, continuando, no entanto, a ser crescente o fator decisório natureza nas visitas no período de 2003 a 2005, tanto no que diz respeito aos atrativos naturais, quanto às opções por segmentações como ecoturismo, no período de 2004 a 2005, e com o turismo rural nos anos de 2003 e 2004, como se pode ver na Tabela 1. Observa-se que as referências específicas ao ecoturismo e ao turismo rural são estatisticamente insignificantes.

Tabela 1 - Estatística do perfil da demanda turística em Alagoas de 2003 a 2005

FATOR DECISÓRIO DA VISITA	2003	2004	2005
Atrativos Naturais	92,81%	92,91%	93,10%
Ecoturismo	-	0,76%	0,84%
Turismo Rural	0,14%	0,51%	-

Fonte: Alagoas/Setur, 2005.

Há de se considerar que no somatório total das decisões pelas visitas realizadas através das viagens à natureza, tem-se uma maior concentração destas opções em 2004, totalizando 94,18 % neste ano. Vê-se que o potencial contribui bastante com as viagens motivadas por destinos em áreas naturais, embora estes, em sua maioria, tenham como destino as áreas litorâneas.

Na Região Turística dos Quilombos em Alagoas, este potencial é elevado devido às variáveis: altitude, queda d'água e fragmentos de Mata Atlântica que possibilitam, quando não determinam, a prática das modalidades do turismo de aventura como rapel, tirolesa, bem

como trilhas, *trekking*, bóia *cross*, surf no rio que proporcionam momentos de lazer e bem-estar através da apreciação do cenário paisagístico da fauna e flora locais.

Estas modalidades proporcionam descontração e permitem um maior contato entre o homem e a natureza através dos banhos de cachoeira, bicas, no ambiente natural local. Não é à toa que dentre as quatro empresas turísticas que foram identificadas e que proporcionam viagens à natureza nesta região, quase todas denominam a sua principal atividade econômica como sendo turismo de aventura.

Em segunda indicação com relação à tipologia das segmentações turísticas, dentre os representantes dos grupos de lazer entrevistados, três denominam suas atividades de turismo ecológico. Dois dentre esses grupos de lazer também oferecem o turismo pedagógico, onde há importância de inclusão ou adesão destas atividades com ações de educação ambiental. As respostas dos entrevistados, ao serem analisadas com base nas indicações do serviço de viagens à natureza pelos segmentos turísticos, indicam a relação intrínseca existente entre estas atividades de turismo e de lazer e a conservação ambiental²². Daí, a importância do desenvolvimento destas atividades serem compatíveis com a conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos lugares visitados. Para tanto, é imprescindível que os grupos e empresas sejam melhores organizados e informados e que o poder público, de preferência seja articulado nos três níveis políticos – Municipal, Estadual e Federal – atue de forma efetiva no planejamento, gestão e controle das atividades, sob pena de essas atividades causarem mais impactos socioambientais do que desenvolvimento para as comunidades locais afetadas.

A caracterização das atividades enquanto turísticas e de lazer

A interpretação das diferentes atividades, enquanto lazer e turísticas tem no referencial teórico e conceitual a sua base de análise. As explicações emitidas pelos representantes dos grupos entrevistados sobre se o tipo de serviços e/ou atividades por estes desenvolvidas fazia parte do turismo, tiveram diversos entendimentos. As respostas foram atribuídas por alguns dos entrevistados enquanto atividade turística, devido ao fato de que os visitantes pagam pelos serviços da viagem, assim como o fato de haver deslocamento de

²²Esta importância ganhou inclusive impulso internacional porque “Está ligada a modalidades de esporte e lazer junto à natureza, e somente recentemente ganha a dimensão de Educação Ambiental com grupos de “caminhadas ecológicas”, “trilhas de interpretação de natureza”, “turismo ecológico” e outros. Nos países do Norte, tem mais consistência filosófica e um grande número de adeptos” (SOARES, 2005, p. 19).

peças de um lugar a outro, através desses aspectos classificam como uma atividade econômica e, portanto turística. Eis algumas das justificativas emitidas por esses grupos:

E3: Também turismo, porque você estaria tirando as pessoas do lugar, está transportando as pessoas, está levando para conhecer um outro lugar, a realidade do interior.

E1: Porque agente tenta trabalhar a parte ecológica trabalhando turismo. Até porque a gente procura fortalecer o turismo local. E na maioria das vezes as pessoas não conhecem aquele local.

Dentre os nove grupos e empresas entrevistados, apenas um dos representantes dos grupos de lazer respondeu que a oferta de seus serviços e/ou atividades não fazia parte do turismo, enquanto oito dentre os entrevistados afirmaram que as atividades oferecidas faziam parte do turismo. Entretanto, dois dos entrevistados afirmaram que os serviços por eles ofertados são ao mesmo tempo atividades turísticas e de lazer.

Percebe-se, que na maioria das opiniões destes representantes entrevistados ocorre reducionismo conceitual sobre o que seja o turismo. É oportuno esclarecer que, neste estudo, a atividade de turismo é definida por um conjunto de aspectos, os quais estão vinculados tanto ao afastamento de seu hábitat costumeiro, quanto ao atendimento das necessidades dos envolvidos, além dos impactos emitidos sobre os ambientes sociocultural, econômico e físico dos hospedeiros nesta região.

Ao todo, a Região turística dos Quilombos é composta por 23 municípios²³. Dentre as áreas turísticas destacadas acima, no município de Murici, próxima a sua área de entorno, encontra-se a Estação Ecológica (Esec) de Murici/Al. São muitos os lugares ou localidades de visitação identificadas com o propósito de manter um maior contato com a natureza. Assim, foram identificados quatro empresas e cinco grupos que desenvolvem atividades nas localidades, lugares e municípios na região dos Quilombos onde ocorrem eventos de turismo e lazer na natureza (Quadro 2). É de grande importância poder mencionar que há algumas unidades de conservação pertencentes tanto ao poder público, como ao setor privado que estão distribuídas pela região.

²³Dentre os vinte e três municípios, onze estão sendo explorados com atividades de lazer e turismo. Nessa região, muitos proprietários estão recebendo visitantes ou turistas em suas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, além de outros municípios que pertencem a outras regiões turísticas como o turismo pedagógico e rural na RPPN da fazenda São Pedro em Pilar e o turismo ecológico na fazenda Quebra - Carro, em Boca da Mata, os quais também são explorados por esses e outros grupos e empresas atuantes nas diferentes regiões turísticas do estado.

Quadro 2 – Localidades e municípios de destinos das atividades de lazer e turísticas/
Região Turística dos Quilombos/AL explorados por grupos e empresas

DENOMINAÇÃO	TIPO	LOCALIDADES	MUNICÍPIOS
AVENTURA & CIA	GRUPO 1	FAZ. BOA SORTE	MURICI
		FAZ. BAIXA FUNDA	VIÇOSA
		SERRA LISA	CHÃ PRETA
CANGACEIROS	GRUPO 2	FAZ. BOA SORTE	MURICI
		FAZ. BAIXA FUNDA	VIÇOSA
		SERRA DA BARRIGA	UNIÃO DOS PALMARES
B. B. EXPEDIÇÕES	GRUPO 3	FAZ. PEDRA BRANCA	MURICI
POR UM FIO	GRUPO 4	FAZ. PEDRA BRANCA	MURICI
		SERRA DOS BÚFALOS	JOAQUIM GOMES
		SERRA LISA	CHÃ PRETA
		CIDADE DE IBATEGUARA	IBATEGUARA
TRILHATRILHAS	GRUPO 5	FAZ. BOA SORTE	MURICI
		FAZ. BAIXA FUNDA	VIÇOSA
		FAZ. DOIS IRMÃOS	
		FAZ. RECANTO	CHÃ PRETA
		SERRA LISA	
		FAZ STª. TEREZA - RPPN	ATALAIA
		FAZ. PEDRA TALHADA	QUEBRANGULO
		RESERVA ECOLÓGICA OSWALDO TENÓRIO-RPPN	SÃO JOSÉ DA LAJE
		SERRA DA BARRIGA	UNIÃO DOS PALMARES
		FAZ. ANHUMAS	
FAZ. PIMENTAS	PINDOBA		
ECOTRILHAS	EMPRESA 1	FAZ. BOA SORTE	MURICI
ESTAÇÃO AVENTURA	EMPRESA 2	BOA SORTE	MURICI
		SERRA DA BARRIGA	UNIÃO DOS PALMARES
GATO DO MATO	EMPRESA 3	FAZ. BOA SORTE	MURICI
		FAZ. BAIXA FUNDA	VIÇOSA
		FAZ. BAIXA FUNDA	MURICI
		SÍTIO IPYGUARAS	FLEXEIRAS
AZIMUTE EXPEDIÇÕES	EMPRESA 4	FAZ. BOA SORTE	MURICI
		FAZ. BAIXA FUNDA	VIÇOSA

Ao serem identificados os lugares onde as atividades são desenvolvidas pelos grupos de lazer e empresas de turismo, verificou-se que há uma incidência maior de uso em algumas áreas específicas. A primeira área em evidência, indicada de forma unânime pelos entrevistados, envolve as fazendas e/ou lugares situados no município de Murici. Em segundo lugar, foi indicada pelos entrevistados, por quatro vezes, a Fazenda Baixa Funda, situada no município de Viçosa. Em terceiro lugar, foram indicadas a Serra da Barriga no município de União dos Palmares, como também o município de Chã Preta.

As atividades de lazer ou turísticas encontram-se concentradas em localidades pertencentes aos municípios de Murici e Viçosa porque há uma maior incidência de uso desses destinos enquanto áreas potencialmente viáveis para o desenvolvimento tanto das atividades de lazer, quanto do turismo de aventura e em segundo lugar o turismo pedagógico, o que mostra as várias possibilidades de desenvolvimento que se encontram incluídas no que se chama de turismo de natureza.

Durante e após a realização das entrevistas, tornou-se evidente a necessidade de se estabelecer o elo de interligação entre as ações estratégicas organizacionais dos grupos e empresas e os elementos que compõem a oferta turística. De acordo com Ignarra (1999, *apud* ABREU, 2001, p. 58) dentre os elementos físico-culturais ligados ao turismo, os atrativos turísticos (naturais e culturais), os serviços turísticos, os serviços públicos, bem como a infraestrutura básica, quando agrupados passam a compor o “produto turístico”.

4.3 OS GRUPOS DE LAZER E EMPRESAS DE TURISMO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO

4.3.1 As percepções dos grupos de lazer e empresas de turismo sobre proteção e conservação da natureza

Nas questões levantadas com os entrevistados que diziam respeito às percepções²⁴ e aos entendimentos sobre a proteção e conservações da natureza foram identificados vários

²⁴A percepção é uma conduta vital, uma comunicação corporal com o mundo, uma interpretação das coisas e uma valorização delas (belas, feias, agradáveis, desagradáveis, fáceis, difíceis, úteis, inúteis, desejadas, indesejadas, prazerosas, dolorosas, etc), com base na estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo (CHAUÍ, 2004, p.134 -135).

itens. Dentre estes, embora os dados coletados a respeito do item segurança sejam bastante positivos diante das preocupações e ações para com o desenvolvimento, é notável que não haja, por parte da maioria dos grupos e empresas, uma maior preocupação com o lixo deixado e/ou encontrado no meio ambiente; como também são deficitárias as informações que revelem a seguridade no uso da água, inclusive quando há recursos para sua análise, através do serviço laboratorial, oferecido por meio de órgãos oficiais, a exemplo do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA).

Ainda analisando os procedimentos de segurança das empresas e dos grupos em relação aos visitantes, foi unânime a indicação por parte dos entrevistados de que prestam esclarecimentos sobre a proteção e/ou conservação do ambiente natural, bem como com a flora e a fauna nos lugares visitados às pessoas que procuram os seus serviços. A constatação dessa preocupação com o ambiente natural revela a intenção de se assegurar a preservação da natureza através do contato ou reaproximação entre o homem e a natureza, através das viagens voltadas ao ambiente natural. Esse fato corresponde a uma concepção de mundo voltada para a visão ecocêntrica.

Há uma outra idéia de natureza oposta à ecocêntrica, a qual trata a natureza enquanto capital natural, ou seja, enquanto mercadoria a ser comercializada por meio do mercado de viagens, onde a paisagem natural é o emblema principal das publicidades e propagandas neste setor. Contam com uma intervenção direta do homem sobre as condições impostas pelos elementos naturais. Nesta possibilidade de apresentação da paisagem enquanto produto natural reside à visão antropocêntrica do mundo. Esta diz respeito às intervenções humanas no espaço e no lugar por meio das atividades, onde o homem busca exercer o domínio, ainda que aparente, sobre os aspectos naturais. Aqui, ganham visibilidade algumas práticas nas modalidades do turismo de aventura, tais como: a escalada, o rapel, a tirolesa e o pêndulo.

Com relação às diferenciações nas atuações enquanto grupos de lazer ou empresas de turismo, a distinção também assume feições ligadas à subjetividade. Quanto às empresas, especificamente as modalidades do turismo de aventura, a subjetividade concentra-se mais na adrenalina, proporcionada pela prática de esportes radicais, sem fins competitivos ou esportivos, onde a relação de domínio humano está em vencer os obstáculos e as dificuldades ofertados por alguns elementos físicos e naturais, havendo desfrute do bem-estar propiciado pelos banhos de rio e cachoeira, além da experiência proporcionada pela beleza cênica dos lugares visitados.

As percepções sobre o desenvolvimento sustentável

Neste quesito da oferta turística voltada para a Região Turística dos Quilombos em Alagoas, mais especificamente no que diz respeito aos serviços ofertados pelas empresas turísticas e grupos atuantes na região, ao serem questionados sobre o entendimento de desenvolvimento sustentável, quatro dentre eles responderam:

E5: Há controvérsia. Eu acho que se deve levar em consideração apenas o meio ambiente. A meu ver, o desenvolvimento sustentável é aquele desenvolvimento que possa unificar o homem e o meio ambiente...O principal foco é aí repor o que se tira. Ter responsabilidade... É aquilo que a economia procura ter... É gerenciar a escassez.

E6: O que desencadeia essa questão do desenvolvimento sustentável parte do princípio da conduta do indivíduo no meio ambiente, então uma série de fatores que vem desde a educação que o indivíduo recebe em casa para que ele possa realmente estar protegendo todo e qualquer outro lugar que ele frequente... Nós procuramos buscar essas ações diante do comportamento para que elas tenham ali uma reeducação na natureza.

E7: Usar de uma maneira racional os recursos naturais, no caso a natureza, para que a gente consiga ter lucro, um resultado financeiro positivo sem inviabilizar e degradar o lugar.

E9: É utilizar os recursos da natureza com cuidado para não depredá-la, não destruí-la.

Dentre as percepções de desenvolvimento expressas, há um enfoque por parte de quatro representantes entrevistados, na proteção ou conservação natural. Não há uma abordagem que comporte uma dimensão mais ampliada de desenvolvimento. Estes apresentam uma visão ecocêntrica de natureza. E, apesar de sugerirem que têm um “comportamento prudente”, parece reduzir suas preocupações apenas à sustentabilidade ambiental.

Dentre os entrevistados, dois apresentaram um entendimento de desenvolvimento sustentável que se assemelha à noção disseminada pelo Relatório de Brundtland ²⁵:

E1: Que nada mais é que a região possa se desenvolver utilizando sem esgotar o uso da comunidade futura.

²⁵Neste Relatório Gro Harlem Brundtland, menciona que em essência “o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”. Ver Nosso futuro Comum (Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 49).

E2: Gerar renda e riqueza em conformidade com meio ambiente, sabendo utilizá-los de maneira sustentável, sem degradar, sem destruir vivendo em harmonia ser humano e ambiente.

Ao relacionar o desenvolvimento sustentável com a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, atribuindo preocupações com as reservas naturais para o uso e a perpetuação das comunidades vindouras, amplia-se um pouco mais a discussão em torno da necessidade de parcimônia no uso dos recursos, de forma responsável, a fim de que outras pessoas também possam beneficiar-se desses recursos no futuro, utilizando-se, portanto, uma postura ética. Ampliando ainda mais o respeito pelos locais visitados, alguns representantes entrevistados revelaram o seu entendimento sobre desenvolvimento sustentável e afirmaram: **E4:** “[...] vejo o turismo sustentável, onde a população do local tem que está engajada”. Assim, este entrevistado opta pela inserção da população local na organização da atividade turística nas regiões exploradas. Essa visão também transparece nas respostas de outros entrevistados, como relatado a seguir:

E8: [...] o desenvolvimento sustentável não é um trabalho apenas de divulgação, mas que seria de suma importância para a população, principalmente em relação à população para sair um pouco da ociosidade. Seria mais voltado para a divulgação do estado em relação à própria população, seria um tipo de trabalho com a população.

E3: O desenvolvimento sustentável é, no caso de um ambiente onde você está explorando [que] ali você possa gerar recursos, onde as pessoas possam sobreviver a partir da produção de peças, de culturas, que possa agregar trabalho, que ali mesmo as pessoas possam ter qualidade de vida, explorando aquilo ali sem agredir o ambiente, onde possam extrair material para confecção de seu ganha pão. É você explorar algo sem agredir.

Nessas visões sobre o que seria o desenvolvimento sustentável, além da conservação ambiental envolvendo a dimensão geoambiental, está presente a dimensão econômico-social, ao citar também as necessidades de inserção da população local nos processos de exploração de atividades econômicas. Encontra-se presente ainda a dimensão científico-tecnológica quando, através da valorização da cultura local, busca agregar valor cultural à produção e peças ou artefatos, sem esgotar o uso dos recursos, estimulando o processo continuado de inovação social, permitindo a criação das condições viáveis para que a sustentabilidade seja implementada de forma eficaz (CAVALCANTE, 1998).

A busca pelo entendimento dos entrevistados em relação ao tipo de desenvolvimento que proporciona através das atividades por eles desenvolvidas foi orientada por vários outros aspectos concernentes à noção de sustentabilidade. No entanto, embora a dimensão político-institucional não tenha sido citada como estando ligada ao desenvolvimento sustentável por

nenhum dos entrevistados, destaca-se que este item fora comentado e debatido ao analisarem a ausência da participação responsável dos gestores públicos nos municípios onde estão situadas as áreas de desenvolvimento das atividades de turismo e lazer conduzidas por estas empresas e grupos. Nesta dimensão, Cavalcante menciona que “Visa implantar e consolidar o sistema político-democrático-participativo que dê continuidade e consistência a um processo ordenado de políticas e ações que garantam a implementação plena e global das dimensões [do desenvolvimento sustentável]” (CAVALCANTE, 1998, p. 87).

Pode-se sugerir, com base neste estudo, que parece haver uma preocupação por parte dos grupos e das empresas envolvidos em organizar as suas atividades de tal forma que se possa contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável nos lugares explorados, envolvendo tanto o turismo de natureza, quanto as atividades de lazer na natureza.

No entanto, os meios utilizados para alcançar tal finalidade apresentam fragilidade no que diz respeito à operacionalização das atividades, como também à própria organização dos grupos e empresas envolvidos, ocorrendo, no entanto uma variação temporal muito ampla em relação ao tempo em que esses grupos e empresas atuam nesse setor na região dos Quilombos. O grupo mais antigo atua na região de Murici e Viçosa²⁶ há mais de onze anos, sendo que a empresa mais recentemente legalizada tem apenas quatro meses de atuação. No entanto, esta última já atua nesta e em outras regiões através do *turismo pedagógico* desde 1998. Este aspecto temporal pode implicar fragilidades nas ações de desenvolvimento e oferta destas viagens e atividades na região por se prolongarem por um maior período de tempo sem a inserção de estratégias estruturantes neste setor.

Em geral, pode-se afirmar que há uma dificuldade muito grande em relação à implementação das atividades de turismo de natureza na Região Turística dos Quilombos. Essa dificuldade apresenta duas dimensões principais. A primeira está relacionada às limitações em relação ao que seria o desenvolvimento sustentável por parte dos grupos e das empresas envolvidos. A segunda diz respeito às dificuldades organizacionais com que os grupos atuam, as quais agem de maneira informal e isolada, sem o devido apoio das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das atividades neste setor. Isso dificulta o emprego de procedimentos já estabelecidos em todo o mundo para a exploração segura dessas atividades.

²⁶É importante destacar que estas viagens restringem-se a empresas e grupos de lazer e turismo, não sendo inclusas as atividades relativas às visitas com a finalidade de estudo científico.

4.3.2 A estrutura organizacional dos grupos de lazer e empresas de turismo: qualificação dos serviços

Com relação à estrutura organizacional de suas atividades, as empresas e grupos dependem, para que possam atingir os objetivos propostos de forma efetiva de infra-estrutura básica e da capacitação adequada dos recursos humanos, envolvendo tanto os empresários, quanto os integrantes dos grupos que promovem as viagens nesta região. Pode-se afirmar que a capacitação de todos os envolvidos com a oferta dessas atividades é um dos principais aspectos que influenciam na qualidade e melhoria dos serviços prestados.

Neste estudo, os membros dos grupos e empresas entrevistados revelaram, de forma unânime, que tinham a necessidade de se capacitar para o melhor desenvolvimento das atividades de lazer e/ou turismo de natureza ofertada por eles. Apesar das dificuldades enfrentadas por todos os envolvidos, com o resultado de operarem em uma região subdesenvolvida que enfrenta os mais variados tipos de limitações, foi interessante verificar que apenas os integrantes de um dos grupos de lazer não passaram por capacitação para o desenvolvimento das atividades:

E2: Porque incorreria em custos e como só somos apenas três sócios, se a gente fosse disponibilizar um sócio para fazer um curso e deixasse de fazer essas atividades dentro da empresa, a empresa ficaria parada [ou seja], sem o desenvolvimento das atividades neste período.

Essa afirmação demonstra a falta de preparação por parte desse grupo para oferecer qualquer tipo de atividade de turismo de natureza, dados os riscos a que são submetidas às pessoas que compram esses serviços. Além disso, tem aspectos institucionais, técnicos, científicos, legais, ambientais e socioculturais envolvidos nessas atividades que precisam ser conhecidos e observados por parte das empresas e grupos envolvidos, sob pena de essas atividades serem desenvolvidas de forma amadora, o que dificultaria se atingir qualquer objetivo de desenvolvimento sustentável.

Um aspecto da mais alta relevância para se entender as dificuldades envolvidas na operacionalização desse tipo de atividade em Alagoas é que dentre os nove grupos e empresas que proporcionam ou proporcionaram viagens à natureza, cinco não requisitaram o apoio de órgãos públicos ou de quaisquer outras instituições para cursos de capacitação. Dentre os quatro que requisitaram apoio, apenas dois foram atendidos na solicitação, sendo que estes obtiveram apoio da prefeitura de Ibateguara e Murici apenas em relação ao fornecimento de

transporte. Em relação ao outro órgão, o apoio deu-se através de alguns integrantes pertencentes ao Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas.

Com base nesses dados, podemos afirmar que, atualmente, há dificuldades por parte dos grupos e empresas para ofertar de forma profissional atividades de lazer ou de turismo de natureza na região. Por um lado, parte dos grupos envolvidos não buscou ainda o apoio de órgãos públicos para o desenvolvimento de suas atividades. É de fundamental importância que haja o envolvimento de apoio dos órgãos e das instituições públicas até mesmo por causa das políticas públicas sob a sua responsabilidade que incidem sobre as atividades turísticas e de lazer. Por outro lado, parte dos próprios órgãos públicos não está nem interessado, nem preparado para ofertar esse apoio. Esse quadro oferece indicativos da situação de atraso em que se encontra a região em relação à sua capacidade de ofertar os serviços em questão.

Diante dessa situação, pode-se inclusive afirmar que os riscos a que são submetidos os clientes dos grupos e empresas envolvidos, em alguns aspectos, podem tornar-se sérios. Tentando driblar as dificuldades, algumas empresas funcionam, no geral, tratando-se por micro-empresas²⁷. Essa fragilidade deve ser superada por meio dos grupos e empresas, porque representa mais uma dificuldade com relação ao objetivo de proporcionar um tipo diferente de desenvolvimento para as comunidades envolvidas. Obviamente, em uma região notória pelos baixos índices de desenvolvimento, é importante também que se criem mecanismos para o fortalecimento e proliferação de empresas que possam absorver parte das pessoas desempregadas. Nesse sentido, Sachs (2004, p. 144) afirma: “Devido ao seu grande peso na estrutura de empregos e auto-empregos, a consolidação, expansão e geração de empreendimentos de pequeno porte devem ocupar um lugar de destaque na estratégia de inclusão social pelo trabalho decente”. Portanto, seria do interesse de todos os envolvidos que as pequenas empresas e grupos que oferecem serviços ligados ao lazer e ao turismo de natureza tivessem o apoio do poder público para seu pleno desenvolvimento.

A oferta de atividades ligadas ao desenvolvimento das atividades de lazer e de turismo de natureza na Região Turística dos Quilombos é estimulada por iniciativas particularmente isoladas, motivadas muito mais pela motivação individual das pessoas envolvidas com essas atividades do que pelo desenvolvimento que pode efetivamente proporcionar, sem o envolvimento de políticas públicas. Em uma situação como essa, de

²⁷A preocupação em diferenciar *empresas* de *grupos* neste trabalho deve-se às exigências para certificação das atividades por eles oferecidas, particularmente o turismo de aventura, ou atividades similares. A certificação é também necessária para os fins de financiamento.

relativa informalidade e de ausência do poder público, as possibilidades de desenvolvimento são muito limitadas.

Estas empresas concentram as várias funções que são necessárias para o bom ou regular funcionamento das atividades entre dois e quatro funcionários, fato que os sobrecarregam de atividades. Na realidade, seria importante que houvesse um número maior de profissionais para sua realização. O Quadro 3 apresenta as formações profissionais, bem como os cursos de treinamento e/ou capacitação de alguns integrantes das empresas e grupos.

Quadro 3 – Qualificação Profissional e cursos de treinamento e/ou capacitação dos grupos de lazer e empresas de turismo

INTEGRANTES GRUPOS/ EMPRESAS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CURSO DE TREINAMENTO E/OU CAPACITAÇÃO
GRUPO 1	Gestão ambiental, meteorologia, Licenciado em educação física e turismo	Primeiros socorros, mas na formação acadêmica. Obs.: não houve participação de seus integrantes em curso de capacitação, apenas em curso de treinamento.
GRUPO 2	Advocacia, publicidade, administração, ciências contábeis, física e informática.	Curso avançado de rapel, curso de primeiros socorros, curso de resgate em altura, curso em segurança.
GRUPO 3	Licenciatura em história	Curso básico de primeiros socorros, salvamento em altura, e cursos policiais dentro de suas corporações.
GRUPO 4	Psicologia, biologia, agronomia, jornalismo, medicina, sociologia, biblioteconomia, serviço social e arquitetura.	Planejamento e mapeamento de trilhas.
GRUPO 5	Relações públicas, jornalista, Administração, Policial militar e policial federal, curso de marketing empresarial.	Curso de salvamento em altura, curso de primeiros socorros.
EMPRESA 1	Gestão mercadológica, licenciatura em português e espanhol, e enfermagem	Orientador ambiental, curso de primeiros socorros, formação em resgate e emergência, gerenciamento e técnicas de manejo de visitantes em áreas ambientais.
EMPRESA 2	Psicologia, medicina, enfermagem, educação física e turismo.	Curso básico de primeiros socorros; curso básico e avançado de técnicas verticais, resgate em montanha, resgate em altura, locomoção do indivíduo no meio ambiente.
EMPRESA 3	Turismo, e formação e mestrado em computação.	Encontro Nacional de Ecoturismo, em 2004; Curso de Primeiros Socorros; Encontro de Ecoturismo, pelo M. M. A., Fórum de Revitalização do São Francisco/PE
EMPRESA 4	Bacharel em administração, licenciado em história, e uma cursando licenciatura em educação física.	Formação em curso técnico de turismo e integrante do polícia militar do corpo de bombeiro.

A qualidade dos serviços a serem prestados tanto pelos grupos quanto pelas empresas pode estar vinculada indiretamente à formação acadêmica dos profissionais envolvidos, pois a

formação específica na área pode auxiliar enquanto possível elemento propulsor do entendimento das dificuldades e estratégias organizacionais envolvidas, bem como na identificação destas dificuldades e nas soluções a serem implementadas como alternativas, em algumas situações específicas, a serem superadas por estes atores sociais. Não só o treinamento, a capacitação e a formação profissional acadêmica ou ainda técnica poderiam e podem estabelecer mudanças substanciais no processo de elaboração e planejamento, mas também a implementação de políticas públicas e avaliação das ações para o desenvolvimento destas atividades.

Este fato pode ser correlacionado com o fortalecimento no embasamento teórico que subsidiaria as ações estratégicas, não só com relação às atividades desenvolvidas, mas com relação ao planejamento, gestão e monitoramento das inovações e tendências neste setor de viagens. Como exemplo disso, no item correspondente à existência ou não de projetos estruturantes, por parte dos nove grupos e empresas, no que diz respeito às preocupações com a elaboração de planejamento e estratégias para o desenvolvimento das atividades, apenas um representante de grupo entrevistado citou que o seu projeto encontrava-se em construção. Os oito grupos e empresas restantes citaram que possuíam projetos para o desenvolvimento de suas atividades. Isso é um indicativo de possibilidades de avanços que visa uma maior qualidade na oferta desses serviços neste setor.

As estratégias das empresas e grupos nas áreas exploradas

Ao serem questionados se há algum tipo de acordo entre os grupos ou empresas e os proprietários ou arrendatários das terras com vistas a propiciar o desenvolvimento das atividades nos lugares visitados, ficou evidenciado que ocorre controle por parte dos proprietários dentre quatro representantes entrevistados. No entanto, houve duas respostas indicando que nem sempre ocorre o acordo a fim de propiciar o desenvolvimento das localidades. Três outros entrevistados afirmaram que não há qualquer forma de controle por parte dos proprietários:

E7: Olha, o controle parte por nossa própria iniciativa. Porque temos aqui em Alagoas grandes reservas que estão dentro de propriedades privadas. Não existe uma política pública por parte dos órgãos competentes para essas localidades por serem privadas. Então, eles estão despertando pelo fato de que o ecoturismo é uma coisa rentável, então eles desenvolvem juntos com nós, grupos que trabalham no meio ambiente algumas condutas nesse meio. Mas são ineficazes as ações dos próprios proprietários.

Diante da resposta deste entrevistado, percebe-se que parece haver uma maior preocupação das empresas e grupos com relação às formas de desenvolvimento das atividades do que por parte dos próprios proprietários. Isto se dá não só em relação à conservação das áreas no momento do desenvolvimento das atividades, mas há conseqüentemente a continuidade do uso dos atrativos sem o estabelecimento de formas de controle de seu uso. Assim como se constatou que a maioria dos proprietários não tem preocupações com a melhoria da infra-estrutura básica das localidades visitadas, mesmo quando sabem que é imprescindível prestar um serviço de melhor qualidade aos turistas e/ou visitantes, através da oferta das atividades turísticas e/ou de lazer. A citação abaixo mostra que há uma preocupação mínima por parte dos envolvidos com a oferta dos passeios em relação à gestão e ao controle dos lugares visitados:

E8: A gente procura estimular o pessoal a cobrar um certo valor. Mas isso é para que eles colocassem corrimão, banheiros, para fazer a manutenção do lugar; fazer um rodízio das trilhas.

Ainda no que diz respeito à necessidade de mudança de mentalidade e atitude por parte dos proprietários em relação à conservação de suas áreas, um dos entrevistados sugeriu a importância da capacitação dos mesmos, através do seguinte comentário:

E7: A capacitação tem que despertar nessas pessoas [os proprietários] que aquilo [o lugar] não é simplesmente um objeto de uso, que você utiliza ganhando dinheiro e está tudo bem. Tem que existir a preocupação de preservação deste meio, bem como das espécies que são observadas. E a própria estrutura física do local.

Como se pode ver parece haver um descompasso e diferenças na percepção de como as atividades de lazer e de turismo de natureza devem ser implementadas entre os promotores das atividades e os proprietários das áreas visitadas. Entretanto, ocorre também em algumas propriedades a iniciativa de investimento a partir dos próprios donos das terras. Esse tipo de iniciativa foi mencionado por um dos entrevistados como sendo um fator positivo:

E9: O que é que está acontecendo em Alagoas, e que está sendo muito bom, é que os próprios fazendeiros estão entrando nessa de organizar as suas fazendas para receber os visitantes. Então já está crescendo isso aí.

No entanto, o entendimento que se busca ter na análise dessas atitudes organizacionais é que se pode estar correndo o risco de, através da obtenção de um retorno econômico imediato, os proprietários ou arrendatários possam promover e programar ações incompatíveis com a noção de desenvolvimento sustentável através das atividades de lazer e

de turismo de natureza na região, o que representaria uma atitude antropocêntrica de mundo associada à exploração dessas atividades, segundo a qual a natureza é vista meramente como um produto de retorno econômico rápido. Muitas vezes, essas atividades são implementadas sem estudos prévios, que orientem a elaboração do planejamento das ações a serem implementadas nos lugares escolhidos ou que têm potencial para esse tipo de desenvolvimento. É essencial que haja o planejamento prévio para que a sustentabilidade também possa ter o seu lugar²⁸. Esse planejamento é importante porque “a duração de uma situação de equilíbrio depende da natureza das relações dos seres entre si e o meio” (SILVA, 1978). Assim, a falta de planejamento pode desencadear mudanças que podem comprometer os próprios lugares de interesse.

Ainda sobre os aspectos relacionados à existência ou não de controle por parte dos proprietários ou arrendatários sobre as atividades desenvolvidas pelos grupos e empresas atuantes na área, torna-se evidente a ausência de planos e programas turísticos estratégicos regionais, por parte da esfera do poder público local. Assim, não há o acompanhamento das estratégias econômicas, ambientais e sociais tomadas pela iniciativa privada com vistas à exploração do patrimônio natural e cultural das áreas de interesse dos grupos e empresas que exploram o lazer e o turismo de natureza em Alagoas. É particularmente importante que haja acompanhamento, fiscalização e ajustes de conduta sobre as ações dos proprietários, mas também dos próprios promotores das atividades, com base em intervenções governamentais.

É oportuno observar que as opções pelos lugares mais procurados, assim como as hospedagens mais requisitadas pelos grupos de lazer e empresários turísticos para visitas, bem como o uso de seus atrativos pelos turistas e/ou visitantes concentram-se no município de Murici. Essas ações podem propiciar grandes impactos negativos, se não houver planejamento estratégico para o desenvolvimento dessas atividades, especialmente por essa região ser uma das áreas mais importantes de remanescentes de Mata Atlântica ao norte do rio São Francisco, o que tem levado o poder público a criar unidades de conservação da natureza na região.

Nessa região, os grupos e empresas desenvolvem várias modalidades de atividades em contato com a natureza (Quadro 4).

²⁸O lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado, enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração (RODRIGUES, 1997, p. 32). Portanto, para que a implementação das atividades de lazer e de turismo de aventura seja compatível com o lugar a ser visitado, precisa haver planejamento prévio.

Quadro 4 - Modalidades das atividades desenvolvidas por grupos e empresas na Região Turística dos Quilombos, Alagoas²⁹

GRUPOS/EMPRESAS	MODALIDADES DAS ATIVIDADES
GRUPO 1	Passeios ecológicos, rapel, <i>trekking</i>
GRUPO 2	Trilhas, rapel, tiroleza, pêndulo
GRUPO 3	Trilhas e rapel
GRUPO 4	Trilhas, rapel, tiroleza, <i>bungee jump</i>
GRUPO 5	Trilhas, rapel
EMPRESA 1	Trilhas ecológicas, <i>trekking</i> , rapel
EMPRESA 2	Trilhas
EMPRESA 3	Rapel, tiroleza, <i>trekking</i> , <i>mountain bike</i>
EMPRESA 4	Rapel, <i>trekking</i> , tiroleza

Ao serem analisadas as atividades de lazer e turismo de natureza desenvolvida constata-se que a preferência da oferta e demanda está pelas modalidades do turismo de aventura. Esse fato vem despertar para a eminência de riscos de vida proporcionadas pelo desenvolvimento dessas atividades. Dentre os nove grupos e empresas entrevistados sobre a adoção ou não de algum procedimento de segurança para as pessoas que participam das atividades ou passeios sob estudo, sete deram como alternativa a necessidade de possuir uma equipe de prontidão para salvamentos e resgate e, em alguns casos, a presença de um militar do corpo de bombeiros estadual. Apenas um dos grupos citou não haver um acompanhamento específico na segurança pessoal dos visitantes ou turistas, justificando que isso se deve ao fato de não oferecer modalidades de risco como o turismo de aventura. Apesar disso, sabe-se que é de fundamental importância haver um trabalho de preparação para o caso de haver imprevisto que possa colocar em risco a vida dos participantes.

É importante destacar que há uma preocupação bastante positiva com os procedimentos, equipamentos e materiais de segurança pessoal para com os visitantes,

²⁹ Nota: Os números atribuídos aos entrevistados - grupos e empresas - não obedecem à seqüência apresentada na tabela N° 4.

adotadas por oito dentre os nove grupos e empresas envolvidos no estudo (Quadro 5). Há também como segundo item estratégico para com a conservação local, ações para com a preparação corporal dos visitantes; as visitas prévias para obtenção da condição dos locais, bem como existe em um dos grupos o planejamento de rotas de fuga, no caso de ocorrer situações de emergência.

Quadro 5 - Indicação dos procedimentos de segurança pessoal dos visitantes ou turistas e dos recursos naturais utilizados³⁰ (continuação)

GRUPOS/ EMPRESAS	EQUIPAMENTO	AS TRILHAS	LIXO	ÁGUA
REPRESENTANTE 1	Certificação européia; possuem acompanhantes nas atividades de rapel	Alongamentos e atividades físicas específicas	---	---
REPRESENTANTE 2	Preparação física com alongamentos anterior as atividades	Preparação através de mini cursos sobre os riscos, perigos e procedimentos tomados sobre todas as atividades.	---	Existe distribuição ao visitante de um Kit de mantimento básico, incluindo água.
REPRESENTANTE 3	A revisão dos equipamentos, bem como dos cabos, ferragens eram feitas em clínicas.	Existia sempre uma rota de fuga, com orientações para obedecer se preciso fosse.	----	A orientação era para se evitar beber a água da cachoeira.
REPRESENTANTE 4	Preparação introdutória que estavam entrando num ambiente de preservação. Que havia animais peçonhentos e que estes deveriam ser preservados	Visitas de reconhecimento preliminar das trilhas a serem visitas.	Avisávamos para não deixar nenhum lixo---	Há orientação se a água era própria ou imprópria para beber
REPRESENTANTE 5	Ter sempre uma equipe de resgate e primeiros socorros	---	---	---
REPRESENTANTE 6	Foram efetuados treinamento de segurança	Mapeamento das trilhas; capacidade de carga das trilhas;	---	Levam a água para consumo

Quadro 5 - Indicação dos procedimentos de segurança pessoal dos visitantes ou turistas e dos recursos naturais utilizados (cont...)

³⁰ Estão aqui reproduzidas literalmente as expressões dos informantes da pesquisa.

GRUPOS/ EMPRESAS	EQUIPAMENTO	AS TRILHAS	LIXO	ÁGUA
REPRESENTANTE 7	Apresentação do material e equipamento, como se faz a amarração no rapel	A dinâmica de integração é para instigar o grupo a se ajudar; Rota alternativa; Há sempre alguém dirigindo e fechando a trilha	Sobre a questão do lixo, informamos procedimentos a serem tomados sobre ele.--	Nas atividades náuticas o uso de coletes, bem como o uso de bonés por baixo dos capacetes servem para evitar o afogamento de alguém ao descer de rapel na cachoeira.
REPRESENTANTE 8	No rapel, principalmente usamos as três amarrações, assim como o backup dos equipamentos. Informamos a capacidade de ruptura da corda; Trabalhamos com luvas, apito e capacetes	Passar para os visitantes as condições do lugar, o grau de dificuldades a serem enfrentados; E a duração do trabalho.	----	Procuramos saber com antecedência se há condições de se tomar banho naquela água.
REPRESENTANTE 9	Quando ocorre este serviço é terceirizado.	Procura-se ter um maior reconhecimento das trilhas anterior a visita. As pessoas mais experientes do grupo aproximam-se dos visitantes que têm mais dificuldade.	Avisamos que não pode deixar lixo e sim trazê-lo de volta. Às vezes recolhemos o lixo que encontramos por lá. Também distribuimos saquinhos.	O procedimento com a água de banho dar-se através do horário, local e temperatura da água, a fim de se evitar contato com as larvas de equistossomoze água.

Nota: Os números atribuídos aos entrevistados - grupos e empresas - não obedecem à seqüência apresentada na tabela N° 4.

Um único grupo citou que utilizava equipamentos com certificação da União Européia. Este aspecto, em particular, é bastante tranquilizador, porque apesar de optar por maior segurança nos equipamentos, por parte dos outros representantes entrevistados há desconhecimento sobre a lei aprovada pelo Senado Federal em 2005 que estabelece regras para o desenvolvimento dos esportes radicais e das atividades de aventura no país. O Projeto Lei do Senado N° 2005, em seu artigo 2º rege :

A prestação de serviços consistentes na prática de esportes radicais fica condicionada à comprovação, nos competentes órgãos ou entidades do Poder Público, de qualificação específica de instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos (BRASIL, 2007, *on line*).

A constatação de preocupação com a segurança dos lazeristas ou turistas de natureza reflete, de forma indireta, aspectos concernentes ao referido Projeto Lei. Na prática, há um equívoco por parte da maioria dos grupos e empresas quando afirmaram a inexistência ou desconhecimento de que a prestação ou prática dos serviços de aventura e/ou esportes

radicais, assim como a utilização de seus equipamentos estão condicionados a sanções emitidas por instâncias ou entidades do poder público³¹ brasileiro.

Devido ao fato de esta regulamentação ser bastante recente, o exemplo prático do qual se toma, por exemplo, trata-se do estado do Rio Grande do Sul, onde, são citados os órgãos responsáveis pela emissão da certificação por essa atuação.

De posse do registro de agência/operadora de turismo fornecido pelo órgão responsável, buscar junto à Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul o certificado de “Operadora de Turismo de Aventura”, adequando-se às modalidades em que se pretende atuar (MACHADO, 2005, p. 199).

A importância em destacar as novas experiências neste setor de regulamentação das atividades de aventura ou radicais não tem como pretensão determinar as alternativas vividas pelas experiências das pessoas envolvidas com a atividade, mas de compartilhar experiências já vivenciadas, lembrando-se, entretanto de que se trata de uma realidade bastante diferenciada da vivida aqui. É importante que haja uma discussão em Alagoas sobre essa questão (regulamentação) de tal forma que haja a criação de normas que possam assegurar um nível reconhecido de segurança para as pessoas que praticam turismo de natureza ou praticam o lazer em contato com a natureza.

4.3.3 Inovações nas ações estratégicas dos grupos de lazer e empresa de turismo

Dentre as cinco empresas atuantes no mercado alagoano, prevalece a caracterização do tamanho destas enquanto micro empresas. Acredita-se que essa estratégia operacional surge como recurso para minimizar os gastos com a folha de pessoal dessas empresas, havendo terceirização de serviços com relação ao quadro de recursos humanos. Tal política representa uma limitação no sentido de que essas iniciativas não têm se mostrado capazes de oferecer trabalho permanente para a maioria das pessoas de que elas precisam para desenvolver suas atividades.

³¹No caso específico do Rio Grande do Sul, o certificado da Setur - RS será fornecido mediante a comprovação dos seguintes itens: Registro de agência/operadora de turismo (convênio Ministério do Turismo/Setur-RS), o qual só será efetivado mediante liberação do local de atuação e parecer de entidade cooperada junto à Setur. Comprovação dos equipamentos de segurança mediante parecer de entidade cooperada junto a Setur - RS. Comprovação de capacitação de todos os condutores da empresa, através de curso previamente autorizado pela Setur - RS (MACHADO, 2005, p. 199-200).

Dentre as nove empresas e grupos envolvidos no estudo, sete citam enquanto componente de sua oferta o turismo de aventura, e apenas duas citam as modalidades que o compõem – *trekking*, rapel, tirolesa, pêndulo – sem identificá-las com as modalidades de turismo de aventura. Quatro dos entrevistados têm procurado inovar com outras atividades correlatas, a fim de ampliar o leque de opções em atividades, ainda que fora do setor de viagens à natureza, e sim no ramo de treinamento empresarial. Portanto, trata-se de mais um recurso utilizado pelos empreendedores entrevistados a fim de poder agregar valor indireto para enfrentar a instabilidade econômica no desenvolvimento das suas atividades.

Oportunamente, destaca-se que diversas alternativas têm sido geradas pelos grupos de lazer e empresas de turismo de natureza com o propósito de enfrentar as dificuldades que os afetam que são barreiras à sustentabilidade das atividades que desenvolvem. Abaixo é apresentada uma lista das dificuldades enfrentadas (Figura 13) pelos grupos de lazer e empresas de turismo de natureza que operam na Região Turística dos Quilombos, em Alagoas.

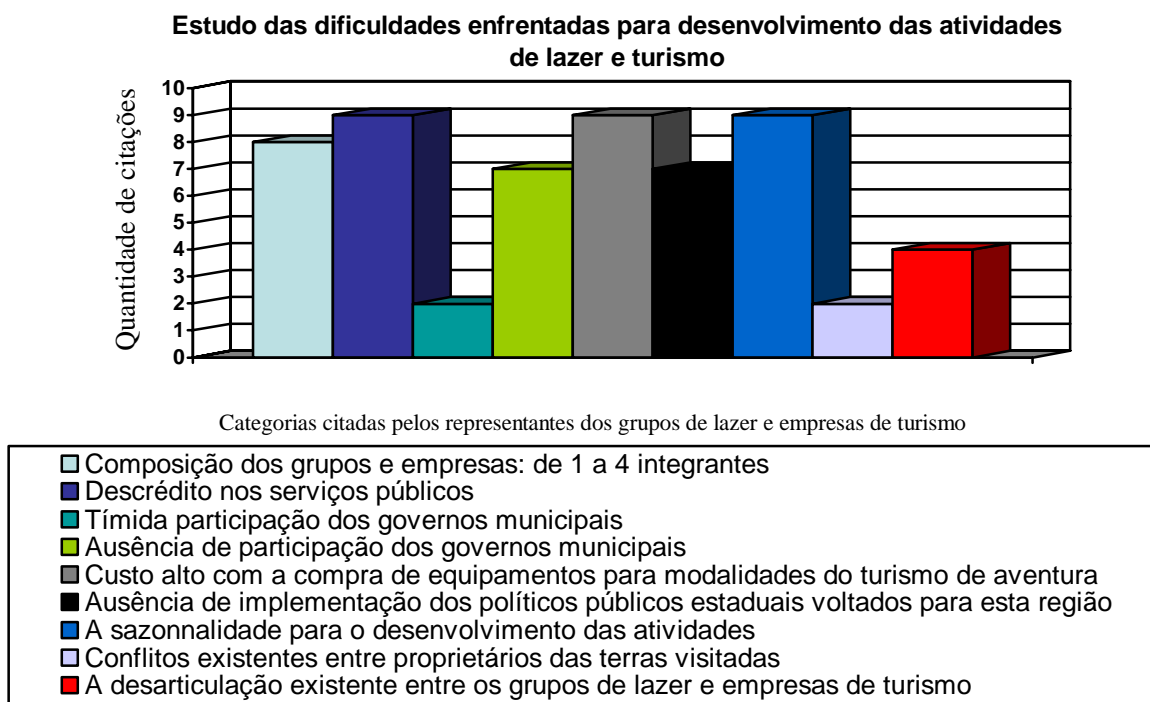


Figura13 – Estudo das dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades de lazer e/ou turismo

Os grupos e empresas têm investido na formulação de estratégias voltadas à captação de recursos financeiros, em busca da implementação da oferta de outras modalidades e segmentos que se encontram presentes no mercado do turismo de natureza, dos quais são exemplo o turismo ecológico e o turismo pedagógico. Também se vê a oferta de modalidades

ligadas ao turismo de aventura que, além do *trekking* e do rapel têm oferecido com maior frequência tirolesa, pêndulo e *bungee jump*.

Não se deve esquecer de outros serviços que não fazem parte do turismo como: vivência empresarial, treinamento corporativo, treinamento empresarial, bem como segurança e cobertura à publicidade e às equipes de reportagens, também relativa ao turismo de aventura ou esportes radicais. Estes surgem como forma de poder agregar valor, oferecendo serviços que ajudam a superar as dificuldades que são enfrentadas por outras atividades, nas quais os grupos e empresas em questão têm conhecimento técnico e prático. Essas alternativas demonstram as fragilidades e dificuldades enfrentadas por esse tipo de serviço no espaço rural de regiões subdesenvolvidas que não são dotadas de todas as facilidades que são necessárias à exploração desse tipo de negócio.

Houve justificativas por parte dos entrevistados com relação à tendência da segmentação das suas atividades, passando a incluir na oferta o turismo de aventura no mercado das viagens em nível estadual. Atribuem essa decisão como forma de enfrentar as grandes dificuldades existentes em função da ausência de implementação de políticas públicas estaduais nesse setor de serviços, cuja existência poderia facilitar sobremaneira a sua atuação. Abaixo são apresentados trechos das entrevistas que refletem essa situação de dificuldade:

E4: A gente esbarra no lugar onde a gente mora. Em Alagoas não tem tradição de turismo de aventura [...]. Em Brotas, fizeram um consórcio entre as prefeituras [...]. A gente tem a Serra da Barriga, Branquinha, Delmiro [Golveia], Piranhas, Pão-de-açúcar [...]. Mas as pessoas não se reúnem para ver nada. Nenhuma agência de turismo que ofereça um pacote do turismo de aventura. Não tem hotéis... Então é complicado. Há possibilidade de um retorno financeiro, mas ele no momento não ocorre.

E3: Na realidade que nós temos acho inviável que alguém consiga ganhar dinheiro com isto. Até porque no nosso estado também é difícil, porque talvez seja do Nordeste a máquina com mais problemas, mas a indústria está travada porque o nosso governo não sabe vender o potencial turístico do nosso estado.

Outros dois grupos direcionaram as dificuldades para a escala local. Percebe-se nos comentários de alguns entrevistados que há um descrédito no serviço público, em especial nos gestores municipais, ou seja, a ausência ou a tímida participação dos governos municipais em ações mais efetivas, no setor do turismo de natureza. Esta situação pode ser verificada na seguinte transcrição de um entrevistado:

E3: Na verdade, como a gente tinha a idéia de certa forma com toda essa consciência de preservação, mas uma coisa comercial, onde as pessoas tinham que pagar para isso, porque não tinha como levar essas pessoas gratuitamente. Então quando você procura este tipo de apoio as pessoas pensam que você está querendo que as pessoas das instituições ajudem você a construir a sua empresa. Por essa dificuldade a gente não gostou, a gente já tinha tido contato com as prefeituras, e as prefeituras tinham interesse em desenvolver o turismo da região e de uma certa forma, entre aspas, elas mesmas não estavam ajudando. Até pensamos em procurar, mas como a gente teve tanta decepção com estas instituições ficou desacreditada a possibilidade de receber alguma ajuda de alguma instituição.

Nesta perspectiva, ao discutir a possibilidade da solução de instrumentos de política para o turismo sustentável, Bramwell (1998) aquece o debate sobre a necessidade da participação e da intervenção de órgãos governamentais enquanto complementaridade às estratégias estabelecidas por meio do mercado de viagens

As intervenções do governo são orientadas pela política e implementadas por instrumentos de política, que são os mecanismos específicos ou ferramentas empregadas para colocar a política em prática. As autoridades públicas dispõem de um enorme painel de instrumentos para viabilizar a política do turismo sustentável (BRAMWELL, 1998, p. 375).

Há, em Alagoas, especificamente em relação ao turismo de natureza, ausência de discussões, assim como de formulação de planos locais pelo poder público nesse sentido. Tal lacuna constitui um entrave ao desenvolvimento deste setor nas áreas alagoanas que têm potencial para essa segmentação. No geral, os ‘acordos’ relacionados a investimentos, financiamento ou às contribuições não passam de acordos verbais, que, após serem confirmados, caem no esquecimento, ou seja, fazem parte da retórica ligada às promessas políticas.

Essas práticas por parte dos gestores, tão comuns em Alagoas, muitas vezes inviabilizam o desenvolvimento de atividades econômicas que poderiam estimular a participação das comunidades, gerar emprego e renda, reduzir o êxodo rural, além de proporcionar atividades econômicas que podem agregar valor às atividades que se desenvolvem no espaço rural, sem citar que podem impulsionar a conservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural das regiões que têm potencial para o turismo de natureza.

Os possíveis vínculos de fortalecimento entre os grupos e empresas

Os grupos de lazer e as empresas de turismo, objeto deste estudo, vêm realizando algumas inovações nas suas estratégias operacionais, de forma a se adaptarem melhor às

exigências impostas pelo mercado, mas também há a necessidade de atuarem de maneira formal, uma vez que tal situação pode trazer benefícios. Este ponto, sobre as inovações estratégicas dos grupos e empresas, nos re-direciona à noção de turismo sustentável, que também está na necessidade de interdependência das relações a serem estabelecidas entre os atores públicos e privados. Nesse sentido,

Qualquer que seja a visão que se tenha a respeito do desenvolvimento local, ela não fugirá da exigência de promover a melhor articulação possível entre os atores privados e públicos que, servindo-se de adequadas instituições, sejam capazes de formular e propor projetos pertinentes e mobilizadores (VEIGA, 2005, p. 109).

A respeito das inovações estratégias esboçadas pelos grupos de lazer e empresas de turismo (Quadro 6) foram elencados alguns recursos estratégicos utilizados com vista a agregar valor à empresa, grupo, atividade; enfim ao desenvolvimento sócioeconômico das atividades desenvolvidas.

Quadro 6 - Inovações realizadas pelos grupos de lazer e empresas de turismo para Região turística dos Quilombos/Al

INOVAÇÕES REALIZADAS	ESPECIFICAÇÕES DOS RECURSOS
1. Nova segmentação e modalidades de aventura ofertadas no mercado	Turismo Pedagógico, tirolesa, pêndulo, <i>bungee jump</i> , <i>bóia cross</i> , <i>monthain bike</i>
2. Outros serviços que não fazem parte do turismo	Vivência empresarial, treinamento corporativo, treinamento empresarial, segurança e cobertura de publicidade às equipes de reportagens.
3. Regularização como microempresa	Apenas quatro empresas são regularizadas
4. Investimento em curso de capacitação	Apenas um grupo de lazer se apresenta sem capacitação específica
5. Projetos para nortear as ações na prestação deste serviço.	Existente entre os grupos e empresas
6. Os recursos utilizados sobre a conservação ambiental/cultural.	Constituição de projetos, produção de material de <i>marketing</i>
7. Caráter experimental das atividades Caráter empresarial das atividades	Grupos de lazer – 50% Empresas legalmente constituídas – 50%
8. Intenção de sair da informalidade	Presente em todos os grupos de lazer
9. A formação de parcerias privadas	Apenas um grupo não mencionou a formação de parceria
10. A formação de parcerias governamentais	Apenas três grupos mantiveram parcerias governamentais (um grupo na esfera federal e os dois outros nas esferas municipal e estadual)

A busca por inovações enquanto estratégias empresariais têm sido bastante

disseminadas no meio acadêmico, principalmente na área da economia, porque são capazes de proporcionar as possibilidades de inserção no mercado.

Com um bom plano de desenvolvimento local, que resulte de diagnóstico participativo, torna-se bem mais racional e legítimo o indispensável esforço de captação de recursos para a execução de programas. E ampliam-se as possibilidades de obtê-los, pois projeto de qualidade é o que mais está fazendo falta aos balcões dos bancos de desenvolvimento (domésticos e internacionais) (VEIGA, 2005, p. 109-110).

No entanto, necessitam aliar os atores públicos e privados, a fim de gerar impulso e força quer no financiamento, quer nas orientações para alcançar a realização dos investimentos no mercado das viagens, podendo se verificar também, por outras vias alternativas, além da elaboração de projetos. Uma das condições para se ter acesso aos financiamentos é que o solicitante seja uma empresa formalmente estabelecida.

O principal propósito de buscar nos financiamentos públicos apoio para subsidiar as atividades surge como alternativa às várias declarações e expectativas emitidas pelos entrevistados a respeito da existência ou não do retorno financeiro para o grupo ou empresa empreendedora através das atividades desenvolvidas.

E1: Sim, muito pouco. O lucro é irrisório. A atividade é formada mais por prazer. O meu grupo hoje não é empresa. Estamos trabalhando para que ele se transforme em empresa.

E7: Não. Hoje ela se sustenta, mas não só com a atividade do turismo, mas com a atividade de consultoria rende mais grana do que o turismo. A gente tem um produto e quando tira os custos, o que se tem é lucro.

E 8: Não. Por que o intuito do grupo, apesar de a gente ter custos, o intuito do grupo é para divulgação do ecoturismo no estado. Porém pelo crescimento do grupo da gente e pelo projeto que vai ser desenvolvido a gente vai precisar de um recurso financeiro.

Dentre os nove grupos e empresas atuantes na região, apenas três, dentre os entrevistados responderam que há retorno financeiro. Porém, nenhum dentre eles afirmou que hoje essa renda possibilitaria que todos do grupo ou da empresa vivessem apenas desta atividade. No entanto, acreditam que, no futuro, isso possa vir acontecer. Os entrevistados acreditam que isso pode acontecer se houver uma maior estrutura organizacional a fim de alavancar o desenvolvimento destas atividades através do setor de viagens no estado de Alagoas.

Nesta perspectiva, a indicação de caminhos em busca de certa sustentabilidade econômica, é orientada pela Associação Brasileira de Turismo de Aventura (ABETA), que

afirma:

Para fazer com que esse dinheiro chegue aos empreendedores, o Departamento de Financiamento e Promoção de Investimento no Turismo do Mtur promove o Circuito Nacional de Seminários de Financiamento para o Turismo. Trata-se de uma iniciativa voltada para levar informações sobre os programas oficiais de crédito e mostrar os caminhos do acesso ao crédito de fomento para os potenciais investidores da atividade turística (ABETA, 2007, *on line*).

Há ainda o indicativo de mudanças com relação à garantia de propiciar maior agilidade às ações do programa Prodetur Nordeste II e, conseqüentemente, o desembolso de recursos sobre o qual a secretária Maria Luisa, afirma:

[...] os próximos contratos de financiamento que forem firmados dentro do Prodetur não terão mais a intermediação do BNB. Segundo as novas normas da Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) do Ministério do Planejamento e do próprio BID, os futuros contratos serão realizados diretamente com os estados, sob a coordenação geral do Mtur (*Op. cit.*).

Com relação às empresas e aos grupos de lazer – pretensos empreendedores do turismo –, há que se destacar que, dentre, eles há a tomada de decisões, bem como a iniciativa deste setor de viagens à natureza é uma busca constante por melhorias na qualidade das atividades turísticas e/ou de lazer por eles ofertadas. Transparece nas entrevistas realizadas com os representantes destes grupos e empresas uma preocupação no sentido de se profissionalizarem. Por um lado para desenvolver melhor suas atividades e por outro, para obterem mais benefícios financeiros.

Um outro fator que vem a compor enquanto mais um elemento da oferta turística dos serviços prestados pelos grupos de lazer e pelas empresas de turismo ligado à natureza refere-se aos serviços e políticas públicas que podem fomentar o desenvolvimento das suas atividades. Há autores que trabalham com a identificação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo, voltado para a busca do desenvolvimento turístico sustentável. Nesse sentido, Bramwell afirma:

Esses instrumentos são: zoneamento para controlar o desenvolvimento do turismo ou para limitar o acesso de turistas as áreas sensíveis; disseminação de um código de conduta de turismo para encorajar um comportamento apropriado; imposição de taxas ao uso de energia e de serviços de tratamento de lixo para incitar as empresas de turismo a economizar recursos escassos e reduzir a poluição; fornecimento próprio de infra-estrutura de administração de tráfego para reduzir o congestionamento e a poluição em áreas degradadas (BRAMWELL, 1998, p.375).

Nos aspectos, concernente ao tipo de instrumentos políticos usados pelos governos, os incentivos financeiros do governo brasileiro sobre o turismo parecem ser mais eficazes na segmentação do turismo rural, apesar de que, em 2005, houve impulso das atividades turísticas, em geral.

Outro aspecto relativo à possibilidade de estímulo de ferramentas organizacionais foi gerado e concedido pelos bancos públicos federais. Isso se tornou possível, através de R\$ 2, 2 bilhões em créditos para pequenos e médios empreendedores do turismo no ano 2006 (ABETA, 2007, *on line*).

Ainda segundo esta mesma fonte, este número representa um incremento de 10,5% em relação a 2005, no volume de recursos direcionados ao setor para projetos de investimento em ampliação, modernização e instalação de empreendimentos turísticos e operações de capital de giro .

Através desta política de incentivo, pode-se criar possibilidade de agregar valor não só para oferta, como também para o produto turístico. Quando este é associado à agricultura familiar, é capaz de atrair mais investimentos para os familiares produtores.

Uma alternativa, na rota dos financiamentos seria através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde se poderia aliar a atividade agrícola às não agrícolas. Esses recursos, em zonas rurais são capazes ainda de evitar o êxodo rural e estimular outros serviços que venham compor a cadeia produtiva do turismo, associando ainda a atividade econômica do turismo e lazer de natureza sustentável aos requisitos básicos para a manutenção e conservação do patrimônio cultural e natural existentes nas localidades.

Os mais novos estudos referentes à inserção do “turismo no meio rural”, ou ainda as referências relativas ao conjunto de atividades econômicas, denominadas de “pluriatividade”, também podem agregar valor tanto à produção agrícola, como às atividades do turismo que são identificadas, também, como atividades não agrícolas.

Essas trazem outras possibilidades, inclusive recorrentes a novas estratégias de captação de recursos, financiamento e investimento para o produtor rural. Não que estas atividades sejam aplicáveis neste estudo enquanto viabilidade, porque não atenderiam aos propósitos de investigação para o alcance dos objetivos desse trabalho, que são outros. Mas, são citadas dadas as relevâncias de aplicabilidade e implementação de novas estratégias para outros estudos correlatos que tenham enfoque no turismo sustentável na zona rural.

Uma alternativa seria ampliar a participação dos atores sociais envolvidos, a fim de que a Secretaria Executiva de Agricultura do Estado de Alagoas, juntamente com o Ministério

do Turismo - Mtur e o Ministério de Desenvolvimento da Agricultura – MDA³² propiciassem plenas condições para alavancar o turismo rural, o turismo no meio rural, assim como outras segmentações turísticas que possibilitem maior amplitude de suas ações no âmbito das atividades minimizadoras de impactos, fomentadoras de ações educativas e promotoras do desenvolvimento rural sustentável. Essas possibilidades podem realizar-se com maior eficiência em sua qualidade, desde que essas instituições interliguem o planejamento, ações e gestões de forma interdependente e participativa. Nessa perspectiva, a visão de desenvolvimento rural segundo Yáñez (1998), permite entender que:

Ao mobilizar as forças ativas da sociedade local, potencializando o capital social dos diferentes atores sociais que interagem na produção social da vida e nas relações entre atores sociais e membros de uma determinada comunidade, o localismo, assim conformado, teria plenas condições de impulsionar um processo de desenvolvimento baseado na descentralização e na cooperação solidária, cujos resultados seriam: maior democratização social, participação popular, justiça social, vitalidade econômica e, por fim, redundar em desenvolvimento regional (YÁNEZ, 1998 *apud* LOPES, 2002 p.77).

Seguindo este ponto de vista, torna-se imprescindível lembrar que as idéias de agregação de valor, quando somadas a outros setores da economia, principalmente ao turismo, são imprescindíveis ao desenvolvimento em nível de pequenos produtores, porque, historicamente, estes se ressentem de um maior incentivo, acompanhamento e compromisso por parte das instituições públicas, mesmo sendo orientados pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo³³.

Quando da estimativa de lucro final a ser obtido pelo investimento, demonstra a necessidade de ampliação e democratização dos espaços de discussão popular. Isso deve ocorrer com a finalidade de avaliar e garantir, que mesmo diante das intempéries ligadas aos fatores de ordem intervencionistas naturais, ocorra a possibilidade de construção e adesões de produtos e serviços que possam consorciar-se à segmentação das atividades agrícolas e não agrícolas (no caso do turismo e lazer), amparados pela legislação atual. É pertinente dar ênfase ao amparo e a regulamentação das ações exercidas no âmbito rural, não só enquanto alternativa econômica, como também, social e ambiental, fundamentadas por ações sustentáveis em todas as regiões políticas e administrativas do País.

³²O turismo rural é de responsabilidade desta Secretaria e deste Ministério, como também a disponibilização de créditos, capacitações de profissionais da área, assim como a fiscalização dos estabelecimentos promotores deste serviço, junto à agricultura familiar.

³³Ver Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, através de seu Manual de Municipalização do Turismo (BRASIL, 2001).

CONCLUSÕES

- As atividades relacionadas às viagens à natureza na Região Turística dos Quilombos ainda se encontram em um estágio relativamente embrionário, caracterizado pela inexistência de planejamento efetivo; ausência do poder público no ordenamento dessas atividades; baixo nível de envolvimento dos proprietários das terras nas quais se localizam as áreas visitadas no desenvolvimento das atividades, havendo baixo retorno financeiro para esses proprietários;

- Há uma visão equivocada expressa por alguns representantes dos grupos de lazer e empresas de turismo entrevistados sobre o que venha a ser o desenvolvimento turístico sustentável. Tal deficiência, somada à irregularidade da atuação de alguns grupos ou empresas, ocorre uma vez que nem todos desenvolvem suas atividades de forma continuada, dificultando o pleno desenvolvimento das atividades em questão.

- Dentre os cinco grupos e, as quatro empresas de turismo localizadas na cidade de Maceió que realizam viagens à natureza, na Região Turística dos Quilombos, alguns atuam de forma isolada, ou seja, não há um trabalho de articulação entre os grupos e empresas, o poder público, a iniciativa privada, bem como as Organizações Não Governamentais - ONG.

- Foram identificadas através das entrevistas semi-estruturadas as tipologias das atividades. Estas foram constatadas, tomando-se por base o referencial conceitual sobre atividades de lazer, turismo, turismo de aventura, turismo de natureza, turismo pedagógico e desenvolvimento sustentável, a fim de poder diferenciar e classificar as empresas e grupos de lazer conforme a subjetividade inserida nas atividades que são ofertadas nesta região turística dos Quilombos, em Alagoas.

- Faltam ações mínimas por parte do poder público estadual e municipal, que poderiam ser direcionadas ao fortalecimento do trabalho desenvolvido por esses grupos e empresas, de tal forma que houvesse um encorajamento ao pleno desenvolvimento da cadeia produtiva das viagens à natureza.

- É evidente a necessidade de mudança no modelo de gestão tanto das empresas de turismo, como dos grupos de lazer devido à ausência de estratégias organizacionais, não só por parte das empresas e dos grupos, mas, sobretudo nas políticas públicas em relação à conservação dos ambientes naturais, à oferta de financiamento para o setor, bem como ao compromisso e responsabilidade social para com a inserção da comunidade local através do processo de desenvolvimento que busque a sustentabilidade não só ambiental, mas social, cultural e institucional dos lugares visitados.

REFERÊNCIAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura. *Abeta fecha parceria como Ministério do Meio Ambiente* (por Daniel Costa) em 06/06/2006, 16h 52. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br>> Acessado em: 22/07/2007.

_____. *Novas regras vão facilitar a aplicação de recursos do Prodetur Nordeste* (por Abeta, quarta-feira 07/02/2007. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br>> Acessado em: 07/07/2007.

ABREU, R. de A. *Relatório da Análise Climática do Estado de Alagoas*. Maceió: NMRH,1999, 31p.

_____. ABREU, C. B. *Turismo além do “sol e praia”*: uma análise na cidade de Fortaleza. Ed. SEBRAE. CE. 2001, p. 202.

ALAGOAS. Turismo em Alagoas. *Estatística básica, uma visão trienal: 82/84*. Maceió, Sergasa.

_____. Empresa Alagoana de Turismo - EMATUR. *Indicadores do Turismo de 1990*, Maceió, 1990, 12-13p.

_____. Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas - SEPLAN. *Guia do meio ambiente: litoral*. Planejamento e coordenação geral Valéria Salles; ilustrações Oswaldo Sequetin, et al. 2 ed. Maceió: Projeto IMA/GTZ, 1994. p.177.

_____. Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas - SEPLAN. *Guia do meio ambiente: interior*. Planejamento e coordenação geral Valéria Salles; ilustrações Oswaldo Sequetin, et al. 2 ed. Maceió: Projeto IMA/GTZ, 1995. p.181.

ALAGOAS, Secretaria Coordenadora de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Executiva de Turismo – SETUR. *Estatísticas Turísticas*: Maceió, 2005a, 12p.

_____. Secretaria Executiva de Turismo – SETUR. Boletim de Ocupação Hoteleira: dados estatísticos sobre o número de unidades hoteleiras/leitos e a demanda turística. Maceió, 2004.

_____. Secretaria Executiva de Turismo – SETUR. Fator decisório da visita a Maceió Gerência de Estudos e Pesquisa. Maceió, 2002.

_____. Secretaria Executiva de Turismo (SETUR). *Plano Estadual do Turismo de Alagoas*. Maceió: SETUR, c 2005b. 1 CD-ROM. não paginado.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

ARAUJO, L. M. e BRAMWELL, B. Planejamento Turístico Regional. In: Lindemberg Medeiros de Araújo (Org.). *Geografia: espaço, tempo e planejamento*. Maceió: Edufal, 2004. 91-109p.

_____. Participação de Stakeholders. In: Lindemberg Medeiros de Araújo (Org.). *Geografia: espaço, tempo e planejamento*. Maceió: Edufal, 2004. 111-131p.

ASSIS, J.S. *Biogeografia e conservação da biodiversidade: projeções para Alagoas*. Maceió: Edições Catavento, 2000. p.200.

BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M. Introdução. In: Introdução(Orgs.) *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

BARBOSA, M.A.C.; ZAMBONI, R.A. *Formação de um 'Cluster' em torno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito-MS*. Brasília, 2000. <<http://www.eclac.cl/ddpeudit/proy/clusters/bonito.pdf>>. Acessado em 20/01/2007.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, M V de; ARAUJO, L. M de. Participação sociopolítica na gestão do turismo: Desafio para o Brasil contemporâneo. *X Colóquio Internacional sobre Poder Local*. Ciags/Ufba: Salvador, 2006.

_____. *A contribuição da Participação Sociopolítica para o desenvolvimento do Turismo Sustentável no Município de Maragogi, Alagoas*. 2005. f. 165. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

BASTOS, F. *Para onde vai o Turismo de Maceió? Uma discussão sobre a ótica da Sustentabilidade*. Maceió: PRODEMA: UFAL. 1998.

BASTOS, J. Desenvolvimento Sustentável. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 29 de jul. 2005. Caderno A4 Opinião,

BAZARAB, N. *O manifesto da transdisciplinaridade*. 2ª ed. São Paulo: TRIOM. 1999, 165 p.

BOO, E. *O planejamento ecoturístico para áreas protegidas*. In: LINDBERG, K.; HAWKING, E. (Orgs.) *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Senac, 2002.p.290.

BOULLÒN, R.C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista* EDUSC, Bauru, SP: 2004.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (IBAMA). *Áreas protegidas*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 22/04/2000.

_____. *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual Para Organizadores Locais*. Turismo e Meio Ambiente. Org. MCLNTYRE, G. Turismo e Meio Ambiente. 2ª Ed. O.M.T. 2001.

_____. *Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo*. Coordenação de Sílvio Magalhães e D. Hamú M. de Penha. Brasília, 1994.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 19/01/2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Áreas Protegidas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbt/dap/criaprot.html>>. Acesso em: 10/11/2000.

_____. Ministério do Turismo. *Promoção de investimentos no turismo*. Brasília: Governo Federal, 2007a. <<http://www.ministeriodoturismo.gov.br>>. Acessado em: 19/01/2007.

_____. Relatório da Oficina de Planejamento: Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, Caeté: Minas Gerais, 2001. 38p

_____. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº, de 2005 – Estabelece regras para prática de esportes radicais ou de aventura no país*. Brasília: Governo Federal, 2007b. 4p. <<http://www.portal.legislativo.gov.br>>. Acessado em: 11/02/2007.

_____. Ministério do Turismo e Conselho Nacional de Turismo. *Turismo no Brasil 2007/2010*. Brasília, D. F. 2006.

BRAMWELL, B. Selecionado instrumentos de política para o desenvolvimento sustentado. In: Theobald, W. F. (Org.). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 1998, p. 375- 391.

BRAMWELL, B.; LANE, Bernard. Sustainable tourism: an evolving approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 1993.

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, F. H. M. *Vade-Meccum do Turista em Alagoas*. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, 1937. 45 p.

BRANDON, C. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKING, E. (Orgs.) *Ecoturismo: guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 2002.

BRUHNS, H. T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 125-149p.

BURNS, P. M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chromos, 2002.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management recourses. *Canadian Geographer*, v. 24, p. 5-12, 1980.

CALHEIROS, S. Q. C. *Turismo versus agricultura no litoral meridional alagoano*. 2000, 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CALVENTE, M. C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina, PR: Edições Humanidades, 2005. 159p.

CAMPANHOLA, C; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno produtor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP, EDUSC: 2000.

CARVALHO, C. P. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*, Maceió: EDUFAL, 2005, p.109.

_____. *P. Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982, p. 315.

CAVALCANTE, E.G. *Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma*. Recife: EDUFPE, 1998

CAVALCANTI, B. C.; BARROS, R. R. A. Desejos de cidade – imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de Reserva de Mata Atlântica Brasileira Universidade Federal de Alagoas. *Rev. Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 217-235, jan./jun. 2006.

COSTA, F. B. VII Projeto Costa Dourada/AL: um programa de investimento turístico analisado à luz da sustentabilidade. In: CAVALCANTE, E. G.(Org). *Desenvolvimento Regional: algumas experiências no Nordeste do Brasil*. Maceió: Edições Catavento, 1999.

DENCKER, A. de F. M. *Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura, 1998. 355p.

DESLANDES, S. F. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Maria Cecília Minayo (Org.), Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva S. A., 1979.

_____. *Planejamento de Lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*, trad. Regina Maria Vieira. S. Paulo, SESC-CODES/DICOTE-CELAZER, 1980.

FERNANDES, M. *Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um Conceito*. In: Fernandes, M.; Guerra, L. (Orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FRANCO, M.A. R. *Planejamento Ambiental para as cidades sustentável*. São Paulo: FAPESP, 2001.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 7 ed. [s.l.]: Livraria Olympio, Editora;1952.

_____. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1962.

FREITAS, C. M. *Play grounds*. Biblioteca Virtual de Tropicologia: Conferências. Disponível em:<<http://www.tropicologia.org.br>>. Acessado em 08/03/2007.

GIARETTA, M. J. *Turismo da juventude*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GOES, M. H. de B. *O Potencial Turístico do Litoral Alagoano com base nos seus Ambientes Naturais Costeiros*. Rio de Janeiro. *Revista Geografia*, nº 12, abril/87.

HALL, Colin Michael. *The geography of tourism: environment, place and space*. London: Routledge, 1999.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1938.

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas Protegidas: um desafio no contexto brasileiro. In: *Espaço e Geografia*. v. 3, n.1, p. 47-61, Jan-Jun/2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, I. F. *Geografia de Alagoas*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1965.

LINDOSO, D. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000. p. 204.

LIRA, F. J. Alagoas que temos. In: *Alagoas – Novo de tempo de oportunidades*. Maceió: 2004.

_____. *Corrupção e pobreza no Brasil: Alagoas em destaque*. Maceió: EDUFAL, 2005. 109p.

LOPES, E. S. A. et al. Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. In: Eliano Sérgio de Azevedo Lopes, Dalva Maria da Mota, Tânia Elias Magno da Silva (Org.). *Desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa/Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe. 2002.

MACHADO, A. *Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005. 235p.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. São Paulo: Papyrus, 1983.

_____. Subsídio para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: Autores Associados (Org.). *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: 1996.

- MOURA, M. C. B. *Turismo, lazer e meio ambiente*. Maceió: UFAL, 2004. (Monografia, pós-graduação especialização em Geografia: análise ambiental). Universidade Federal de Alagoas, 2004. 62p.
- MARTINS, S. R. O Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Rev. Interações*. Campo Grande, v.3, n. 5, p.51-58, set. 2003.
- MOLINA, S. *Turismo: Metodologia e Planejamento*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- MORAES, W. V. de. *Ecoturismo: Planejamento, Implantação e Administração do Empreendimento*. Viçosa, MG: UFV, 2000, p. 147. (Série ecoturismo; v. 1).
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo, SP: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 5ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUIITEC-ABRASCO, 1998. 270 p.
- NOU, E. A., BEZERRA, L. M. de M., DANTAS, M. *Geomorfologia: Características Geomorfológicas*. In: *BRASIL/MME/PROJETO RADAMBRASIL. Folhas SC. 24/25 Aracaju/Recife*. Rio de Janeiro: PROJETO RADAMBRASIL, 1983, pp. 337-435 (Levantamento dos Recursos Naturais Vol. 30).
- NIEFER, I.; Silva, J.C.L.G. da. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. *Cadernos Biodiversidade*, v.2, n.1, jul.1999, p.53-61. Disponível em: <<http://www.criteriosparaumecoturismoambientalmente Saudavel.com.br>>. Acesso em: 19/01/2004.
- PEARCE, D. G. *Geografia do Turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2003.
- PEDROSA, T. M. *Arte Popular de Alagoas*. Maceió: GRAFITEX, Gráfica e Editora Ltda., 2000. 220p.
- REQUIXA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- PORTUGAL, Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de agosto de 1998. Disponível em: <http://www.derramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_IN_18829_10001htm>. Acesso em: 14/05/2007.1-6p.
- RELATÓRIO, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento. *Nosso futuro Comum*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1991, 430 p
- RIO GRANDE DO NORTE, In: *Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária*. EXTENSIO – Revista Eletrônica de Extensão Número 3, ano 2005.

RODRIGUES, A. Lugar, não-lugar e realidade virtual no turismo globalizado. *In: Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 25-36p.

RUSCHMANN, D. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. *Estratégias de transição par o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1991, 66 p.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 151.

SALVATI, S. S. *Dilemas do turismo sustentável*. Revista Terra da Gente. Ano 1, n. 6, p. 82. Campinas: São Paulo, outubro, 2004.

_____. O WWF - Brasil e o turismo responsável. *In: Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. MITRAUD, S. (Org.). WWF. BRASIL, 2003, 470p.

SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. M. *Técnica, espaço e tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. M. *A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, G. F. Sustentabilidade ecológica e ecoturismo. (Orgs.). *Espaço e Geografia*. vol.3, n.1, Jan-Jun/2000.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. *In: Sandra Baptista da Cunha e Antônio José Teixeira Guerra (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003. 248p.

SEBRAE. *Ecoturismo da Bahia: estudo analítico*. Salvador, BA, 1995.

SERRANO, C. M. T. Uma introdução a discussão do Turismo, cultura e meio ambiente. *In: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SHORES, J. N. *El Desafío del Ecoturismo: Una Llamada para Normas Más Estrictas*. San Jose, CA.1992.

SILVA, A. G. da; Braceres, L. L. R.; ANDRADE, L. M. Turismo rural e pluriatividade no Rio Grande do Norte. *In: Clayton Campanhola, Joés Graziano da Silva (Editores técnicos). O novo rural brasileiro: novas atividades rurais* Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológicas, v. 6 2004. 148-181p.

SILVA, A.C. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SILVA, T. D. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) *Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 147

SIQUEIRA, M. M.; ORNELAS, R. dos S. *Viagens a serviço da escola: a concepção de turismo pedagógico pelas agências do Brasil*. São Paulo: ECA/USP, 2005. (Monografia).

SOARES, S. M. V. *A percepção ambiental da população noroense em relação à área de preservação*. Recife: UFRPE, 2005 (Monografia, pós-graduação especialização em Gestão e Política Ambiental). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2005. 96p.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. In: Dossiê: Políticas Públicas, *Caderno do Centro de Recursos Humanos*, Universidade Federal da Bahia.- UFBA, Salvador – BA. 2003. p. 12-23.

TUAN, Y-FU. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. *Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo: desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

UFAL/GEM, Universidade Federal de Alagoas/Departamento de Geografia e Meio Ambiente. *Atlas Geográfico de Estado de Alagoas*. Universidade Federal de Alagoas. Departamento de Geografia e Meio Ambiente - Maceió: EDUFAL; São Paulo: Ecopres, 1994, não paginado (no prelo).

VEIGA, J. E. *Do global ao local*. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005. 76p.

VERAS FILHO, L. *História do Turismo de Alagoas*. Maceió. Sergasa, 1991. 218 p.

WESTERN, D. Como definir o ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKING, E. (Orgs.) *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Senac, 2002.

YÁZIGI, E. *Súmula das questões pendentes*. São Paulo: Global Editora, 1999.

_____. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

ANEXO

ANEXO I

Shores advierte que a escala não é cumulativa. E que em alguns casos, medem características diferentes em vez de um aumento ou redução em seu mesmo atributo.

La escala del ecoturismo: Niveles de 0 – 5.

NET - 0 Nivel 0 del ecoturismo requiere que los viajeros reciben una mínima de concientización de la fragilidad de los ecosistemas que se visitaron. Viajes “ incidentales” en la naturaleza usualmente calificaría en este nivel.

NET - 1 Nivel 1 significa un flujo positivo de apoyo monetario existe entre el ecoturista y los ecosistemas visitados. Designaciones de contribuciones [Earmarks], tanto impuestos aeroportuarios o un porcentaje designado de los costos domésticos, calificarían para este nivel.

NET - 2 Requiere que el ecoturista se involucra en una forma personal en la conservación del medio ambiente. Algunos tours se han organizado alrededor de actividades de sembrar árboles, o recolectar basura en zonas visitadas.

NET - 3 Calificarse al Nivel 3 requiere que se certifique que el sistema total del tour es benigno para el medio ambiente. El análisis del sistema debe incluir por lo menos el transporte aéreo tanto como el transporte local, la comida, y el alojamiento. Nivel 3 requiere que se demuestra que el efecto neto de la presencia del viajero es neutral o positivo.

NET - 4 Requiere que se demuestra que el impacto del viajero es positivo. Esfuerzos in situ para usar tecnología apropiada, reducir el consumo de energía, reciclar, establecer agricultura orgánica, fomentar métodos sostenibles de aprovechamiento, y establecer una contribución personal para restaurar ecosistemas degradados, pueden balancear aspectos menos benignos del sistema total del viaje que podría involucrar transporte aéreo, hoteles lujosos, y consumo por exceso de energía.

NET - 5 Este nivel debe ser meta global para todos que apoyan el ecoturismo, que sean operarios de tours, el público que viaja, o las agencias de manejo de recursos naturales. Un “5” en ecoturismo significa un viaje donde todos los aspectos del sistema de viajero opera en una forma ambientalmente sana. Esto requiere que la propaganda, el transporte, el alojamiento, y tratamiento de todos los residuos deben ser analizados.

Se prohíbe usar las inundaciones de solicitudes por correo, y se prohíbe la publicidad en revistas de papel que no se puede reciclar. El transporte debe ser ambientalmente benigno (no uso de los Concorde, uso limitado de petróleo- tal vez se limita solamente a transporte solar

y animal, además de andar y caminar). El alojamiento y todas las actividades de los turistas y personal del tours deben ser analizado. financiero neto de apoyo desde el viajero hacia el sitio visitado. Nivel 2 abarca un atrib. uto aparte, un compromiso personal del viajero con el sitio. La escala está todavía en sus etapas de desarrollo y se la ofrece como ejemplo del esfuerzo cooperativo que debe involucrar a los viajeros, los operarios de tours, las comunidades locales, y los ambientalistas.

APÊNDICE

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

O referido roteiro utilizado nas entrevistas semi-estruturadas teve por objetivo levantar, investigar e interpretar as diversas formas de desenvolvimento das atividades de lazer e turismo, bem como os grupos e empresas promotores dessas viagens à natureza na região turística dos Quilombos, em Alagoas.

1. Qual ou quais os tipos de serviços que o grupo de vocês oferecem?
2. O que vocês pretendem alcançar oferecendo esse tipo de serviço?
3. Na sua opinião, os serviços e/ou atividades desenvolvidos por vocês fazem parte do turismo?
Se sim: Em que tipo ou tipos de serviços esses serviços e/ou atividades se enquadram?
4. O que o/a levou a se interessar em conduzir grupos de pessoas para um contato com a natureza fora de áreas urbanas?
5. Ao todo, quantas pessoas fazem parte desse grupo?
6. Houve da parte de vocês a necessidade de capacitação para o desenvolvimento das atividades do grupo?
Se sim: Vocês requisitaram ajuda ou contribuição de algum órgão ou entidade para capacitação de seu grupo?

Quais os órgãos ou entidades junto aos quais vocês requisitaram ajuda para capacitação do grupo?
Vocês foram atendidos na solicitação?
Se sim: De forma/s?
Se não: Por que não?
7. O grupo de vocês tem um projeto no qual constem os objetivos e atividades desenvolvidas pelo grupo?
8. O grupo de vocês tem algum tipo de manual ou guia visando orientar o desenvolvimento das atividades do grupo?
Se não: Por quê?
9. Vocês têm algum parceiro ou parceiros para realização das atividades do grupo?

Se sim: Qual é ou quais são seus parceiros?
Se não: Por que não?

10. Você conhece algum outro grupo em Maceió ou proximidades que realize o mesmo tipo de serviço ou atividades que vocês?

Se sim: Quais são os grupos?

11. O grupo de vocês conta com algum tipo de financiamento para a realização das suas atividades?

12. As pessoas que fazem parte do grupo têm formação acadêmica?

Se sim: Quantos?
Quais os cursos?

13. Os componentes do grupo passaram por algum curso de capacitação para desenvolverem suas atividades?

Se sim: Quais os cursos realizados?
Se não: Por que não?

14. As pessoas que buscam serviços do grupo recebem algum tipo de formação preparatória para o passeio?

Se sim: Quais?
Se não: Por que não?

15. Vocês adotaram algum procedimento de segurança para as pessoas que realizam passeios com vocês?

Se sim: Por favor, poderia explicar como funciona este procedimento na prática?
(Equipamentos, preparação de trilha/ ambiente; assegurando a qualidade da água...)

16. Até quantas pessoas podem fazer parte de um passeio organizado por vocês?

17. Como vocês divulgam os seus serviços junto às pessoas interessadas em participar dos passeios organizados por vocês potencialmente?

18. Na sua opinião, o que leva as pessoas a se interessarem pelas atividades que vocês realizam?

19. Vocês sabem se os lugares que vocês visitam são protegidos por lei?

Se sim: Quais os lugares que vocês visitam que são protegidos por lei?
Qual é o tipo de proteção legal que essa/essas área/s tem/têm?

20. Hoje em dia se fala muito em desenvolvimento sustentável. Na sua opinião o que vem a ser desenvolvimento sustentável?

21. Na sua opinião, o trabalho do grupo de vocês contribui de alguma forma para o desenvolvimento dos locais visitados?

Se sim: De que forma ou formas?
Se não: Por que não?

22. Vocês envolvem nas atividades de vocês alguma pessoa ou pessoas do local que vocês visitam?

Se sim: Quem são essas pessoas?

Por favor, me fale sobre o envolvimento dessas pessoas nas atividades.

Essas pessoas obtêm algum benefício com essa participação?

Que tipo de benefício ou benefícios elas obtém?

Se não: Por que não?

23. As atividades que vocês desenvolvem causam algum tipo de impacto positivo nos lugares visitados?

Se sim: Quais os impactos positivos causados?

23. As atividades que vocês desenvolvem causam algum tipo de impacto negativos nos lugares visitados?

Se sim: Quais os impactos negativos causados?

24. Os donos das terras que vocês visitam têm algum tipo de controle sobre a atividades de vocês?

Se sim: Esse ou esses controles funcionam na prática?

Se não: Vocês acham que isso é necessário?

Se sim: Na sua opinião como poderia ser esse controle?

25. Vocês fizeram algum tipo de acordo com os donos das terras visitadas com vistas ao desenvolvimento das atividades de vocês nesses lugares?

Se sim: Como funciona este acordo?

Se não: Por que não?

26. Vocês desenvolveram algum tipo de trabalho junto aos proprietários das terras visitadas visando prepará-los em relação à conservação ambiental?

Se sim: Por favor, fale um pouco sobre esse trabalho.

Se não: Por que não?

27. Já ocorreu algum tipo de conflito entre o grupo de vocês e os proprietários das terras visitadas?

Se sim: Por favor, me fale sobre o/s conflitos que ocorreram?

28. Vocês orientam as pessoas que participam dos passeios sobre como se comportar nos lugares visitados, em relação à natureza?

Se sim: Por favor, me fale um pouco sobre o conteúdo dessas orientações?

Se não: Por que não?

29. Vocês têm algum tipo de autorização oficial para exercer as atividades que o grupo de vocês desenvolvem?

Se sim: Como funciona/m esse/s tipo/s de autorização?

Se não: Por que não?

30. As atividades desenvolvidas pelo grupo de vocês trazem algum retorno financeiro para o próprio grupo e seus componentes?

Se sim: Poderia falar um pouco sobre esse retorno financeiro?

Se não: Por que não?

31. Há retorno suficiente que permitirá ao seu grupo viver apenas dessas atividades desenvolvidas?

Se não: Por que?

QUESTÕES A SEREM COMPLEMENTADAS OU OBSERVADAS

1. Há uma demanda durante todo o ano pelos serviços e atividades desenvolvidas pelo seu grupo ou empresa?
2. As pessoas participam dos passeios são apenas de Maceió, ou são também turistas em visita a Alagoas?
Qual a média de pessoas de fora do estado que participam dos passeios?
3. Quais os lugares visitados?
Vocês têm algum calendário de atividades?
4. Alguns dos grupos trabalham com publicidade, conseqüentemente têm um conhecimento de Marketing o qual devem usar para o desenvolvimento das atividades do grupo.
5. Observar se os grupos se recusam a comentar sobre determinados aspectos incluídos no roteiro de entrevista, e quais são esses aspectos?
Qual o tempo de atuação do grupo?
E enquanto empresa?

APÊNDICE II

Quadro 1 – Empresas de turismo e grupos de lazer que proporcionam viagens à natureza – Região Turística dos Quilombos/AL

LOGOMARCA	EMPRESAS DE TURISMO E GRUPOS DE LAZER	E-MAILs	TELEFONES
	<p style="text-align: center;">AVENTURA E CIA</p>	<p style="text-align: center;">fabriciocolombo@bol.com.br</p>	<p style="text-align: center;">99675665</p>
	<p style="text-align: center;">AZIMUTE EXPEDIÇÕES</p>	<p style="text-align: center;">aclacioli@hotmail.com</p>	<p style="text-align: center;">3214 1121 8822 6118 8812 3603</p>
	<p style="text-align: center;">ECOTUR</p>	<p style="text-align: center;">e-mail: eco@terral.com.br</p>	<p style="text-align: center;">(81) 3737-1890 (82)9981-6309</p>
	<p style="text-align: center;">ESTAÇÃO AVENTURA</p>	<p style="text-align: center;">www.estaçaoaventuramcz.com</p>	<p style="text-align: center;">88247350</p>
	<p style="text-align: center;">GATO DO MATO</p>	<p style="text-align: center;">www.gatodomato.com</p>	<p style="text-align: center;">(82) 99720902 (82) 99053140</p>

CONTINUAÇÃO

LOGOMARCA	EMPRESAS DE TURISMO E GRUPOS DE LAZER	E-MAILs	TELEFONES
	POR UM FIO	www.hevio.m@hotmail.com	(82) 99835887
	TRILHATRILHAS	www.trilhatriilhas.com	9914-9786
	B.B. EXPEDIÇÕES	beronbonfim@yahoo.com.br	88440662
	CANGACEIROS	www.cangaceiros.com.br	99448098
	ECOTRILHAS	tonimaceio@hotmail.com	(082) 91194873